

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO PAULO
ESCOLA PAULISTA DE POLÍTICA, ECONOMIA E NEGÓCIOS
CIÊNCIAS ECONÔMICAS**

MARIANA ALBUQUERQUE RODRIGUES

**SECA E ÁGUA EM PETROLINA. O PROJETO DE IRRIGAÇÃO SENADOR
NILO COELHO E O DESENVOLVIMENTO REGIONAL (1959-2013)**

Osasco

2021

MARIANA ALBUQUERQUE RODRIGUES

**SECA E ÁGUA EM PETROLINA. O PROJETO DE IRRIGAÇÃO SENADOR
NILO COELHO E O DESENVOLVIMENTO REGIONAL (1959-2013)**

Trabalho de Conclusão de Curso
apresentado à Escola Paulista de
Política, Economia e Negócios da
Universidade Federal de São Paulo
como requisito parcial para obtenção do
grau em Bacharel em Ciências
Econômicas.

Orientador: Prof. Dr. Fábio Alexandre
dos Santos

Osasco

2021

Autorizo a reprodução e divulgação total ou parcial deste trabalho, por qualquer meio convencional ou eletrônico, para fins de estudo e pesquisa, desde que citada a fonte.

Ficha catalográfica elaborada pela Biblioteca Unifesp Osasco
e Departamento de Tecnologia da Informação Unifesp Osasco,
com os dados fornecidos pelo(a) autor(a)

R696s RODRIGUES, Mariana Albuquerque
Seca e água em Petrolina. O projeto de irrigação Senador
Nilo Coelho e o desenvolvimento regional (1959-2013) / Mariana
Albuquerque Rodrigues. - 2021.
122 f. :il.

Trabalho de conclusão de curso (Ciências Econômicas) -
Universidade Federal de São Paulo - Escola Paulista de Política,
Economia e Negócios, Osasco, 2021.
Orientador: Prof. Dr. Fábio Alexandre dos Santos.

1. Petrolina (PE). 2. Desenvolvimento econômico. 3. Política
pública. 4. Irrigação. 5. Projeto de Irrigação Senador Nilo Coelho. I.
Santos, Prof. Dr. Fábio Alexandre dos, II. TCC -
Unifesp/EPPEN. III. Título.

CDD: 330

MARIANA ALBUQUERQUE RODRIGUES

**SECA E ÁGUA EM PETROLINA. O PROJETO DE IRRIGAÇÃO SENADOR
NILO COELHO E O DESENVOLVIMENTO REGIONAL (1959-2013)**

Trabalho de Conclusão de Curso
apresentado à Escola Paulista de
Política, Economia e Negócios da
Universidade Federal de São Paulo
como requisito parcial para obtenção do
grau em Bacharel em Ciências
Econômicas.

Orientador: Prof. Dr. Fábio Alexandre
dos Santos

Aprovado em: (dia) (mês) de 2021

Prof. Dr. Fábio Alexandre dos Santos Orientador
Universidade Federal de São Paulo

Prof. Dr. Júlio Cesar Zorzenon Costa
Avaliador
Universidade Federal de São Paulo

AGRADECIMENTOS

Agradeço especialmente meu trabalho ao Professor Dr. Fábio Alexandre dos Santos, por toda sua disposição, competência e por despertar em mim a gratificação que é a pesquisa acadêmica.

Agradeço também a minha família, em especial Tercio, João Pedro e Ana Paula, e ao meu marido Lucas, por sempre me incentivarem a seguir os meus sonhos, e me proporcionarem as condições para isso.

RESUMO

O município de Petrolina, situado no semiárido brasileiro no Estado de Pernambuco, hoje ocupa a posição de uma das cidades que mais cresceu economicamente ao longo dos últimos anos. Desde o final da década de 1950 a região passou por um grande processo de transformação estrutural, que pode estar associada a forte presença do Estado ao longo desse período. Pretende-se nesse trabalho, a partir da análise dos conceitos de crescimento e desenvolvimento, analisar as implicações socioeconômicas do acelerado crescimento da cidade, e a importância das políticas públicas, principalmente aquelas relacionadas a irrigação, para esse processo. Enquanto metodologia de análise utilizou-se a revisão bibliográfica baseada em artigos, periódicos, livros, jornais de diferentes períodos, documentos e mapas históricos, além da análise de dados de pesquisas estatísticas. O que tentamos responder é se a partir da intervenção estatal, com a inserção de projetos de irrigação no semiárido brasileiro, como é o caso do Projeto de Irrigação Senador Nilo Coelho, seria possível se promover um desenvolvimento econômico em ambientes de seca?

Palavras-chave: Petrolina. Desenvolvimento. Políticas Públicas. Irrigação. Projeto de Irrigação Senador Nilo Coelho.

SUMMARY

The city of Petrolina, that is in Brazil's semi-arid region, in the state of Pernambuco, nowadays occupies the position of one of the cities that has most grown economically over the past few years. The region has passed by a major structural transformation, since the end of the 1950s, which may be associated with a strong presence of the State throughout this period. In this work, based on the analysis of the concepts of growth and development, the intention is to analyze the socioeconomic implications of the accelerated growth of the city, and the importance of public policies, especially those related to irrigation, for this process. As an analysis's methodology, we have used bibliographic review based on articles, periodicals, books, newspapers from different periods, historical documents, and maps, in addition to the analysis of statistical research data. What we have tried to answer is whether, based on state intervention, with the insertion of irrigation projects in the Brazilian semi-arid region, such as The Nilo Coelho irrigation scheme, would it be possible to promote economic development in drought environments?

Keywords: Petrolina. Development. Public Policies. Irrigation. Nilo Coelho Irrigation Scheme

LISTA DE FIGURAS (mapas, fotos e gráficos)

Imagem 1 – Rio São Francisco da foz a Cabrobó	17
Imagem 2 - Cartografia colonial do São Francisco (1729).....	17
Imagem 3 - A Casa da Torre de Garcia D'Ávila, Bahia, século XVI-XVIII.....	19
Imagem 4 – Acessórios típicos do vaqueiro nordestino.....	22
Imagem 5 – Representação do vaqueiro pela arte do cordel	24
Imagem 6 – Localização das missões religiosas – destaque para a região de Petrolina.....	26
Imagem 7 – Passagem do São Francisco	28
Imagem 8 – Capela Rainha dos Anjos	35
Imagem 9 – Cartografia do Rio São Francisco	36
Imagem 10 – Imagem de Petrolina no início do século XX	37
Imagem 11 – Imagem que retrata a travessia entre as cidades de Juazeiro e Petrolina.....	39
Imagem 12 – Feira na avenida Souza Filho – Petrolina (1920).....	41
Imagem 13– Cangaceiros.....	43
Imagem 14– Campo de concentração criado na Grande Seca de 1877-1879	47
Imagem 15 – Matéria publicada na época de fundação do BNB.....	50
Imagem 16 – Agricultura Vazante no semiárido	55
Imagem 17 – Usina Hidrelétrica de Paulo Afonso, foto aérea da usina após a formação do lago.....	58
Imagem 18 – Inauguração da Represa de Três Marias.....	58
Imagem 19 – Áreas-programa determinadas pela Codevasf, utilizando o conceito anterior da Comissão do Vale do São Francisco	59
Imagem 20 – Trecho retirado da Revista Realidade, sobre o balanço geral da Comissão do Vale do São Francisco	61
Imagem 21 – Trecho retirado da Revista Realidade, sobre o deputado Manoel Novais e os problemas do coronelismo no Vale	62
Imagem 22 – Flagelados procurando por água em cacimba (1958)	64
Imagem 23 – Durante a Seca frente de trabalho desloca-se no leito de um rio seco (1958)	64
Imagem 24 – Divisão da bacia hidrográfica do Rio São Francisco.....	67

Imagem 25 – Reportagem do jornal Diário de Pernambuco sobre as mudanças estruturais na agricultura da região.....	69
Imagem 26 – Organização das áreas-programa da Bacia do rio São Francisco.....	75
Imagem 27 – Malha rodoviária nordestina 1967	76
Imagem 28 – Mapa do projeto de irrigação Bebedouro, em Petrolina.....	78
Imagem 29 – Relato da população de Petrolina sobre o projeto piloto Bebedouro	79
Imagem 30 – Trecho da reportagem “Uva do São Francisco vai abastecer o país”, do DP	80
Imagem 31 – Perímetros irrigados Petrolina/Juazeiro	87
Imagem 32 – Planta do Projeto de Irrigação Senador Nilo Coelho	91
Gráfico 1 – Evolução das áreas plantadas por tipo de exploração	93
Imagem 33 – 3ª Festa do Melão, na cidade de Juazeiro 1987	101
Imagem 34 – Produção de uvas em Petrolina	103
Imagem 35 – Indicadores educacionais de Petrolina – 1991, 2000 e 2010 ...	106
Imagem 36 – Indicadores das condições habitacionais de Petrolina – 1991, 2000 e 2010	106

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 – Estimativa total da produção agrícola para o Projeto Piloto Bebedouro (1971)	77
Tabela 2 – Núcleos habitacionais e agrícolas distribuídos por todo o Perímetro Nilo Coelho	90
Tabela 3 – Divisão da ocupação dos perímetros irrigados de Petrolina	92
Tabela 4 – Dados do Projeto de Irrigação Senador Nilo Coelho (2014).....	96
Tabela 5 – Desempenho produtivo dos lotes empresariais para 2014	97
Tabela 6 – Perímetros públicos de irrigação no Polo Petrolina-PE/Juazeiro-BA, entre os anos de 1970 e 1980.....	98
Tabela 7 – Perímetros públicos de irrigação no Polo Petrolina-PE/Juazeiro-BA, entre os anos de 1980 e 1985.....	98
Tabela 8 – Desempenho por hectare das culturas da região de Petrolina, para o ano de 2005.....	104
Tabela 9 - Área, População e Densidade Demográfica – 1991, 2000, 2010 e 2018	
Tabela 10 - Produto Interno Bruto e sua composição setorial por unidade geográfica – 2016	105
Tabela 11 – PIB per capita, comparação por unidade geográfica com o Brasil – 2012 – 2016.....	107
Tabela 12 - Produção agrícola no município de Petrolina - PE – 2017	108
Tabela 13 - Número de estabelecimentos, empregos formais, remuneração total e remuneração média no município de Petrolina - PE – 2017	109

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	113
CAPÍTULO 1. A OCUPAÇÃO E A SECA: CONSTRUÇÃO SOCIOECONÔMICA DA REGIÃO	16
1.1 A formação da Passagem do Juazeiro	16
1.2 Petrolina.....	33
CAPÍTULO 2. A SECA, O ESTADO E PETROLINA	45
2.1 – A seca	45
2.2 – CVSF, Sudene e Petrolina	51
CAPÍTULO 3. ÁGUA COMO VETOR DE MUDANÇA.....	71
3.1 Celso Furtado e o enfrentamento de um problema que extrapolava a seca.....	71
3.1.1 Irrigação – primeiros projetos – e a Codevasf.....	72
3.2 Projeto de Irrigação Senador Nilo Coelho	88
3.2.1 A irrigação e seus resultados	97
CONSIDERAÇÕES FINAIS	110
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	112

INTRODUÇÃO

As secas são seculares no Nordeste, contudo a partir da ocupação dos sertões o fenômeno passa a ser mais perceptível, e como consequência seus impactos sociais e econômicos. Antes da colonização no interior da região, que se deu a partir de meados do século XVI, não havia grandes problemas, pois o ecossistema predominante, a caatinga, era adaptado ao clima e suas variações periódicas. Entretanto quando os colonizadores passaram a modificar a paisagem natural, com o desmatamento, para a implantação da pecuária e produção de alimentos, houve um potencial aumento a vulnerabilidade das secas.

As causas delas são climáticas, pois o clima nordestino é fortemente influenciado pelo fenômeno El Niño, que quando presente acaba por, de uma forma geral, ocasionar precipitações menores do que a média da região. Além disso, o clima da localidade sofre impacto também das superfícies do Oceano Atlântico. Segundo Furtado, não se pode enquadrar o índice pluviométrico do Polígono das Secas como baixo, por variar em média entre 500mm e 700mm anuais. O problema se encontra na concentração do nível pluvial “quanto menos dias chuvosos há, mais fracas são as chuvas” (Furtado, 1959, p. 65). Assim a seca é causada pela baixa no nível das precipitações e concentração dela.

A questão é que, na história do Nordeste semiárido o problema da seca é esquecido quando o fenômeno passa, e a falta de políticas públicas faz da região uma das mais subdesenvolvidas do país, acentuadamente marcando historicamente uma tipologia econômica a ela atrelada, como aponta Furtado. Após o período de seca a população volta a povoar o sertão, retomando as atividades de pecuária e agricultura, até o momento em que uma nova seca se estabeleça e, com a intensificação do problema, é fomentando novamente a queda da produção, de renda, e a retomada dos processos migratórios. Além disso, a concentração de renda e poder nas mãos de latifundiários potencializou as proporções do problema, que a cada tempo histórico acabou por demandar diferentes soluções e investimentos. Contudo, na maioria das vezes, se resumindo a omissões por parte das autoridades públicas.

Este estudo, portanto, se debruça sobre o fenômeno da seca em Petrolina (PE) de modo a verificar “se” e “como” o projeto de irrigação Senador Nilo Coelho, cujo investimento visava ao enfrentamento dos problemas decorrentes da seca, impactou em mudanças socioeconômicas para a cidade, tentando captar, como aponta Szmrecsányi, o *processo histórico* de discussões sobre o tema até a elaboração do projeto e a transformação econômica da cidade e da região, decorrente da sua execução.

O período de análise do projeto se inicia em 1959, quando o Grupo de Trabalho para o Desenvolvimento do Nordeste (GTDN), coordenado pelo economista Celso Furtado, publicou o livro “Uma Política de Desenvolvimento Econômico para o Nordeste”, documento responsável por efetuar uma análise sobre o problema referente ao desenvolvimento econômico da região Nordeste, diante da conjuntura nacional da época, elaborando um conjunto de recomendações, concretas, que poderiam possibilitar uma solução definitiva para o problema enfrentado. O GTDN teve como resultado a criação da Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste (Sudene), a partir da Lei nº 3.692, em 15 de dezembro de 1959. A análise se encerra em 2013, apontando os resultados obtidos a partir das políticas públicas implementadas no município desde os primeiros planos de desenvolvimento elaborados. Porém, recuos e avanços nestes marcos temporais se fizeram necessários e fundamentais para a construção da narrativa e argumentativa da pesquisa.

A base teórica se fundamenta em Celso Furtado no que tange à sua visão sobre os aspectos econômicos e às disparidades envolvendo a região Nordeste; Wilson Cano sobre sua percepção das políticas de desenvolvimento regional; Celina Souza na definição do que seriam políticas públicas, e a importância da presença do Estado; e num balanço sobre as pesquisas referentes ao fenômeno da seca, dos projetos de irrigação, sobre a cidade, em especial o autor Esmeraldo Lopes, que em sua obra “Opara” se dedicou a registrar a trajetória que formou a história e sociedade do submédio do Rio São Francisco; Teodoro Sampaio e João Antonil, que exerceram papel fundamental no mapeamento dos sertões; além de Cícero Souza, com seu levantamento de dados sobre a cidade de Petrolina. Ademais foram utilizados dados da Cepal; BNB; Sudene; IBGE e Codevasf, analisados jornais de diferentes períodos, documentos e mapas históricos para responder às questões colocadas.

O texto está estruturado em 3 capítulos mais esta introdução e as considerações finais. O primeiro, apresenta a formação da Passagem de Juazeiro, que viria a se tornar a atual cidade de Petrolina. Demonstrando como foi o processo local de colonização e estruturação socioeconômica da região. Em seguida apresentamos a discussão relativa à seca, o papel do Estado no desenvolvimento de políticas públicas sobre o tema, e como a região de Petrolina foi afetada a partir destas situações. E, por fim, completando a análise, o terceiro capítulo discute o projeto, sua execução e sua relação com Petrolina, tentando demonstrar que a partir da inserção de projetos de irrigação no semiárido brasileiro, como é o caso do Projeto de Irrigação Senador Nilo Coelho, seria possível se estimular o desenvolvimento econômico regional.

CAPÍTULO 1. A OCUPAÇÃO E A SECA: CONSTRUÇÃO SOCIOECONÔMICA DA REGIÃO

1.1 A formação da Passagem do Juazeiro

Dada a procura por ouro, os portugueses, que inicialmente colonizaram apenas o litoral nordestino, passaram a adentrar os sertões. Entre suas expedições, no dia 4 de outubro de 1501 se depararam com a desembocadura de um grande rio, cuja denominação foi dada de acordo com o santo do dia, por Américo Vespúcio, que o chamou como rio São Francisco (Pierson, 1972, p. 229 –Tomo I). Para os indígenas que habitavam suas margens, ele se chamava Opara, que na linguagem tupi significa sem rumo (BUENO, 1983, p. 215).

Como os espanhóis haviam descoberto ouro em áreas sob seu domínio nas Américas, o rei de Portugal se interessou mais pelas terras que estavam em suas “mãos”, acreditando na existência de minas e metais preciosos. Assim, partindo de algumas áreas como São Vicente, Salvador e Olinda, adentraram rumo ao sertão em expedições, mas algumas delas acabaram se desfazendo por conta da fome, doenças e ataques indígenas.

A partir destas iniciativas foi possível a realização de um mapeamento das terras, da fauna e da flora de algumas destas regiões, além do contato com grupos indígenas nativos. Em 1570, o rei de Portugal autorizou a prática da escravidão dos indígenas, em especial daqueles que não se submetiam à servidão pacificamente, e até 1620 as expedições escravizadoras foram um dos elementos mais importantes que marcaram a presença lusíada no submédio do São Francisco, representado na Imagem 1, abaixo, em que o cartografo holandês Johannes Vingboons retrata o caminho que ladeava o rio São Francisco desde sua foz até a cidade de Cabrobó e, na Imagem 2, com sua localização em relação à região.

Imagem 1 – Rio São Francisco da foz a Cabrobó



Fonte: Johannes Vingboons. Kaart van het fort't week graaf Mauritis Van Nassauw heeft doen leggen aan de rivier St. Francisco den 29 maart 16. Plattegrand van fort Mauritis bij Rio Santo Francisco, Brazilië. Acervo do Nacional Archief, Haia. Em vermelho, linha pontilhada, o caminho que ladeava o rio São Francisco, desde sua foz até a freguesia de Cabrobó, donde se conectava com uma rota de condução à capitania das Minas Gerais. Annals of Museu Paulista. v. 21. n.2. Jul.-Dec. 2013

Imagem 2 – Cartografia colonial do São Francisco (1729)



Fonte: Pierre van der Aa, « Le Brésil suivant les Observations de Messieurs de l'Académie Royale des Sciences, etc. Augmentée de Nouveau. 1729)

Devido à posição estratégica e à fertilidade da terra (com presença de solo massapé na região) encontrada na zona-da-mata, a costa nordestina se tornou desde meados do século XVI uma das principais áreas produtoras de

matérias primas e alimentos destinadas à exportação, conhecida especialmente pela produção do açúcar. Quanto maior o avanço dos engenhos, mais os portugueses sentiram a necessidade de importar bovinos, provenientes da ilha de Cabo Verde, a fim de aumentar os níveis da produção da cana-de-açúcar, utilizando-os como tração animal. Contudo, com o passar do tempo e o aumento das lavouras, o tamanho dos rebanhos e a introdução de outras espécies para fins de consumo dos trabalhadores da região, como caprinos e suínos, houve uma queda nas exportações do açúcar, uma vez que os animais tendiam a invadir e destruir as lavouras da cana. Isso fez com que a coroa portuguesa emitisse uma determinação oficial via carta régia, em 1701, que proibia a criação de gado em uma faixa de terra de 10 léguas da costa (BARCELOS, 2010, p.

59). A expansão pastoril introduziu um novo tipo de colonizador, o fazendeiro bovino. Garcia D'Ávila, funcionário da coroa portuguesa, quando chegou à colônia percebeu facilidades para enriquecer, assim solicitou e conseguiu obter sesmarias¹ no litoral nordestino, dando início à formação de um engenho, e em seguida, partiu para a criação de gado, o que o fez um dos maiores criadores de toda colônia. Aos poucos expandiu suas propriedades obtendo sesmarias para sertão adentro, "as serras todas de Jacobina e a Serra de Lainsambé, e dessas distas terras para o sertão cem léguas, e daí para a costa do mar outras cem léguas" (CALMON, 1983, p. 54). Sérgio Buarque de Holanda (1960, p. 221) apontou duas qualidades fundamentais para a criação de gado na região "o relevo formado por peneplanícies e os barreiros salinos encontrados, as mais das vezes, ao longo do médio São Francisco". Assim foi ampliado o império da família que ficou conhecida como "Casa da Torre" que, conforme Imagem 3, foi construída onde hoje é localizada a Praia do Forte na Bahia, cidade de Mata de São João. A construção é considerada a primeira grande edificação portuguesa

¹ Sesmaria correspondia a uma fração de terra, que deveria ter tamanho máximo correspondente a uma "lagoa em quadra", que seria o equivalente a uma légua de frente por uma de fundo. Esta era concedida a partir do sistema sesmarial, de fracionamento e de cessão de glebas dentro das leis impostas pelo reino de Portugal. A concessão era um processo gratuito, mas que dependia do cumprimento de algumas exigências, como o pagamento do dízimo, que correspondia a décima parte da produção realizada nas sesmarias, o tributo era pago a Ordem de Cristo, corporação detentora das terras. Além disso o sesmeiro, o funcionário público que recebeu a sesmaria, deveria explorar as glebas dentro de um prazo determinado, caso contrário ele poderia perder seu direito de propriedade sob as terras (MARX, 1980, p. 32-35).

no Brasil, única de estilo medieval construída na América. Ela começou a ser erguida em 1551 e foi somente concluída em 1624.

Imagem 3 – A Casa da Torre de Garcia D’Ávila, Bahia, século XVI-XVIII



Fonte: MOTT, 2010, p. 294.

“Dizem o capitão Garcia d’Ávila e o Padre Antônio Pereira que ele tem descoberto o rio São Francisco lá em cima no sertão, onde chamam as aldeias de Rodelas, a qual terra descobriram eles suplicantes com muitos trabalho que passaram de fomes e sedes, por ser todo aquele sertão falto de águas e mantimentos, abrindo novos caminhos por paragens onde nunca os houve e com muito risco de suas vidas e dispêndios de muita fazenda, resgates que deram ao gentio para poder obrigar ao conhecimento e povoação das ditas terras em que despenderam mais de 2 mil cruzados de fazendas e roupas com todas aquelas aldeias que são muitas, e por meio das ditas dádivas os ditos índios como naturais e senhores das ditas terras lhas entregaram... e como tais as povoaram de currais de gado” (Carta de sesmaria de 22 de abril de 1651, ms. Do Arq. Público da Bahia, vol. XXIV, págs. 160-161, Apud CALMON, 1983, p. 71 e 72).

Como mostra o trecho da carta evidenciada na obra do historiador Pedro Calmon, foi como se deu o início da ocupação da parte baiana do São Francisco por meio dos currais, contudo, logo chegando à parte pernambucana:

“O Governo de Pernambuco, André Vidal de Negreiros, deu ao Capitão Garcia d’Ávila, ao Padre Antônio Pereira, a Catarina Fogaça, Francisco Dias d’Ávila e Bernardo Pereira as terras pelo rio de São Francisco acima,

começando das que estão povoadas até dar na última aldeia dos gentios Moipiras, concedendo-lhes para a parte do norte até a serra chamada Paripe, ficando-lhe esta de dentro com outro tanto de largo abaixo e acima, quando tiverem de comprimento pelo dito rio de São Francisco, tomando por peão as terras que ficam junto do mesmo rio da banda desta capitania fronteiras do rio Salitre que descobriu o Capitão Francisco Dias d'Ávila e fica da parte da Bahia; as quais terras estão muito ao sertão, e por esta causa, e receio do gentio brabo que nela há se não habitaram nunca”(CALMON, 1983, p. 72 e 73).

Desta forma, a pecuária foi deslocada para a região do São Francisco em meados do século XVII pelos senhores da Casa da Torre. A estruturação de uma fazenda de gado exigia a ocupação efetiva da terra, atividade que não era efetuada antes na região, contudo, segundo Erivaldo Neves, as instalações dos currais não exigiam grandes investimentos, apenas um pequeno contingente de trabalhadores livres e escravos de ambos os sexos, além de um casal, proprietário ou simplesmente administrador.

“As habitações rurais do início do povoamento tinham geralmente paredes de enchimento ou taipa - material ainda muito usado atualmente - e tetos de palhas de Ouricuri ou cascas de pau-d'arco. Apenas os fazendeiros mais abastados edificavam suas casas com alicerces de pedras, paredes de adobes de argila crua e coberturas de telhas vãs” (NEVES, 1998, p. 98)

Em 20 de março de 1700, o historiador Pedro Taques de Almeida classificou o rio São Francisco como rio dos currais, dado que toda a região próxima a ele, desde a Vila Penedo (AL) até a divisa das capitanias de Pernambuco e Bahia com Minas Gerais, mais ou menos, estava subdividida em inúmeros currais, fazendas e criadouros. No geral, uma fazenda ocupava o espaço correspondente a uma sesmaria, a depender do prestígio e da força de um senhor, eram instalados inúmeros currais. Segundo Esmeraldo Lopes (1954, p. 24), os senhores da Casa da Torre, como não poderiam ocupar todas as terras que possuíam, efetuaram vendas, arrendaram a portugueses, ou mesmo as doaram a homens de sua confiança, que às vezes se tornavam seus procuradores, conferindo fidelidade.

“Os currais eram implantados a uma certa distância do Rio São Francisco. A beira do rio oferecia a possibilidade dos animais atolarem, serem atacados por doenças, cobras, piranhas, jacarés e possuía muitas áreas inundáveis em certos períodos do ano. A proximidade do rio também não permitia um controle eficaz do vaqueiro sobre o rebanho. Caso pastasse nas proximidades dele, o gado ficaria livre para beber em qualquer lugar e assim desgarrar-se” (ANDRADE, 1982, p. 38).

Os locais preferidos para a criação eram os próximos a riachos, segundo Lopes (1954), cujo aspecto direcionou o processo de ocupação do espaço das caatingas da região e criou verdadeiros vazios populacionais nas áreas não entrecortadas por riachos, ou seja, em áreas distantes ou desprovidas de acesso à água.

Os animais criados em campos abertos eram controlados por vaqueiros, trabalhadores que a partir do uso de ferramentas rústicas, como o chocalho de peias, garantiam que o gado se mantivesse seguro. A Casa da Torre, como citada, desde sua origem havia reunido centenas de índios que, após terem sido destribalizados e domesticados, foram transformados em serviçais, constituindo a base da sua mão-de-obra. Segundo Washington Queiroz, os vaqueiros desempenhavam como função principal a condução do gado e o ofício de pastoreio, assim como também exerciam a função de guerreiros². Cada vez que adentravam aos sertões mais ficava nítido seus semblantes indígenas, resultado da miscigenação, isso até por volta do século XVIII, quando se tornaram o que se convencionou chamar no interior de caboclo, que, em realidade, corresponderia ao mameluco, fruto da mistura entre índios, brancos e negros.

Por habitarem em um ambiente repleto de dificuldades, desenvolveram estratégias para adaptação à realidade da caatinga e passaram, então, a construir suas habitações ao lado dos currais. Além disso, devido à carência de serviços na região, desenvolveram formas de sobrevivência em meio àquele meio inóspito, como por exemplo o uso do couro dos animais para confecção de inúmeros bens, como suas próprias roupas que também os protegiam da vegetação, além das mais variadas utilizações, como aponta Capistrano de Abreu e ilustrado pela Imagem 4, a seguir.

² Guerreiro do ponto de vista do autor estava associado à função dos vaqueiros de ampliar os campos de criação de gado (QUEIROZ, p. 71-84).

"De couro era a porta das cabanas, o rude leito aplicado ao chão duro, e mais tarde a cama para os partos; de couro todas as cordas, a borracha para carregar água; o mocó ou alforge para levar comida, a mala para guardar roupa, mochila para milhar cavalo, a peia para prendê-lo em viagem, as bainhas de faca, as bruacas e surrões, a roupa de entrar no mato, os bangüês para curtume ou para apurar sal; para os açudes, o material de aterro era levado em couros puxados por juntas de bois que calcavam a terra com seu peso; em couro pisava-se tabaco para o nariz." (CAPISTRANO DE ABREU, 1982, p. 133)

Imagem 4 – Acessórios típicos do vaqueiro nordestino



Fonte: Ofício de Vaqueiro, cadernos do IPAC (Instituto do Patrimônio Artístico e Cultura da Bahia) 6 (2013, p. 39).

Os vaqueiros exerciam uma relação similar ao de servo junto aos criadores de gado, segundo Maria Isaura Pereira de Queiroz (1977), eles recebiam como forma de salário algo em torno de um quarto do aumento do rebanho, cujo sistema de pagamento era denominado de “partilha” ou “quartinação”. Os bezerros eram escolhidos à sorte, por meio de jogos de azar, como exemplo jogos de dados ou papeis sorteados nos quais estavam os nomes das vacas mães.

Os senhores não aprovavam as relações de amizade entre vaqueiros, pois isso poderia ameaçar sua fidelidade perante os criadores, assim a profissão os obrigava a solidão. A Imagem 5 retrata a partir da xilogravura a atividade cotidiana do vaqueiro nos sertões nordestinos, dando ênfase à solidão por eles vivida. No que se refere ao âmbito das relações de poder estabelecidas, ilustrativo resgatar a obra “Vidas Secas” de Graciliano Ramos, em que o autor retrata essa figura solitária associada ao sertanejo vaqueiro por meio do personagem Fabiano:

“Fabiano, você é um homem, exclamou em voz alta.

Conteve-se, notou que os meninos estavam perto, com certeza iam admirar-se ouvindo-o falar só. E, pensando bem, ele não era homem: era apenas um cabra ocupado em guardar coisas dos outros. Vermelho, queimado, tinha os olhos azuis, a barba e os cabelos ruivos; mas como vivia em terra alheia, cuidava de animais alheios, descobria-se, encolhia-se na presença dos brancos e julgava-se cabra.

Olhou em torno, com receio de que, fora os meninos, alguém tivesse percebido a frase imprudente. Corrigiu-a, murmurando:

- Você é um bicho, Fabiano.

Isto para ele era motivo de orgulho. Sim senhor, um bicho, capaz de vencer dificuldades. Chegara naquela situação medonha - e ali estava, forte, até gordo, fumando o seu cigarro de palha.

- Um bicho, Fabiano.” (RAMOS, 1938, p. 11).

Imagem 5 – Representação do vaqueiro pela arte do cordel



Fonte: J. Borges. O Sol quente no sertão, 2016, xilogravura

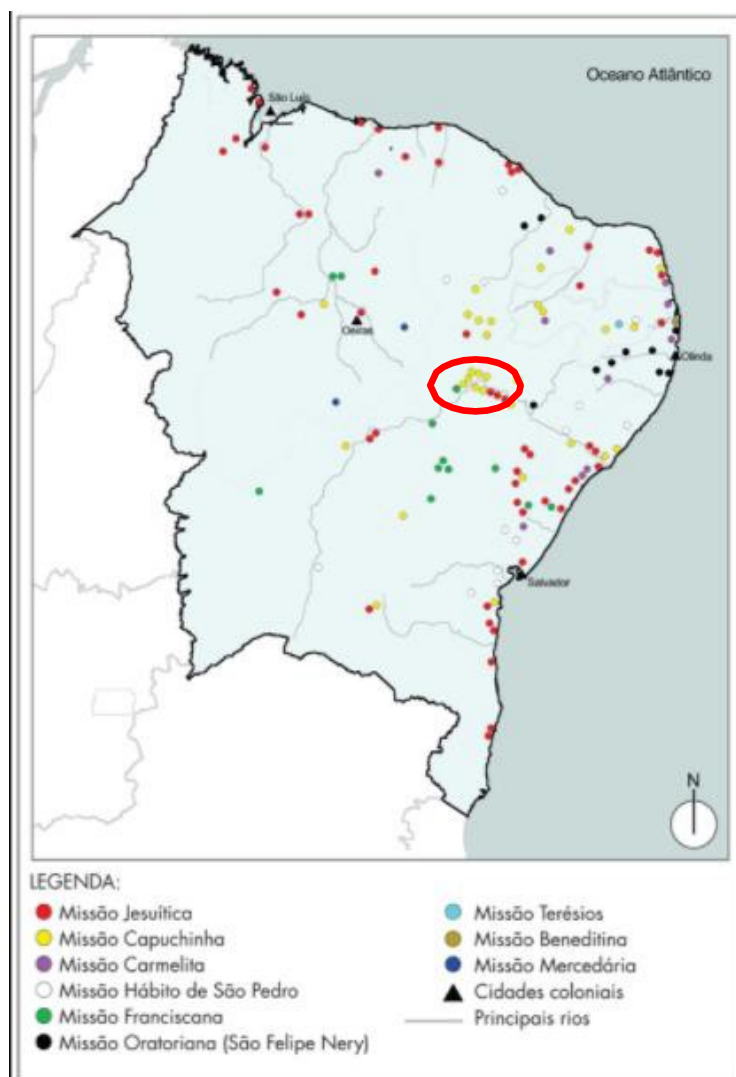
Após a restauração de Pernambuco, em 1654³, houve um incentivo à evangelização dos sertões por parte dos jesuítas, que acompanhou a expansão da pecuária. Antes da Insurreição Pernambucana, quando a capital ainda estava sob domínio holandês, os índios aliavam-se frequentemente aos holandeses, segundo Barléu (2005, p. 46) “a força de armas defende os indígenas do sertão as suas terras contra os portugueses”. Com a política de Maurício de Nassau, a Holanda manteve durante sua dominação boas relações com os indígenas, proibindo sua escravização. Em um relatório redigido em 1644, o conde de Nassau afirmava que da amizade dos índios dependia a conservação da colônia do Brasil (MELLO, 2007, p. 210 – 211).

³ Durante os anos de 1630 a 1654, Pernambuco esteve sob a dominação holandesa. Esse período é demarcado por uma periodização tripartida, tendo um momento inicial (1630-1637) caracterizado pela conquista dos holandeses do território pernambucano, sob forte resistência da população local, seguida de um período de paz (1638-1645), que está relacionado ao período de governo do conde Maurício de Nassau, e, por fim, a fase da restauração luso-brasileira (1645-1654), também chamada de Insurreição Pernambucana.

Ao final do século XVII, o sertão do São Francisco encontrava-se totalmente explorado, mesmo que por pouca povoação. Segundo Antonil (1837, p. 290-292), os currais do sertão de Pernambuco eram em maior número do que os do sertão meridional, e o número total de bovinos no sertão seria de meio milhão de cabeças na Bahia e oitocentos mil em Pernambuco. O monopólio na parte de Pernambuco correspondia à Casa da Torre (260 léguas na margem pernambucana do São Francisco, mais oitenta léguas entre o São Francisco e o Parnaíba), e na margem baiana os proprietários eram relacionados à casa da Ponte, de Antônio Guedes de Brito.

Segundo Arraes (2013) as missões religiosas foram financiadas pela Coroa Portuguesa, ao longo do território próximo ao rio São Francisco. Nessas localidades os conflitos entre a Casa da Torre, curraleiros, missionários e grupos indígenas tornou-se recorrente. Conforme Imagem 6 abaixo, fica possível verificar que desde Petrolina (antiga Passagem do Juazeiro) até a sede paroquial de Cabrobó os pontos de doutrinação indígena são mais próximos entre si, característica diferente do que se encontrava do povoamento dos sertões, que costumavam possuir grandes dispersões populacionais.

Imagem 6 – Localização das missões religiosas – destaque para a região de Petrolina



Fonte: Desenho original do autor Esdras Arraes, que demonstra os caminhos terrestres criados nos tempos coloniais e marginais ao rio São Francisco ou a ele convergentes. Desenho baseado em manuscritos do Projeto Resgate Barão do Rio Branco; André João Antonil (1982, p. 97); Ernesto Ennes (1938, p. 371); Barbosa Lima Sobrinho (1978, p. 48-49); Carlos Studart Filho (1937, p. 27); Informação sobre as minas..., (1935, p. 173); José Alípio Goulart (1963, p. 16-26).

Segundo Arraes (2013), os jesuítas chegaram à região por volta de 1680 e administraram suas aldeias até julho de 1696, quando foram expulsos pela Casa da Torre por não aceitarem o uso dos índios aldeados em guerras e por solicitarem sesmarias para plantação de pequenas roças para o sustento dos nativos.

Durante sua permanência no território, os padres da Companhia de Jesus priorizaram a realização de trabalhos de “aldeamento” dos índios. Esta ação,

segundo Lopes (1954), correspondia à convergência de diferentes grupos indígenas, independentemente de suas nações e culturas, em agrupamentos sob controle de um missionário designado. Nesses ciclos os padres instauravam uma série de normas como, por exemplo, a obrigatoriedade no comparecimento de missas e novenas, até instruções de como deveriam se portar com os relacionamentos familiares. Eles submetiam os índios à renúncia de suas características culturais, rompendo com suas tradições e crenças a fim de seguir os preceitos cristãos. Os missionários, em coletividade, tentavam catequizar a população nativa e acreditavam na criação de uma esfera de convivência estável entre colonizadores e grupos primitivos. Contudo, o que ocorreu:

“foi a destruição da cultura e do povo indígena, a sua domesticação e transformação em uma gente fraca, apta a servir aos conquistadores. Gente que perdeu seus hábitos, suas formas de relacionamento familiar, enfim, que perdeu sua cultura” (LOPES, 1954, p. 34).

A partir da última década do século de XVII, houve um aumento da regulação do sistema sesmarial, com o estabelecimento de limites territoriais e um incremento na fiscalização dos terrenos, a fim de se averiguar se havia de fato demarcações e se estas estavam sendo aproveitadas para o cultivo e criação de animais. De acordo com Alveal (2015, p. 247-263) em 20 de janeiro de 1699, durante o reinado de Dom Pedro II (de Portugal), uma provisão foi estabelecida para cobrança de foro proporcionalmente ao tamanho que as sesmarias deveriam ter e foi encaminhada ao governador da capitania de Pernambuco. Essa ordem régia tinha como objetivo central limitar grandes extensões de terra e aplicar uma política de efetiva ocupação de terras, o que acabou por enfraquecer a presença majoritária da Casa da Torre na região. Qualquer português ou descendente interessado a ocupar a localidade, provando sua real aptidão, poderia solicitar uma carta de sesmaria. Com isso, muitas pessoas foram atraídas para a região, com o objetivo de se tornarem criadores de gado e buscarem lucros, o que exigia um pequeno investimento inicial. Outro fator que potencializou a ocupação foi o início da mineração em Minas Gerais, uma vez que os mineradores utilizavam a carne e o couro oriundo da pecuária da região do São Francisco.

A condução dos animais era realizada com muita dificuldade e consequentemente uma grande parte do rebanho era perdida no trajeto. Além disso, não havia pasto suficiente para a alimentação do gado, logo, os poucos da espécie que chegavam ao destino estavam em estado de extrema magreza.

O principal obstáculo da jornada era a travessia do rio São Francisco, limitador natural que fez com que os boiadeiros aproveitassem o ponto para fazer uma parada para descanso próprio e dos animais. Assim parte da população ribeirinha passou a oferecer vários serviços neste ponto de repouso.

Ali nasceu a região que ficou conhecida como Passagem do Juazeiro, utilizada para se referir a qualquer uma das margens do rio, tanto do lado pernambucano como o lado baiano, e seu nome estava relacionado à existência de diversas árvores de juazeiro nas margens do rio, ponto utilizado para a travessia. A região de Passagem de Juazeiro abrigaria a futura Petrolina, como se verá adiante. A Imagem 7 abaixo, representa a passagem do Juazeiro, retratada em 1819.

Imagem 7 – Passagem do São Francisco



Fonte: Spix e Martius (1819).

Segundo Abreu:

“Em tais encaminhamentos transviavam-se reses ou cansava, ou ficavam quase moribundas, à falta d’água. A experiência ensinou certos povoadores a estabelecerem-se pelos caminhos, a fazerem açudes, a plantarem mantimentos, que não precisavam ser exportados, porque se vendiam na porta aos transeuntes, a comprarem as rezes transviadas ou desfalecidas que, tratadas com cuidados, ou serviam à alimentação ou revendiam com lucro. Assim os caminhos foram povoando lentamente, e as malhas de povoamento apertaram-se mais na Bahia que em outra parte, exceto em

alguns da Capitania de Pernambuco igualmente pastoris” (ABREU, 1975, p. 65).

Von Spix e Martius ainda indicam o número de habitantes da região e a relevância do rio e sua situação naquele momento:

“O arraial de Joazeiro, pequena aldeia de 50 casas com 200 habitantes, deve sua origem à missão, que antigamente houve nos arredores, e sua actual importancia ao transito pela estrada do Piuahy, que nessa altura atravessa o rio. O S. Francisco separa as duas capitanias, Bahia e Pernambuco, o Porto Registro [atual Petrolina], situada á margem norte do rio em frente a Joazeiro, pertence a Pernambuco. (...) A propria região em que nos achavamos exercia influencia reconfortante sobre o nosso espírito, pois o magestoso S. Francisco espalha todos os benefícios de um grande rio e, ainda mais, lembra aos viajantes allemães o Rheno, (...). Durante a nossa estada o rio estava com pouca agua, porá causa da longa sêca nas regiões do sul. Nesse anno não havia transbordado”. (VON SPIX; VON MARTIUS, 1938, p. 288 apud LOPES, 2011, p. 86-87).

No decorrer do século XVIII, com a pecuária, muitos homens do nordeste fizeram suas apostas na criação de gado. De acordo com Celso Furtado (1959, p. 65-75) diferente do que ocorria na economia do açúcar, a economia criatória não dependia de gastos monetários no processo de reposição do capital e de expansão da capacidade produtiva. Isso se dava porque a produção de açúcar demandava a importação de mão-de-obra proveniente da escravidão, além da compra de equipamentos, enquanto a atividade de criação de animais o capital se restituía sem a necessidade de grandes investimentos financeiros.

Conforme se avançava a estagnação da produção açucareira no litoral nordestino, devido ao aumento do preço dos escravos e da emigração da mão-de-obra especializada, a economia nordestina entrava em decadência. Com isso, não havia postos de trabalho no litoral para toda a população livre, grande partedesta foi então atraída para o interior, que crescia como criadouro bovino.

“Como a rentabilidade da economia pecuária dependia em grande medida da rentabilidade da própria economia açucareira, ao transferir-se população desta para aquela nas etapas de depressão se intensificava a conversão da pecuária em economia de subsistência” (FURTADO, 1959, p. 71).

As caatingas no início do processo de colonização haviam se apresentado como propícias para a criação do gado, mas o bioma se mostrou, em comparativo com as novas regiões utilizadas para criação, não tão próspero. O terreno acidentado e a escassez de capins frescos para os animais se mostraram um grave obstáculo. Além disso, devido à escassez da água, uma boa parte do rebanho não conseguia sobreviver às secas constantes, e poucos animais chegavam à fase adulta e aqueles que conseguiam apresentavam uma carne com textura dura e fibrosa, o que não era considerada a ideal. Além disso, outros fatores como a distância de outros centros consumidores passaram a ser um empecilho para prática, enquanto a produtividade da pecuária registrada nas áreas próximas ao litoral era muito maior que a atividade praticada no sertão.

Com a produção pecuária cada vez mais caracterizada como atividade de subsistência, segundo Furtado (1959), a economia nordestina passou por um processo de involução econômica, dado que a produção do açúcar, setor de alta produtividade, estava entrando em decadência e o setor de criação de animais declinava quão mais o mesmo crescia. O declínio do processo da principal atividade econômica da região acarretou consequências fortes para o Médio e submédio do Rio São Francisco.

De acordo com Lopes (1954) a partir de 1760, com a intensificação da crise da pecuária, parte dos fazendeiros e suas famílias passaram a abandonar a região, os mais abastados migraram para as capitais, os mais pobres, que não tinham condições para migrarem passaram a buscar residência em pequenas vilas da própria região, deixando a solidão das fazendas decadentes. Houve ainda fazendeiros que ao não deterem as condições para levar toda a família para a capital, restaram-lhes a alternativa de enviar seus filhos homens para estudarem no Recife.

A decadência da atividade econômica – por sua vez – foi intensificada pela série de secas que atingiam o sertão. Segundo Caio Prado Jr. (1942, p. 68), o último golpe para a atividade pecuária foi a “Sêca Grande” de 1791-1793, que, para o autor, foi a causa principal da perda de mercados nos grandes centros agrícolas do litoral norte, que passaram a consumir, expressivamente, mais charque do Rio Grande do Sul.

Contudo, mesmo com o definhamento da pecuária, e a saída de uma boa parte dos grandes fazendeiros da região, portugueses e descendentes, mesmo que em grupos pequenos, continuaram a chegar na localidade:

“Uns vinham à procura de adquirir a senhorilidade que o status de fazendeiro conferia, outros, fugindo das pressões políticas iniciadas com o movimento de libertação do Brasil. Isto pode ser demonstrado pelo número de cartas de sesmarias que foram concedidas no final do século XVIII e primeiro quartel do século XIX. Foi notável, também, dentro desse período, a venda de terras. Mesmo com todas as dificuldades para o desenvolvimento da pecuária na região, ela ainda continuava sendo um fator de atração de pessoas de poucas posses que se fixavam em terras de extensões cada vez menores, proporcionando o surgimento de uma porção de fazendas. E assim, estes novos adventícios, sonhavam também o mesmo sonho de seus recentes antecessores” (LOPES, 1954, p. 59-60).

Contudo, foi somente em meados do século XIX que o Estado imperial elaborou a primeira legislação agrária da história nacional, a qual foi popularmente conhecida como a Lei de Terras de 1850, cujo propósito era promover o ordenamento jurídico da propriedade da terra e, devido à herança colonial, situava-se em desordem, o que acabava por proporcionar conflitos entre os senhores de terras. Além disso, a Lei de Terras é vista como complementar à Lei Eusébio de Queirós, vinculada à proibição ao tráfico negreiro, que introduziu a discussão do fim do escravismo. O objetivo central da lei era o de proibir a aquisição de terras devolutas por outro meio que não o da compra, formalizando a proibição da posse de terras, mas possibilitando que as ocupações de terras que não fossem contestadas até aquele momento seriam legalizadas. Diferente do sistema sesmarial, onde as concessões de terrenos eram condicionais, a legislação de 1850 eliminava da definição de terras devolutas as áreas que estivessem na posse de particulares (SILVA, 1996). Essa lei foi de extrema importância para o desenvolvimento regional, pois antes havia poucos fazendeiros “proprietários” de terras, havendo mais arrendatários.

Esse fator foi importante para reduzir um pouco o poder centralizado, contudo para Silva (1996), a legislação de 1850 não solucionou a questão fundiária do Brasil. O Estado não conseguiu diminuir a expansão de terras dos

grandes fazendeiros, com isso, em 1873, a partir de um aviso, o Governo permitiu aos posseiros a compra das terras ocupadas após 1850.

Sem procura por gado na região litorânea da Província pernambucana, a atividade pecuária crescia no sentido do sertão como setor de subsistência. Desta forma para Furtado (1959) havia oportunidade de emprego para a força de trabalho que crescia vegetativamente, contudo, conforme crescia a economia pecuária na região, diminuía-se a renda média da população que exercia a ocupação de criadores.

A redução relativa da renda monetária gerou modificações no grau de especialização da economia e no sistema de divisão do trabalho; muitas mercadorias que eram compradas no litoral precisavam agora ser produzidas na localidade, o que acabava por gerar uma forma rudimentar de artesanato. Sob este contexto, como citado anteriormente, que o couro adquire mais importância, pois “substitui quase todas as matérias-primas, evidenciando o enorme encarecimento relativo de tudo que não fosse produzido localmente” (FURTADO, 1959, p. 70).

Essa condição se agravava à medida que os criadores de animais estavam distantes do litoral, os tornando uma população mais marginalizada, que tinha no couro sua principal fonte de renda. A situação do declínio da economia açucareira, em conjunto com a transferência da capital do Brasil de Salvador para o Rio de Janeiro, alinhado à distância natural da região do submédio São Francisco com relação aos demais principais centros políticos e econômicos da época, aprofundou o isolamento da Passagem do Juazeiro, cuja população permanecia com a pecuária como principal atividade econômica, além da atividade agrícola de subsistência, sem progresso técnico e melhorias organizacionais. No final do século XIX, Teodoro Sampaio, a partir de uma navegação pelo rio São Francisco, relatou a situação da região:

“Daqui para cima, em ambas as margens do Rio São Francisco não faltam moradores. A população é mesmo numerosa, bem que pouco produtiva. Vive alheia às leis econômicas. Produz apenas o preciso para viver. Não importa, porque não produz para trocar, nem troca por permuta, porque não tem mercado onde fazê-lo (...) nas estradas que margeiam o rio ou dele partem em direção diversas, as habitações se sucedem a miúdo, formando pequenas povoações, lugarejos insignificantes, e algumas vilas e cidades. Nas

povoações ribeirinhas, o aspecto de pobreza e de atraso é extremo. Vive aí sem se saber de que. Não se vê agricultura alguma, nem trabalho permanente. Na beira do rio, no lameiro das margens, onde a umidade resiste melhor à secura do ar, descobrem-se às vezes os restos de uma plantação de milho, de abóboras, de batatas doces e de mandioca, mais tudo em proporções minúsculas e muito pouco cuidadas” (SAMPAIO, 1955, p. 70).

1.2 Petrolina

Ao redor de 1840, a cidade de Petrolina ainda não existia, a região era apenas um ponto de convergência para a travessia do rio São Francisco, e fronteira entre as províncias das Bahia e Pernambuco, conhecida como Passagem do Juazeiro. Nesta área, na margem pernambucana, se formaria a cidade de Petrolina e, na margem baiana, a cidade de Juazeiro. No espaço onde hoje está situado o município de Petrolina, era uma antiga fazenda de gado.

Foi visível, segundo Aquino (2018, p. 85-88), a forte influência católica no desenvolvimento da cidade, as ações realizadas pela igreja, denominadas como missões volantes ou de aldeamento, que possuíam como propósito a evangelização da população e dos indígenas. Elas foram divididas em três etapas: um primeiro período de colonização, do litoral de Pernambuco à zona da mata, o segundo momento durante o governo holandês, cujo objetivo era frear a influência protestante associada a Holanda entre o litoral e a zona da mata, e um terceiro momento, durante o século XVII, onde a atuação da igreja foi além do litoral e da zona de transição, adentrando o sertão, nas margens do São Francisco, região hoje compreendida entre Petrolina e Paulo Afonso.

As atividades evangelizadoras referenciadas anteriormente foram exercidas, na região, por franciscanos de origem italiana e francesa. Dada a dificuldade do Governo português em colonizar todo o território colonial, coube à Igreja Romana, através do regime de padroado, o suporte com o fortalecimento da presença do Estado. Com a permissão de Portugal, a igreja católica tentou controlar e estruturar a sociedade do período colonial, e a partir do uso de símbolos foi possível que o catolicismo construísse sua própria história na cidade de Petrolina. “Até 1743 a “passagem de Juazeiro” era assistida pelo vigário de Nossa Senhora da Conceição de Cabrobó, quando passou ao distrito de nossa Senhora da Conceição das Rodelas e Comarca de Pernambuco, com sede em

Cabrobó” (Aquino, 2018, p. 91). O missionário italiano Frade Henrique de Castel, foi responsável por levar a imagem de Santa Maria Rainha dos Anjos, para o povoado onde nasceria Petrolina. O envio da imagem para a localidade teve grande importância simbólica para a região, pois segundo Aquino (2018) o envio da representação de Nossa Senhora gerou muito orgulho para a população local, e tornou a vila mais valorizada em comparação às demais da região.

Em 21 de junho de 1852 foi aprovada a construção da estrada de ferro que ligaria o litoral baiano ao interior do estado, alcançando o rio São Francisco, no ponto onde se situava a Passagem do Juazeiro. Foi de extrema importância para a região a intervenção política de Fernandes da Cunha, pernambucano nascido na região.

“Não sabem hoje, talvez, os nossos caros patrícios pernambucanos o quanto devem a FERNANDES DA CUNHA, o imenso benefício dele recebido, de forma indireta, quando lutou contra as maiores forças da política provincial da Bahia e, pelo seu talento e denôdo, contribuiu, do modo mais eficaz, para que a cidade de Petrolina, juntamente com a de Juazeiro, se transformassem nos dois maiores entrepostos comerciais da região do São Francisco e, em decorrência desse favorecimento de ordem econômica, ganhassem, por outra parte, as condições de desenvolvimento social a que atingiram, liderando, hoje, sem sombra de dúvida, todos os demais centros comerciais circunjacentes, todas as cidades circunvizinhas, nos Estados da Bahia, de Pernambuco e do Piauí” (CUNHA, 1978, p. 100).

A pedido do vigário da Boa Vista, mandou-se construir uma capela, em 1858, na área em que se encontrava a Passagem de Juazeiro. A obra foi apenas concluída em 1860, e apresentava estilo neocolonial.

Voltada para as margens do rio São Francisco, no seu entorno surgiu a primeira aglomeração da futura cidade de Petrolina. A partir de então foi intensificada a ocupação da freguesia, que foi então batizada de Petrolina, em homenagem ao imperador D. Pedro II. Outra versão afirma que Petrolina seria derivada das palavras pedra e linda, em relação a uma pedra que existia ao lado da igreja matriz, na margem do rio. A Imagem 8 retrata a Capela Rainha dos Anjos, que viria a se tornar a igreja matriz da cidade, nela é possível observar o pequeno número de moradias que a circundavam. Segundo Aquino (2018) ela

auxilia o entendimento da importância da simbologia católica com a presença da grande construção.

Imagem 8 – Capela Rainha dos Anjos

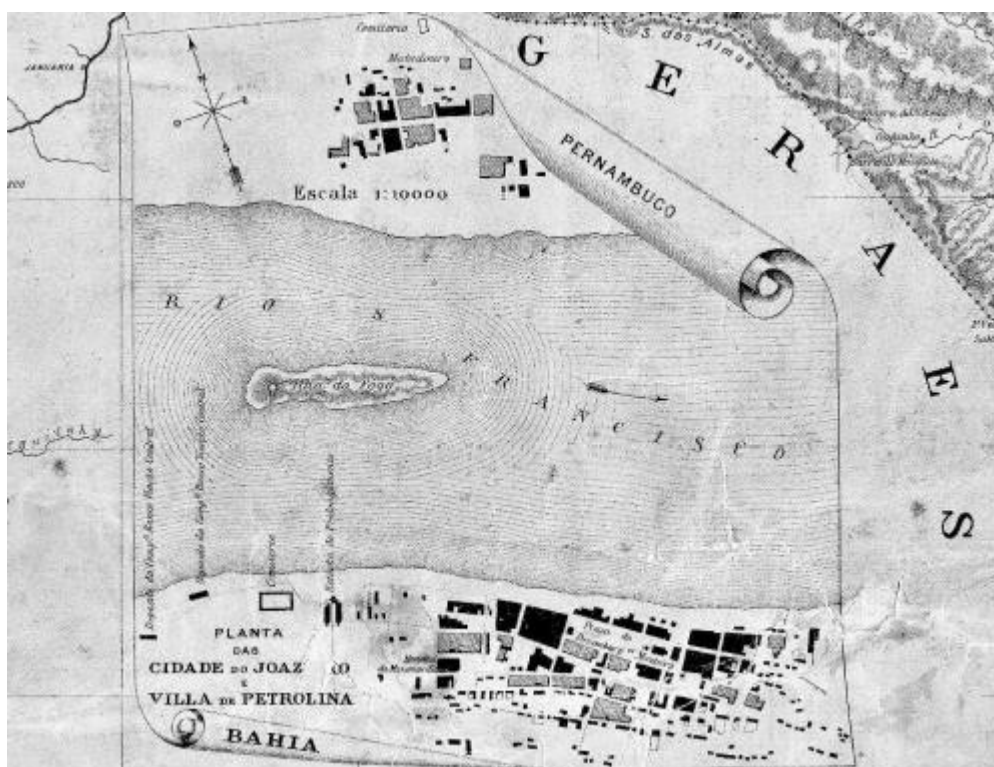


Fonte: Fotografia de Claudionor Alencar Mayllow — em Petrolina-PE

“A Lei Provincial nº 530, de 07 de junho de 1862, elevou Passagem do Juazeiro à categoria de vila e para ela transferiu a sede do termo da Boa Vista e criou a Vila de Petrolina. A nova vila recebeu a denominação em homenagem ao imperador D. Pedro II. Já a Lei Provincial nº 1.444, de 05 de junho de 1879, elevou o termo de Petrolina à categoria de comarca, a qual foi instalada em 1º de outubro de 1881 pelo seu primeiro juiz, Dr. Manoel Barreto Dantas. Em decorrência do regime republicano, o município de Petrolina foi constituído no dia 26 de abril de 1893, adquirindo autonomia legislativa e, dois anos depois, foi elevada à categoria de cidade Júnior” (Relatório regional de Pesquisa Política; Planejamento e Gestão das Regiões e Redes de Atenção à Saúde no Brasil, 2017, p. 11).

A emancipação política da localidade apenas ocorreu com a Lei Estadual nº 130, de 03 de julho de 1895, que de fato elevou a vila de Petrolina à categoria de cidade, a qual foi solenemente instalada em 21 de setembro de 1895. A Imagem 9, abaixo, mostra a cidade de Juazeiro (abaixo do rio) e a vila de Petrolina (acima do rio), em 1892.

Imagem 9 – Cartografia do Rio São Francisco



Fonte: Cícero Souza

1.3 Aspectos econômicos-sociais da região na virada ao século XX

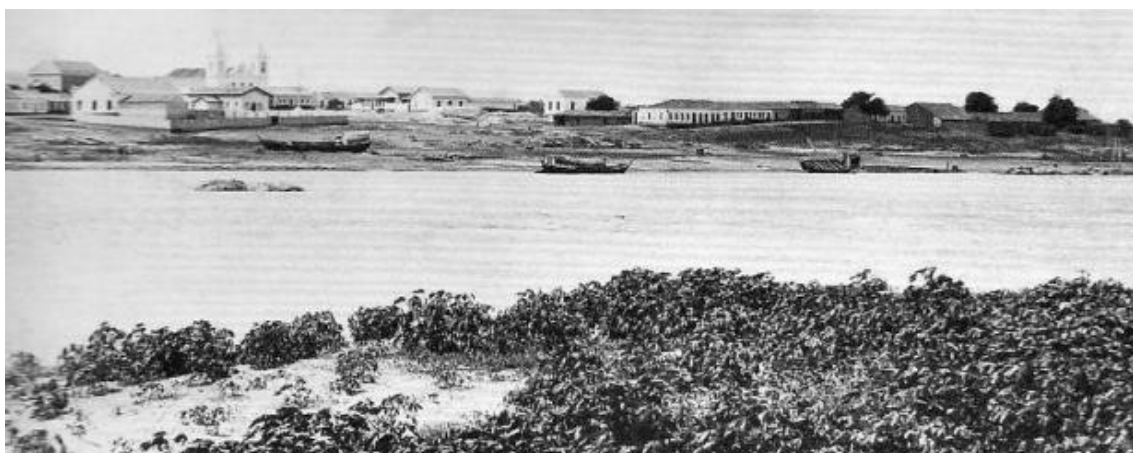
Mesmo com o declínio das atividades de criação no sertão, a região de Petrolina continuava reproduzindo os métodos e técnicas desde o princípio da colonização, pois a pecuária continuava como base da economia local. A qualidade e produtividade da pecuária, criação de rebanhos de bovinos, ovinos e caprinos, definha com o passar do tempo, pois não havia a inserção de animais reprodutores com melhores padrões genéticos, e a criação da forma extensiva que era realizada tinha como resultado cruzamentos aleatórios, gerando filhotes com padrão muito inferior. A importância do gado das caatingas diminuía na proporção direta de sua degradação, chegando a ser rejeitado até mesmo pelos centros consumidores do Nordeste, no final do século XIX, resultando no processo acima apontando de fuga de parte da população mais abastada da região, a despeito da chegada de outros perfis de migrantes, e que foi potencializado ao longo de XIX.

Teodoro Sampaio, no fim do século XIX, descreveu a situação da localidade:

“O lugar era então um povoado insignificante, cuja modéstia a própria categoria de vila decerto prejudicava. Algumas casas de feia construção ao longo de umas poucas ruas estreitas, desalinhadas e areientas, uma igreja de modestíssima aparência, pouco comércio, população escassa, eis o que era Petrolina, que aliás todos informavam ser uma povoação muito nova e destinada a grande futuro, vaticínio decerto muito problemático, atento as condições da localidade e dos sertões de sua mais direta dependência” (SAMPAIO, 1905, p. 78 e 79).

A imagem 10, abaixo mostra a vista de Petrolina no começo do século XX, com destaque para igreja matriz, mais à esquerda:

Imagem 10 – Imagem de Petrolina no início do século XX



Fonte: Cícero Souza

Nas fazendas era baixo o nível de trabalho disponível, fomentando assim uma classe marginalizada da sociedade que, como alternativa, aderiu à profissão de vaqueiro. A partir da citação abaixo, de Capistrano de Abreu, é possível entender esta formação populacional:

“A criação de gado influi sobre o modo porque se forma a população. Nos sertões da Bahia, Pernambuco e Ceará, principalmente pelas vizinhanças do rio São Francisco, abundam mulatos, mestiços e pretos forros. Esta gente perversa, ociosa e inútil pela aversão que tem ao trabalho da agricultura, é muito diferentemente empregada nas fazendas de gado. Tem a este exercício uma tal inclinação que procura com empenho ser nele ocupada, constituindo

toda a sua maior felicidade em merecer algum dia o nome de vaqueiro”
(Abreu, 1988, p. 140)

Durante o final do século XIX e início do XX, na região do submédio do São Francisco, assim como em outras partes do Nordeste, não havia presença do Estado na regulação dos direitos sociais. A ausência do poder público facilitou a presença do poder privado, que na caatinga era refletido pela presença do coronelismo⁴. Sem aprofundar na questão, que não será aqui abordada, cabe apenas reter que a formação dispersa dos sertões foi um dos fatores responsáveis pelo aparecimento desse sistema, em associação às grandes propriedades, por mais que a Lei de Terras tenha aberto a possibilidade de compra e venda de terras e abrindo o acesso a pequenos proprietários, por exemplo.

Porém, segundo Mariana Vilarim (2016), a mudança na gradação do poderio local só aconteceu entre e para as classes mais abastadas. Os demais sujeitos (vaqueiros, agricultores, ribeirinhos etc.) ficaram à margem da oficialidade, mantendo, muitas vezes, a condição de pseudoarrendatário, ou seja, de parceiros, de meeiros ou mesmo ocupantes.

Durante a transição para o século XX, a pirâmide social da região estava dividida entre os coronéis; profissionais liberais (grupo composto por artesões e comerciantes); funcionários públicos (que muitas vezes detinham ligação familiar com os coronéis); pequenos fazendeiros, que conseguiram adquirir pequenos lotes a partir da lei de 1850; logo depois vinham os vaqueiros; os beiradeiros, habitantes mais afastados das proximidades do rio; e, por fim, os escravos, até o fim do escravismo.

No fim do século XIX, com a decadência da pecuária, se instalaram ao longo do rio São Francisco pequenos engenhos, alambiques e casas-de-farinha, para a produção de rapadura, cachaça e farinha, como atividades complementares. Isso viabilizou o aparecimento de estabelecimentos comerciais, fomentando a parada de embarcações que passaram a realizar trocas entre as margens do rio dos Currais. A navegação foi muito importante

⁴ Segundo Leal, o coronelismo remonta ao sentido de autênticos ou falsos coronéis da extinta Guarda Nacional. “Com efeito, além dos que realmente ocupava nela tal posto, o tratamento de “coronel” começou desde logo a ser dado pelos sertanejos a todo e qualquer chefe político, a todo e qualquer potentado” (LEAL, 1997, p. 289).

para incorporar a economia à parte da população das caatingas que se encontrava marginalizada:

“A população das caatingas se inseriu dentro do contexto da navegação através do movimento das tropas, que, caatinga adentro, a abastecia com os produtos vindos de localidades beiradeiras e de outras regiões através do rio, ao mesmo tempo em que eram supridas com produtos do extrativismo animal e vegetal, destinados à exportação, via navegação, além de ser em seu meio que os tangedores de tropas eram contratados” (LOPES, 1954, p. 81).

A navegação possibilitou também o surgimento dos barqueiros, segundo Geraldo Rocha (1983), o barqueiro em geral era um comerciante móvel que transitava de “porto em porto”, ora vendendo ora comprando mercadorias, como sal, tecidos e produtos locais. A Imagem 11 abaixo, demonstra uma embarcação utilizada para realizar a travessia entre Juazeiro e Petrolina.

Imagem 11 – Imagem que retrata a travessia entre as cidades de Juazeiro e Petrolina



Fonte: Parlim, 2010.

Os setores sociais menos privilegiados, por mais que possuíssem suas particularidades, eram igualmente excluídos política, social e economicamente. Eram os que mais sofriam durante os períodos de secas, compartilhavam praticamente dos mesmos posicionamentos religiosos e, em grande maioria, possuíam o mesmo genótipo. Uma população diversificada, conforme comentado por Teodoro Sampaio em 1879:

“Vê-se ali, entre eles, todos os matizes da população policrômica da nossa terra. O caboclo legítimo, o negro crioulo, o cariboca, o mixto de negro e do índio, o cabra, o mulato, o branco tostado de cabelos castanhos e às vezes ruivo, as raças do continente e os produtos dos seus diversos cruzamentos ali estão representados. Neste particular, é o vale do São Francisco um vasto cadinho em que todas as raças representadas na América se fundem ou se amalgamam. Os mestiços eram contudo muito mais numerosos. Estatura pouco acima da meã, cabelos crespos ou anelados, pretos, sob um chapéu de couro redondo e de abas curtas, descidas, podendo servir este a um tempo de estojo e da cuia para beber água, dentes bons, curtos, firmes, cortados em ponta como os dos peixes, que é este o chic do sertanejo, pescoço curto e grosso, ombros largos, bom peito, desbarrigado, canela fina e pé curto e largo, tal é o cabra do sertão, a quem não falta palavra fácil, a rapidez da réplica, a vivacidade, a imaginação e a poesia” (Sampaio, 1955, p. 68 e 69).

As distâncias impostas aos aglomerados nas caatingas culminaram em uma maior intensificação das relações entre pequenos círculos isolados uns dos outros, justificando segundo Lopes (1954), a busca pela manutenção de laços através de seus membros quando estes saíam em busca de animais desgarrados (os vaqueiros); quando eventualmente iam prestar algum tipo de serviço em alguma comunidade das circunvizinhanças (os artesãos, curadores e benzedores) e através dos tropeiros que por eles passavam fazendo seus negócios. Daí decorreu a forte identidade dos habitantes de cada círculo que se “mesclavam” pela consanguinidade e pelas relações de vizinhança e compadrio. As feiras, nesse contexto, passaram a ser locais de encontro entre os moradores das pequenas comunidades. A Imagem 12 abaixo, é um registro fotográfico de uma feira realizada município de Petrolina.

Imagem 12 – Feira na avenida Souza Filho – Petrolina (1920)

Fonte: arquivo Museu do Sertão, (disponível em <
<http://petrolinaontemehoje.blogspot.com/2012/11/e-dia-de-feira.html>>)

No início do século XX a pecuária foi ainda mais impactada na região, pois o gado passou a ser encaminhado para a feira do Rio Brando (Arco Verde-PE), onde eram vendidos. Isso aconteceu devido à baixa qualidade dos animais produzidos na região do São Francisco, como mencionado, em comparação a outras localidades que haviam investido em métodos de criação e melhorado as características genéticas do gado. Isso deu fim às relações comerciais entre Petrolina e Feira de Santana, polo importante de comercialização baiano.

A emigração dos fazendeiros, como citado, resultou no estabelecimento de sítios por parte de muitos vaqueiros, permitindo que eles efetuassem criações próprias, resultado dos animais adquiridos a partir do sistema de “sorte”. As terras dessas novas fazendas não possuíam delimitação física, muitos proprietários não haviam conhecimento do tamanho real de suas terras, isso se deu pois a ocupação da região, desde o início, era eminente a pecuária. Segundo Lopes (1954), como nenhum proprietário sabia a delimitação exata de suas

terras, o recurso utilizado foi o de, a partir do valor total da fazenda, efetuar subdivisões. Assim, se as terras de uma fazenda fossem avaliadas em, por exemplo, 500 mil réis, seu proprietário poderia vender 30 mil réis sem, entretanto, ser especificado o trecho vendido. Em algumas escrituras que se referiam às terras da beira do rio indicavam-se apenas a largura, deixando indefinido o comprimento. Com isso surgiram as propriedades em condomínio, uma situação típica das regiões curraleiras do Nordeste. As terras situadas às margens do rio São Francisco foram as que mais sofreram divisões, pois eram a base de trabalho dos beiradeiros.

Mesmo com a relativa “democratização” do acesso às terras, o poder na região continuava centralizado nas mãos dos coronéis. Segundo Camelo Filho:

“Os coronéis travaram muitas batalhas no interior do país, dividiam o poder com a força das armas e tinham como soldados, os jagunços, vaqueiros e moradores. Mesmo assim a ‘ordem era mantida’ nessas localidades, exceto em algumas ocasiões especiais em que a situação escapava ao controle. Nesse contexto os coronéis sempre foram importantes vigias e mantenedores da ordem, da lei e do controle das regiões onde viviam. Tanto que nos anos de 1925-1926, participaram ao lado das forças legais no combate à Coluna Prestes, inclusive no Vale do São Francisco. Portanto, nessa situação não era necessária a construção de quartéis, delegacias federais ou outros mecanismos de controle” (2005, p. 87).

Contudo, com a ascensão de Getúlio Vargas, entre 1930-1945, o poder dos coronéis foi ameaçado com a maior presença do Estado, não o suficiente para suprimi-lo, mas para transformá-lo em “os mandantes da região” se enquadrando à nova situação por meio “da nova ordem para garantir seus postos e privilégios” (DOURADO, 1983, p. 93). A manutenção do poder passou a se dar pelo poder dos votos.

Como força contrária ao coronelismo vigente na região, o cangaço tomou outras proporções. Grandes foram aqueles que se dedicaram ao banditismo independente, que trazia Lampião como maior representante, e o movimento messiânico de Pau-de-Colher⁵. Este último não foi forte na região, pois em 1938 forças policiais foram mobilizadas para finalizá-lo. Já o cangaço

⁵ Pau-de-Colher refere-se ao movimento messiânico ocorrido na cidade Casa Nova, que fica nas divisas baianas com os estados de Pernambuco e Piauí, situada no vale do médio São Francisco. Ocorreu durante a primeira metade do século XX (Pompa, 2009, 68-87).

independente, segundo Álvaro Vita (1989), nascido como resposta ao poder dos coronéis na região, teve vasta atuação na região do submédio do São Francisco. A Imagem 13, abaixo, demonstra foto do bando de cangaço de Lampião.

“Era mais do que natural. Era legítimo que esses homens sem-terra, sem bens, sem direitos, sem garantias, buscassem uma saída nos grupos de cangaceiros, nas seitas dos fanáticos, em torno dos beatos e conselheiros, sonhando a conquista de uma vida melhor” (FACÓ, 1963, p. 18).

Imagem 13 – Cangaceiros



Fonte: Divulgação/GESP/BBC. Destaque para Virgulino Ferreira da Silva, o Lampião, e Maria Bonita, ao centro.

Na primeira década de XX, a família Coelho se destacava em importância para o município de Petrolina, através do patriarca, o Coronel Clementino Coelho (Cel. Quelê), que possuía diversas propriedades na região. Ele progrediu como comerciante, e se aproximou da política, assim como outros do ramo o fizeram. Mesmo que a prefeitura não tivesse na época recursos financeiros, era um cargo ocupado por líderes da cidade, pois era uma forma de poder regional (AQUINO,

2011). Com a Revolução de 1930 e a permanência de Getúlio Vargas na presidência, os Coelho não se consolidaram como políticos, pois outros coronéis possuíam melhores laços com o governo (COELHO, 2007). As ações realizadas pela família Coelho foram importantes para a localidade, dado os recursos financeiros que possuíam. Muitos de seus membros se tornaram prefeitos da cidade, porém o auge da participação da família na política foi quando Nilo Coelho tornou-se interventor do Estado, em 1967 (AQUINO, 2011).

No século XX o Estado passou a intervir mais no Nordeste, que era visto como “atrasado”, em comparação ao Sul e ao Sudeste do país. Segundo Furtado (1967), a tipologia econômica de região semiárida era bastante vulnerável ao fenômeno das secas. A redução no volume das chuvas ou uma modificação em sua distribuição, impossibilitava a agricultura de subsistência, desorganizando, assim, a atividade econômica regional.

As intervenções por parte do governo (em suas diferentes esferas), segundo Celina Souza (2006), pode ser entendida como a prática das políticas públicas, cuja execução é realizada pelos governos democráticos a partir de suas propostas eleitorais, de modo a executar ações e projetos que gerem real impacto. Uma das definições possíveis para o objetivo das políticas públicas é:

“ao mesmo tempo, “colocar o governo em ação” e/ou analisar essa ação (variável independente) e, quando necessário, propor mudanças no rumo ou curso dessas ações (variável dependente). A formulação de políticas públicas constitui-se no estágio em que os governos democráticos traduzem seus propósitos e plataformas eleitorais em programas e ações que produzirão resultados ou mudanças no mundo real.” (SOUZA, 2006, p. 26).

Isto posto, o Nordeste e, claro, Petrolina, envolto ao fenômeno da seca, passou a ser alvo de discussões mais intensas e de projetos por parte do Estado com o objetivo de se tentar equacionar a problemática e seus fatores socioeconômicos decorrentes que secularmente o assolavam, mesmo que sob diferentes tempos históricos. Neste processo, ao Estado coube papel fundamental no que se seguiria ao longo do século XX, tendo como um de seus possíveis meios de solução as águas do velho Chico.

CAPÍTULO 2. A SECA, O ESTADO E PETROLINA

2.1 – A seca

O cenário de seca potencializava a fuga dos trabalhadores e sua resignação. Segundo Furtado (1998) um dos principais problemas do Nordeste, em relação às secas, estava relacionado à classe política da região, que dificultava a formulação de políticas públicas, para se manterem em seus postos no governo. De acordo com o autor, a forma mais eficaz de se tratar este problema social e econômico era através da execução de obras de emergência. Segundo Celso Furtado, o Nordeste é composto por áreas de semiaridez, com uma tipologia muito específica:

“o Nordeste ilude muito porque em condições normais tem uma precipitação pluviométrica bastante razoável. Ter mil milímetros de precipitação no Nordeste não é excepcional. Isso em qualquer parte do mundo é muita água. A questão do Nordeste é que o cristalino está à flor da terra, praticamente. O solo é muito raso, a retenção de água subterrânea é muito difícil. Normalmente, se tem pouquíssima água retida, porque o *run off*, como dizem os ingleses, é muito forte. A água cai e corre. Se furar um pouco, encontra-se a rocha cristalina, rocha matriz. Portanto, os solos capazes de reter água mesmo não são muito fundos. Lençóis freáticos, só em certas regiões se tem, isso tudo com brechas e com rupturas” (FURTADO, 1998, p. 77).

Como os invernos possuem períodos de altas chuvas, a questão central é o problema da estrutura social da região, a qual depende da agricultura e pecuária de subsistência, logo quando ocorrem os períodos de secas esta população passa por períodos de fome e pobreza extrema.

Conforme apontando no primeiro capítulo, diferente da região litorânea e de zona-da-mata, o sertão se ocupou desde o início por atividades de subsistência, principalmente da pecuária extensiva e agricultura de baixa produtividade, e sua economia tendeu a se expandir assim conforme ocorreu o aumento populacional. No decorrer da introdução de novos meios de transportes, como a ferrovia e a navegação, foi possível se obter alguma especialização da produção, o que potencializou um aumento da população local, acirrando o desequilíbrio presente. Com a ausência de políticas públicas,

a região fica dependente das precipitações, sendo assim vulnerável ao fenômeno das secas, uma mudança na distribuição pluviométrica que impacte a atividade agrícola de subsistência é suficiente para desordenar toda a atividade econômica (FURTADO, 1959, p. 63-70).

Durante as décadas de 1860 e 1880, as secas foram tópico de forte discussão no âmbito nacional. Como questão central era questionada qual seria a gravidade desse problema, e se era necessário o direcionamento de políticas públicas para seu combate (CAMPOS, 2014, p. 65-88). Entre os anos de 1877-1879, ocorreu a Grande Seca na região do semiárido, que como resultado foi responsável pela morte de cerca de 1,75 milhão de nordestinos (MELO, 2016).

A seca provocou um enorme êxodo populacional, de mais ou menos 68 mil nordestinos para outros estados e mais 120 mil para a região amazônica (MELO, 2016). O imperador D. Pedro II realizou uma expedição em 1880 para as áreas atingidas pela Grande Seca e, a partir do cenário de pobreza e calamidade encontrado, ele se comprometeu em priorizar o tema, nomeando uma comissão de engenheiros para averiguar a situação regional e propor soluções para o problema. Foi sugerido por esses especialistas a construção de estradas de ferro para que a população local tivesse mais facilidade em chegar ao litoral, construção de cisternas para o armazenamento de água e utilização desta para irrigação nos momentos de seca. Nos anos subsequentes foram construídos na região açudes e estradas. (LIMA; MAGALHÃES, 2018). A imagem 14, de acordo com Kênia Rios (2014), retrata um dos muitos “campos de concentração”, que eram chamados de abarracamentos, criados no período com o objetivo de impedir que a população migrasse do sertão em decorrência da seca e vagasse pelas cidades do litoral:

Imagem 14 – Campo de concentração criado na Grande Seca de 1877-1879

Fonte: Kênia Sousa Rios/Arquivo pessoal.

Foi necessário o trágico resultado da Grande Seca de 1877-1879, que dizimou milhares de pessoas e animais, para que o Estado interviesse com políticas públicas para a região nordestina. Além da construção dos açudes e estradas, em 1909 houve a criação da Inspetoria de Obras Contra as Secas (IOCS), órgão foi inspirado no *U.S. Bureau of Reclamation*, que atuava com políticas desenvolvidas para irrigação, em regiões com as mesmas características semiáridas dos Estados Unidos. Em 1945 a instituição foi modificada para Departamento Nacional de Obras Contra as Secas (DNOCS).

Diante da conjuntura global com a Grande Depressão de 1929, aliada à crise econômica potencializada pelo excesso de produção do café na década de 1920, que teve efeito negativo sob o mercado agroexportador brasileiro, além do descontentamento da sociedade pela política “café com leite”, se deu início a um movimento que teve como fim o Golpe de Estado, que ficou conhecido como Revolução de 1930, que retirou o então presidente Washington Luiz, levando Getúlio Vargas ao poder.

Com o novo presidente, a Assembleia constituinte aprovou a Carta de 1934 conferindo poder ao Estado intervencionista, entre eles o controle das

áreas de interesse do país e dos recursos naturais. Neste mesmo ano, com o Código de Águas houve grandes mudanças na área de produção energética:

“separa a propriedade das quedas d'água das terras em que se encontram, incorporando-as ao patrimônio da Nação; atribui à União a competência de outorga de autorização e concessão para o aproveitamento de energia hidráulica para uso privativo ou serviço público; institui o princípio do custo histórico e do "serviço pelo custo", de lucro limitado e assegurado; e inicia a nacionalização dos serviços, restringindo sua concessão a brasileiros ou empresas organizadas no país. Ressalva, no entanto, os direitos adquiridos. (BIBLIOTECA DO EXÉRCITO, 1977, p. 62).”

O Código de Águas encontrou grande oposição por parte das empresas estrangeiras, o que resultou em uma crise nacional, devido à falta de investimentos por parte das concessionárias estrangeiras, culminando no decreto de racionamento de 1942 (OLIVEIRA, 2017, p. 39-49).

No ano de 1946 houve também uma reintrodução, pela Constituição Federal, da obrigatoriedade (antes presente na Constituição de 1934) de vincular 3% da receita federal para o combate às secas do Nordeste, atribuindo-lhe, nas disposições transitórias, mais 1%. Além disso, em 1948 foi criada a Comissão do Vale do São Francisco (CVSF), cujo objetivo era desenvolver a região do Vale do São Francisco, e da Companhia Hidrelétrica do São Francisco, para produzir e distribuir energia elétrica.

Em 1951 uma nova seca atingiu a região e com ela, além das crises geradas, entre 1951 e 1952, foram divulgadas as Contas Nacionais e Regionais do Brasil, que armazenavam os dados que confirmavam a grande disparidade das rendas regionais do país. Foi possível constatar que as taxas médias de crescimento industrial em São Paulo foram de 7,9%, e de 5,4% para o resto do Brasil, dados averiguados a partir dos censos industriais de 1919 e 1949. A partir da leitura desses números ficou mais evidente o problema oriundo dos desequilíbrios regionais, principalmente porque, durante o período, São Paulo concentrou entre 50% e 70% do valor adicionado pelas indústrias produtoras de bens de produção.

Esse cenário poderia ser potencializado caso os investimentos em infraestrutura e industrialização, financiados pelo Plano de Metas⁶, se concentrassem principalmente na região de São Paulo. Esse conjunto de fatos aumentou a pressão para que o Estado priorizasse o desenvolvimento das demais regiões nacionais (CANO, 2018, p. 23-51).

Em resposta à seca de 1951, a partir da Lei Federal nº 1649, de 19.07.1952, foi criado no governo Getúlio Vargas o Banco do Nordeste do Brasil (BNB). Sua função principal estava relacionada à atuação no chamado Polígono das Secas, de modo a fornecer assistência à população afetada pelo fenômeno, a partir da oferta de crédito. O BNB além de atuar no financiamento Nordeste, possuía na época um papel fundamental nos estudos do problema na região, desempenhado pelo Escritório Técnico de Estudos Econômicos do Nordeste (ETENE), que foi instituído pela própria lei de criação do banco.

Os trabalhos elaborados pelo ETENE levaram à criação, mais adiante, do Grupo de Trabalho para o Desenvolvimento do Nordeste (GTDN) em 1959 – tratado adiante –, que resultaria na criação da Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste (Sudene). Em um primeiro momento os recursos do BNB advinham do fundo das secas, instituído pela constituição de 1946 (SILVA, 2018, p. 45-50). A Imagem 15 retrata a manchete do Jornal O Povo, sobre a fundação e localização do Banco do Nordeste do Brasil:

⁶ O Plano de Metas reunia um conjunto de 30 objetivos propostos durante o governo desenvolvimentista de Juscelino Kubitschek. O então presidente assumiu seu mandato em um delicado momento político; com o objetivo de se consolidar, propôs então um programa de governo cujo objetivo era obter um progresso de 50 anos em 5. Desde 1930 o país passava por um processo de substituição de importações, que foi realizado sem a presença de um plano nacional, gerando assim um desequilíbrio na balança de pagamentos. O Plano de Metas citava 5 setores da economia como fundamentais, dentre eles estava o setor de energia, transportes, indústrias de base, alimentação e educação. Contudo durante o projeto 93% dos recursos alocados foram direcionados apenas para energia, transportes e indústria base. (FGV, 2020, disponível em <<https://cpdoc.fgv.br/producao/dossies/JK/artigos/Economia/PlanodeMetas>>)

Imagem 15 – Matéria publicada na época de fundação do BNB

Será mesmo em Fortaleza a sede do Banco do Nordeste

Vetados vários parágrafos da lei que cria o importante estabelecimento de crédito—Em que se baseou o presidente

Rio, 22 — (U.H.) — O presidente da República vetou parcialmente o projeto referente à criação do Banco do Nordeste.

Na Câmara e no Senado, o ante-projeto encaminhado pelo chefe do governo sofreu várias modificações, algumas consideradas inconvenientes e, assim, desaconselhadas pelo presidente Getúlio Vargas.

O veto presidencial recaiu sobre os seguintes artigos e parágrafos:

Parágrafo terceiro do artigo 13; parágrafos primeiro, terceiro e quarto do artigo 14.

Nos termos do parágrafo terceiro do artigo 13, atribuiu-se pelo espaço de quatro anos a cinco diretores do Banco a responsabilidade individual pelos negócios das filiais a instalar-se

no Rio Grande do Norte, Paraíba, Pernambuco e Bahia. Nas razões do veto, considera o presidente da República que "essa atribuição legal, ao lado da distribuição de recursos pelos nove Estados, subverte a departamentalização geográfica da própria direção do estabelecimento bancário, com insano perigo para a unidade econômico-financeira.

De acordo com o artigo 14, também vetado, os recursos do Banco, com conta especial, seriam destinados a empréstimos nos Estados incluídos no polígono das secas na seguinte forma: — 30% livremente e 70% proporcionalmente às populações ponderadas das zonas de secas de cada Estado. Ora, o inconveniente da departamen-

talização geográfica do Banco, fragmentando-o em nove entidades autônomas, que a tanto montam os Estados incluídos no polígono das secas, parece óbvio — argumenta o presidente da República — em face da necessidade de se programarem atividades no regime com o fim de buscar soluções para os problemas regionais.

O artigo 13, que versa sobre a concessão de empréstimos, foi também considerado inconveniente na forma em que foi redigido pelo Legislativo. Não se deve — diz o presidente — submeter a concessão de créditos anormais, que pode conduzir a uma retração, operação altamente prejudicial para as populações que se vão benefi-

ciar. A respeito, acentua textualmente o presidente da República:

— "Deveria notar que, em regra, é mais útil socialmente poder atender a um maior número, a juros maiores, do que atender apenas a um número reduzido de privilegiados, a juros excepcionais. Parece pouco razoável a margem de um por cento entre os juros devedores e os juros credores, quando o custo da operação em bancos de grande giro nunca é inferior a dois por cento".

Foi mantido, como se vê, o artigo 3.º, que fixa em Fortaleza a sede do Banco do Nordeste.

**AGUARDEM
A K O**

Da Dinâmica diretamente para o Ceará.

Fonte: O Povo, 22 de julho de 1952.

Foi constatado um problema de falta de crédito bancário na região do Nordeste, além disso quando se via presente o crédito, ele se apresentava com taxas superiores que a nacional vigente. Esse foi um dos principais motivos para a criação do Banco do Nordeste do Brasil, o então ministro da fazenda, Horácio Lafer, se manifestou oficialmente através de um documento contendo os motivos constatados pelo governo para a falta de desenvolvimento econômico na região, segue trecho abaixo:

"7. Quer nos parecer que essa decadência (da economia nordestina) está ligada à falta de estímulo e financiamento bancários adequados, os quais não podem ser outorgados através das organizações correntes de crédito; 8. A par dessa observação que pode fazer naquela região, aduz-se o alto custo dos financiamentos bancários normais, responsáveis, sob certos aspectos, pelo retardamento da economia da região e pela precariedade de novos empreendimentos; 9. Entretanto, o Nordeste, pela sua forte e corajosa população, poderia contribuir mais vantajosamente para o progresso do país, se tivesse a seu favor uma assistência creditícia mais ampla, especializada à natureza peculiar de seus empreendimentos agrícolas e industriais" (LAFER, 1951 apud OLIVEIRA; VIANNA, 2005, p. 53).

A reportagem citada pelo jornal evidencia algumas respostas ao documento oficial que tratava das exposições dos motivos nº 376, 25 de abril de 1951. Segundo Lafer, sem a presença do crédito seria muito difícil a presença de iniciativas empresariais no Nordeste. Desta forma a região Sudeste continuaria a concentrar as maiores oportunidades de crescimento nacional e retorno de investimentos.

Na região semiárida, caracterizada pela relativa escassez hídrica, como é o caso do submédio sanfranciscano, a existência de um manancial do porte e extensão do Rio São Francisco, torna suas águas uma matriz de possibilidades estratégicas para construção de políticas públicas, orientadas para fins de desenvolvimento regional e nacional.

O território, onde está situada a cidade de Petrolina, alocado na divisa dos estados de Pernambuco e Bahia, sertão nordestino, assume funções além do espaço local, atingindo a dimensão regional, quanto ao uso das águas. A criação do Código de Águas, em 1934, instrumento jurídico essencial, cujo objetivo foi atender as necessidades de um país que se urbanizava, com grande abundância de água, além de um forte potencial de exploração de energia hídrica, foi o primeiro passo para as políticas que foram desenvolvidas na região a partir da década de 1940.

2.2 – CVSF, Sudene e Petrolina

A década de 1940 teve grande importância para o submédio do São Francisco com o Estado passando a intervir com desenvolvimento de políticas públicas. Durante a 2ª Guerra Mundial, quando a navegação litorânea foi instabilizada pelo potencial de ataques dos países do Eixo, o rio São Francisco acabou sendo redescoberto e ganhou o reconhecimento de sua importância estratégica como via de comunicação mediterrânea. A partir dele iniciaram-se comunicações internas e o transporte de tropas e de munições da região Sul para algumas áreas militares fundamentais para o Nordeste (FERRARI, 1991, p. 36).

Além disso, devido ao problema energético enfrentado pelo país na época, a atenção voltou-se para o rio e seu possível potencial para geração de energia, como apontado anteriormente.

“O Vale do São Francisco tem sido objeto de atenções governamentais desde o início do século. Em 1909 foi criada uma Inspetoria Federal para ajudar a solucionar o problema da água na região e em 1932 aquela Inspetoria estabeleceu uma comissão para conduzir pesquisa de culturas e promover educação agrícola” (CEPAL, 1981).

No ano de 1943 o primeiro estudo sobre o rio São Francisco foi apresentado pela *National Planning Association*, uma entidade americana que formou uma comissão multidisciplinar para analisar a bacia do médio São Francisco. E, ainda em outubro de 1943, a inspetoria federal criada na região criou um programa, financiado com crédito especial, cujo objetivo foi o de melhorar as condições de navegabilidade do rio e seus afluentes com vistas ao aumento da capacidade de transporte, carga, descarga e armazenamento (CEPAL, 1981).

O governo federal passou a intervir com certa regularidade no Vale do São Francisco a partir de 1946, quando os problemas da região foram expostos pelo deputado baiano Manoel Novais (UDN). Com essa ação foi criada a Comissão do Vale do São Francisco (CVSF), cujo principal objetivo era o de coordenar a ação das unidades federais, estaduais e municipais que estivessem contempladas pelas verbas destinadas aos empreendimentos de desenvolvimento regional.

Os constituintes de 1946, sob a liderança do deputado Manoel Novaes, contou com o apoio dos parlamentares dos estados pelos quais as águas do Rio São Francisco atravessavam, e aprovaram por meio da Emenda nº 179 à Constituição “a obrigatoriedade do governo, em um prazo de 20 anos, a traçar um plano de aproveitamento total das possibilidades econômicas do Vale do São Francisco e seus afluentes” (Antecedentes do Plano Geral, 1953, p. 7). Com isso foi criada a CVSF em 15 de dezembro de 1948, ficando diretamente subordinada à Presidência da República, tendo como função o desenvolvimento de um:

“plano geral de aproveitamento do Vale do São Francisco que vise a regularização do curso de seus rios, melhor distribuição de suas águas, utilização de seu potencial hidroelétrico, fomento da indústria e da agricultura, desenvolvimento da irrigação, modernização dos transportes, incremento da irrigação e da colonização, assistência às famílias, amparo à educação e saúde e exploração de suas riquezas” (Lei nº 541, de 15 de dezembro de 1948 – IN: Antecedentes do Plano Geral para o Aproveitamento Econômico do Vale do São Francisco, 1953, p. 329).

Com 1% da receita tributária da União, a CVSF tinha como objetivo, além da elaboração do plano geral do São Francisco, a execução dos serviços nele previstos, orientando e fiscalizando, simultaneamente, as atividades das demais entidades que operavam na região (CEPAL, 1981).

Nos anos seguintes várias discussões relativas ao tema movimentaram o Congresso, com destaque para como deveriam ser aplicados os recursos destinados à CVSF, uma vez que o poder político de alguns era muito forte na região. Uma posição defendia os interesses dos grandes proprietários e a concentração dos benefícios em uma parte política da região, a outra posição buscava transformar a ação do governo em um meio de ascensão econômica e social da população pobre, fixando-a à terra, criando alternativas de trabalho que pudessem fazer frente à emigração e transformasse a região em um centro de atração de emigrantes das redondezas (LOPES, 1954, p. 123-130).

“... viram um povo arruinado que veste, mora, come, calça e trabalha mal, uma gente que adoece, e fatalmente morre sem assistência médica hospitalar. Viram um pedaço do Brasil rico, abandonado e improdutivo e gerações perdidas. Só não viram a ação, o amparo, a iniciativa e o dinamismo construtor dos Governos, que teimam em não explorar o magnífico tesouro, que Deus colocou à flor da terra, em pleno Coração do Brasil. Neste programa de devastação e abandono, decadência e miséria, onde campeia a fome, grassa a doença, bestiliza o analfabetismo, falta o trabalho e reina o pauperismo, ainda perduram como símbolos de esperança – O Homem dos Sertões, o mais audaz, patriota intrépido deste país, e a opulência líquida do Rio Provincial” (Manoel Novaes – IN: Antecedentes ao Plano Geral, 1953, p. 10).

Em 15 de dezembro de 1950, o Plano Geral do São Francisco foi encaminhado pela Mensagem nº 548 ao Congresso Nacional para sua aprovação. Um dos pontos principais do plano era o “domínio da água” no Vale do São Francisco, como requisito para seu desenvolvimento. Este ressaltava a condição de regularização como essencial para atividades de navegação; para a irrigação; e para a geração de força elétrica. Além disso o plano condenava a dispersão casuística de ações e o imediatismo, recomendando a concentração de esforços e recursos para o real aproveitamento do potencial econômico do Vale, além de enfatizar o caráter prioritário do desenvolvimento da região, que garantiria a efetiva integração nacional, através da conexão entre o Centro e o Nordeste do Brasil.

Posteriormente, em 27 de junho de 1951, a CVSF organizou um programa para orientar e regular os trabalhos destinados ao aproveitamento econômico do Vale do São Francisco, entre 1951 e 1955. Ele foi encaminhado ao Congresso Nacional, e sua funcionalidade era a de substituir aquele encaminhado primeiramente no Plano Geral. O programa tinha como foco atuar nas seguintes áreas:

“ a) estudos, levantamentos, observações, inquéritos e pesquisas destinados a elaboração dos projetos e planos detalhados dos empreendimentos constantes do plano geral; b) estudos, projetos e obras relativas a regularização do regime fluvial; c) estudos, projetos e execução de serviços destinados ao melhoramento das condições de navegabilidade, aumento da capacidade de transportes, carga, descarga e armazenamento no rio São Francisco e seus afluentes; d) estudo, projeto e construção de centrais elétricas e linhas de transmissão; e) trabalhos de irrigação e colonização dos grandes afluentes do oeste do Médio São Francisco; f) construção de rodovias de acesso e ligação; g) conclusão das obras e instalações dos campos de pouso da "Rota do São Francisco"; h) elaboração de planos de urbanização das cidades ribeirinhas e construção de sistemas de abastecimento de água; i) desobstrução e regularização de afluentes do Baixo São Francisco; j) construção de uma fazenda-escola, organização de missões rurais e estabelecimentos de cursos de treinamento manual; k) construção de custeio de uma unidade móvel assistencial, no equipamento e manutenção das unidades da "Rede Hospitalar" e no prosseguimento dos serviços de profilaxia da malária; l) execução de serviços destinados ao fomento da produção agrícola e na realização de trabalhos relativos à defesa

sanitária animal; m) custeio da Comissão, incluindo pessoal, material e despesas diversas” (CEPAL, 1981)

A irrigação no Vale do São Francisco era pouco explorada até o início da década de 1950, até a conclusão e inauguração da Hidrelétrica Paulo Afonso I, em 1954. A produção agrícola até esse momento era realizada na região predominantemente a partir das chamadas “culturas de vazante”, uma forma de agricultura praticada nas terras situadas às margens dos açudes, barragens, lagoas e leitos dos rios, que são cobertas pelas águas durante o período chuvoso e descobertas durante a época seca. Neste processo, a preparação do solo para o plantio é bem simples. Primeiramente é realizado uma limpeza da área descoberta pelas águas nos períodos de seca no semiárido, em seguida é realizada a abertura de covas, processo esse que é bastante demorado e exige a execução de muita força física por parte do agricultor (Instruções técnicas da Embrapa Semiárido, 2004). A imagem 16 a seguir demonstra o processo:

Imagem 16 – Agricultura Vazante no semiárido



Fonte: Instruções técnicas da Embrapa Semiárido, 2004, disponível em <https://www.sebrae.com.br/Sebrae/Portal%20Sebrae/UFs/RN/Anexos/Semi%C3%A1rido-Agricultura-de-vazante-EMBRAPA-SEMIARIDO.pdf>

De maneira geral, esse tipo de cultivo é utilizado para um ciclo vegetativo curto, voltado para a subsistência. A partir de meados dos anos 1950, contudo, ocorreu uma mudança na produção agrícola da região do Vale do São Francisco, devido à introdução do plantio da cebola, modificando o caráter de subsistência presente de um modo quase exclusivo na região. O alimento se mostrou lucrativo, o que gerou interesse de fazendeiros e proprietários rurais, além disso a plantação da cebola era fundamentada em grande demanda da mão-de-obra e, portanto, ajudava a fixar grande parcela da população ao solo, freando o intenso êxodo rural da época. Entretanto, a produção de cebola estava aquém da potencialidade do Vale do São Francisco.

O governo estadual de Pernambuco, mediante a Secretaria da Agricultura do governo, além de outros órgãos, demonstrava no fim da década de 1950 o interesse em colocar em prática uma diversificação das culturas agrícolas na região, em conjunto com os agricultores locais (PROCONDEL SUDENE, 2016). Em 1958 esse fato foi relatado pelo Jornal do Commercio (JC):

“Verdadeiramente, a grande atração para a região é o cultivo da cebola. Na cidade [de Cabrobó], continua o rush autêntico para adquirir o produto e enviá-lo ao sul do país (...) na região do São Francisco, a luta agora é para convencer os agricultores de que não devem apenas plantar cebola. Argumentam os técnicos que outras culturas, o amendoim, a vinha, a mamona, o arroz e a cana-de-açúcar têm excelentes condições de desenvolvimento na ribanceira do caudal.” (JORNAL DO COMMERCIO, nº 173, p. 3, 1958)

Em 1950, a Comissão do Vale do São Francisco começou a funcionar em Petrolina com o objetivo de implementar a irrigação no vale do São Francisco, criando e mantendo postos de serviços na região para orientar os agricultores sobre técnicas de irrigação. Seu impacto foi além do incentivo agrícola, subvencionando e construindo desde escolas e casas de saúde, incentivando a construção de serviços de saneamento a estações experimentais de agricultura irrigada.

“A C.V.S.F. começou a funcionar no início da década de 1950, atuando em diversos setores da vida regional, como era o seu objetivo. Subvencionou escolas (como o Colégio Edson Ribeiro, em Juazeiro), subvencionou e apoiou

casas de saúde (a exemplo do Hospital Regional e Pró-Matre - cujo nome original é Pró-Matre Manoel Novaes - em Juazeiro, e do Hospital Dom Malan – Petrolina), apoiou a Fundação SESP (Fundação Serviço de Saúde Pública) - instituição do governo federal; construiu postos de saúde em várias cidades da região; apoiou a campanha de erradicação da malária; manteve postos de serviços para atendimento a agricultores; criou e dirigiu estações experimentais de agricultura irrigada; construiu campos de pouso em várias cidades; construiu cais em várias cidades, entre elas Juazeiro e Petrolina, instalou rádios transmissores e receptores; apoiou e incentivou a organização do abastecimento de água e implantação de rede de esgoto nas cidades mais importantes; construiu estradas e interferiu no funcionamento da navegação, além de apoiar a construção de barragens e interferir nas usinas hidrelétricas.” (LOPES, 1954, p. 133)

A Comissão do Vale do São Francisco seguiu atuando até 1967 e, durante esse período, duas grandes obras foram implementadas na região do Vale do São Francisco, a Hidrelétrica de Paulo Afonso I e II (representada na Imagem 17) a partir da Companhia Hidrelétrica do São Francisco (CHESF) e a Represa de Três Marias (representada na imagem 18, na sua inauguração), localizadas nos extremos do Vale. Além disso a companhia desenvolveu vários programas de infraestrutura, saneamento e serviços sociais. Desenvolveu ainda muitos estudos a respeito dos recursos naturais disponíveis na região (CEPAL, 1981). Fora o exposto, dois conceitos essenciais foram desenvolvidos pelo órgão, que foram utilizados posteriormente tanto pela Suvale como pela Codevasf (como será apresentado adiante):

1. Toda atenção deve ser dada ao esquema social de aproveitamento das terras irrigadas, evitando-se o excesso de ocupação humana, o acúmulo de população de baixo padrão de vida que tende a se aglomerar em regiões semelhantes.
2. As obras de irrigação, apenas quando conduzidas com ampla visão e concentradas em áreas especiais, de grandes proporções e condições favoráveis, apresentam condições de exequibilidade econômica (CEPAL, 1981).

Imagem 17 – Usina Hidrelétrica de Paulo Afonso, foto aérea da usina após a formação do lago



Fonte: Memorial da democracia (<http://memorialdademocracia.com.br/card/delmiro-deu-a-ideia-cafe-inaugurou>)

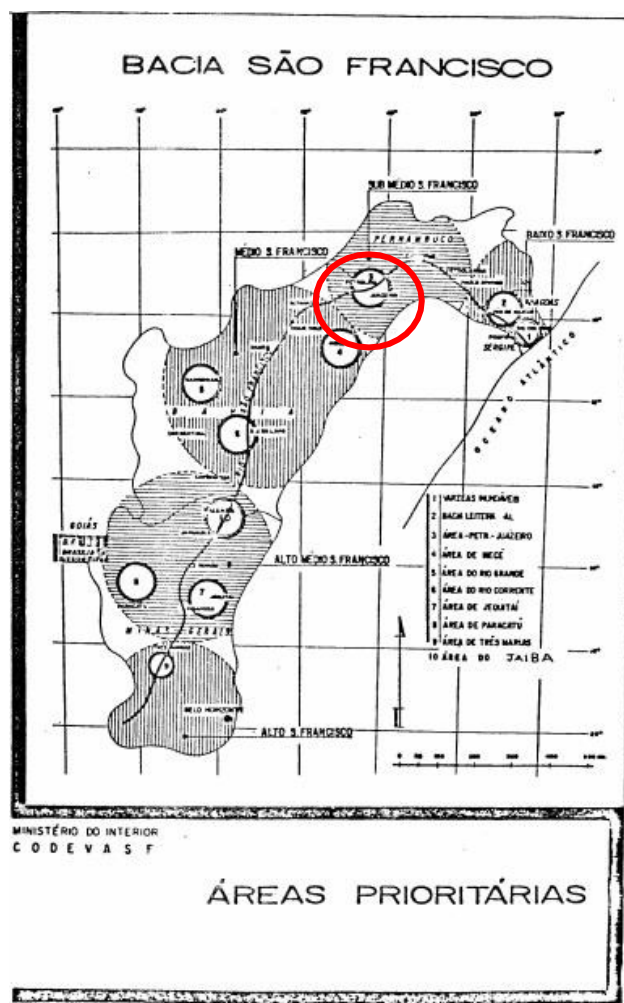
Imagem 18 – Inauguração da Represa de Três Marias



Fonte: Memorial da democracia (<http://memorialdademocracia.com.br/card/e-inaugurada-a-usina-de-tres-marias>)

Para a execução dos objetivos, a Comissão do Vale do São Francisco identificou e definiu as “áreas-programa”, cidades cuja posição e índice de desenvolvimento demonstravam potencial de se tornarem capitais regionais e centros metropolitanos. Essa definição não se diferenciaria de forma substancial daquelas selecionadas em seguida pela Suvale e, depois, pela Codevasf. A Imagem 19, que foi desenvolvida pelo Ministério do Interior e Codevasf (como será apresentado adiante), retrata as “áreas-programa” atualizadas, na qual em destaque, em vermelho, esta Petrolina-Juazeiro.

Imagem 19 – Áreas-programa determinadas pela Codevasf, utilizando o conceito anterior da Comissão do Vale do São Francisco



Fonte: (CEPAL, 1981, p. 12)

De forma geral, a interferência do Estado a partir da CVSF, ao longo das décadas de 1950 e 1960 não conseguiu elevar de forma expressiva a produtividade e nem diversificar a produção da região, que de maneira geral continuou baseada nos mesmos produtos e atividades, com exceção do cultivo de cebola. A Comissão não se concentrou na criação de condições econômicas que possibilitassem o “crescimento” da região, principalmente nas áreas prioritárias do Plano Geral.

Com os recursos financeiros de 1% da renda tributada da União, pelo período de vinte anos, a Comissão possuía como plano inicial desenvolver obras para regularização do rio, navegação, eletrificação, transportes, comunicações, saneamento, educação, saúde e assistência, fomento à produção agropecuária, reflorestamento, irrigação e colonização. Apenas alguns pontos do Plano Geral foram iniciados, em partes.

Como tinha disponível considerável quantia para exercer suas obras previamente estipuladas e não a utilizou, até hoje ela vista como pertencente à “Indústria das Secas”, a partir do qual o dinheiro público acaba por ser embolsado pelos coronéis da região. Abaixo segue relato publicado na Revista Realidade, sobre os relatos da época a respeito da avaliação da CVSF, em seguida, a Imagem 20 traz um trecho publicado, também na edição nº 72, da revista:

“Dizem os barqueiros do São Francisco: - Essa comissão comeu o que nem Deus calcula. Até corre no Supremo um processo de cinco volumes com mais de duas mil páginas tentando descobrir. Nesse processo tem de tudo: político fazendo campanha em aviões da Comissão, compra de tratores fantasmas, passagens aéreas para pessoas inexistentes. É que a Comissão, 20 anos com 1% da renda nacional, terminou caindo nas mãos dos políticos da região que a controlavam. E depois foi agir numa área ainda dominada pelo coronelismo feudal. Cada político tinha a sua clientela, a sua promessa, e valia-se da Comissão para atender. A Comissão, desse jeito nunca se tornou uma força externa, renovadora, entrou no ambíguo jogo local, terminou uma quebra de galhos em geral: uma usina aqui, um posto de saúde ali, pequenas estradas, implementos agrícolas, tudo em troca de votos. O deputado Manoel Novais, o maior implicado no processo que corre no Supremo, era o grande coronel da Comissão (REVISTA REALIDADE, 1972)”.

Imagem 20 – Trecho retirado da Revista Realidade, sobre o balanço geral da Comissão do Vale do São Francisco

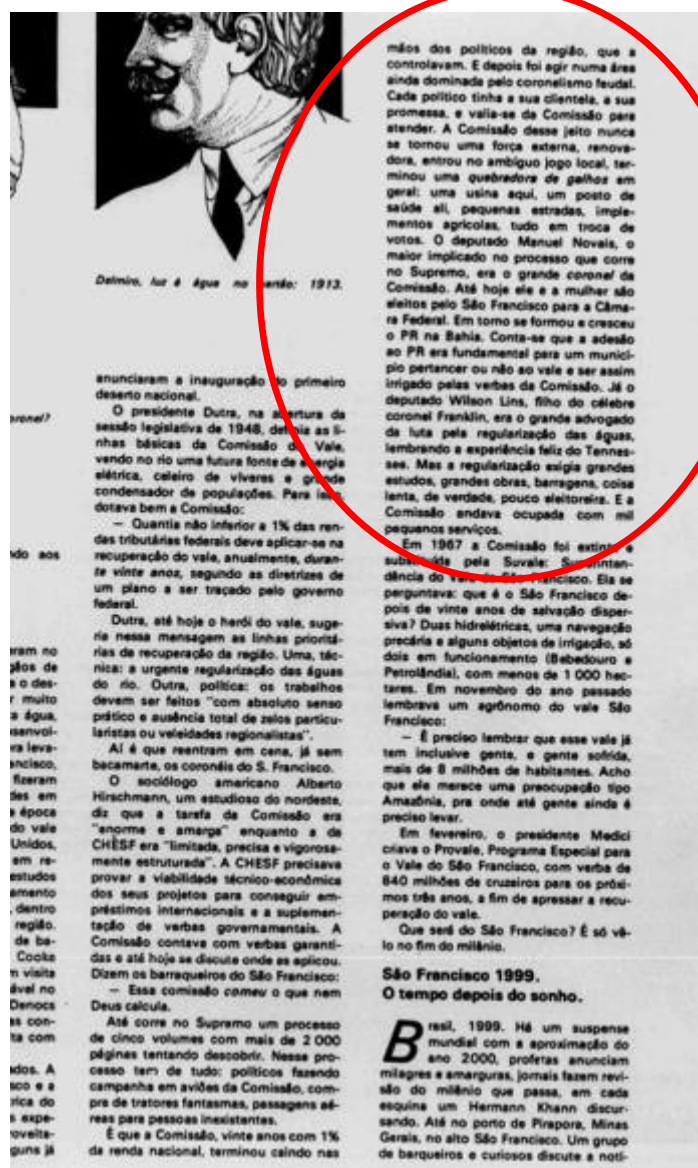


Fonte: Revista Realidade, nº 72, de 27 de março de 1972

Ainda segundo a reportagem, correu no Supremo um processo contra a Comissão do Vale do São Francisco com mais de 2000 páginas, a fim de se obter respostas sobre o paradeiro do dinheiro público. A principal suspeita dizia respeito aos políticos da área, uma vez que o coronelismo é um sistema muito forte na região. De forma geral, contudo, o órgão ficou conhecido por solucionar problemas pontuais, como criar algumas usinas, postos de saúde, pequenas estradas e implementos agrícolas, em troca de votos para os coronéis, e não por seu principal objetivo de ser uma "força externa renovadora". Além disso o deputado que ficou inicialmente conhecido como responsável por reconhecer os

problemas do Vale do São Francisco e expô-los para o Estado, Manoel Novais, foi o principal investigado pelos problemas de corrupção, ficando conhecido como o “coronel” da Comissão. A Imagem 21 apresenta o trecho da reportagem que trata do problema proveniente do coronelismo no órgão:

Imagem 21 – Trecho retirado da Revista Realidade, sobre o deputado Manoel Novais e os problemas do coronelismo no Vale



Fonte: Revista Realidade, nº 72, de 27 de março de 1972

Durante os anos de 1964 e 1967, o *U.S Bureau of Reclamation* prestou assistência técnica à Comissão do Vale do São Francisco, com o propósito de elaborar um estudo de reconhecimento dos recursos de terra e águas do Vale.

Após sua conclusão, a partir do Decreto-Lei nº 292, de 28.02.1967, foi criada a Superintendência do Vale do São Francisco (Suvale), que então absorveu a CVSF (CEPAL, 1981).

Em 1958, uma das secas mais intensas da história climática assolou o Nordeste, atingindo uma área de cerca de 650.000 km², onde mais ou menos 7 milhões de pessoas residiam. O Escritório Técnico de Estudos Econômicos do Nordeste (ETENE), a partir de relatórios elaborados sobre a crise, em decorrência da seca, na época apontou a persistência de um problema já identificado anteriormente na zona rural do Polígono das Secas, a concentração da estrutura fundiária na região. Segundo os relatórios, a Seca de 1958 apenas potencializou os problemas causados pela baixa produtividade média da agricultura rural, que em sua maior parte persistia como subsistência, decorrente da insuficiência do capital utilizado por hectare, do uso de métodos tradicionais na agropecuária e dos elevados índices de analfabetismo predominantes entre os habitantes da zona rural do Polígono das Secas. Outro ponto levantado pela ETENE dizia respeito à alta densidade demográfica presente em algumas áreas do semiárido, cujos recursos naturais eram escassos que, de acordo com técnicos da organização, em algumas áreas chegava a 20 habitantes por quilometro quadrado, que é um número elevado por conta das baixas condições socioeconômicas do semiárido. Em algumas localidades, os rebanhos bovinos presentes superavam a capacidade de produção de alimentos para nutri-los, sugerindo a ocorrência de rendimentos decrescentes de escala em relação à pecuária bovina (DUARTE, 2003, p. 7-16). A Imagem 22 retrata a procura por água em cacimba, durante a Seca de 1958, já a Imagem 23 evidencia uma frente de trabalho deslocando-se no leito de um rio seco na região nordeste.

Imagem 22 – Flagelados procurando por água em cacimba (1958)



Fonte: Memorial da democracia, disponível em

<<http://memorialdademocracia.com.br/card/retirantes-fogem-da-seca-e-da-fome>>

Imagem 23 – Durante a Seca frente de trabalho desloca-se no leito de um rio seco (1958)



Fonte: Memorial da democracia, disponível em

<http://memorialdademocracia.com.br/card/retirantes-fogem-da-seca-e-da-fome>

Em 1958, Celso Furtado deixa sua posição na Cepal⁷, assumindo uma diretoria no Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico (BNDE), criado em 1952. O objetivo de Furtado era elaborar uma política para o Nordeste. Entretanto, ao mesmo tempo, o então presidente Juscelino Kubitschek havia se mobilizado para a criação de uma assessoria junto ao BNDE para preparar esta política, a partir do Grupo de Trabalho para o Desenvolvimento do Nordeste (GTDN). Furtado se opôs ao grupo de trabalho, pois afirmava que ninguém no Grupo possuía conhecimento prévio sobre a região.

Desta forma, o autor decidiu escrever um estudo independente, mesmo sabendo que este poderia não ser utilizado durante o mandato de JK, que seria finalizado em 1960. Devido ao aumento dos conflitos sociais presentes no Nordeste, o presidente se mostrou aberto às ideias propostas por Celso Furtado e, como resultado, em 1959 foi lançada a Operação Nordeste.

A partir de um decreto, foi criado o Conselho de Desenvolvimento do Nordeste (Codeno), e o Projeto de Lei de criação da Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste (Sudene) foi enviado para aprovação no Congresso. O documento, que continha a nova proposta para o Nordeste, produzido por Furtado, propunha “uma política de desenvolvimento econômico para o Nordeste”, contudo devido ao pensamento conservador vigente não foi assinado pelo economista, sendo atribuído ao GTDN. O documento possuía uma visão distinta daqueles propostos anteriormente, não continha uma visão assistencialista e, sim, o propósito era o desenvolvimento econômico da região. (CANO, 2018, p. 23-51).

A partir daquele momento os outros órgãos federais que haviam sido criados com o enfoque no “combate as secas” passaram a responder diretamente para a Sudene, objetivando o enfrentamento da “indústria das secas”.

⁷Em 1949, o economista Celso Furtado ingressou na Comissão Econômica para a América Latina (Cepal), órgão regional da Organização das Nações Unidas (ONU), que foi desenvolvido em 1948. Durante seu período na Cepal, Furtado participou de diversas conferências internacionais, defendendo sua teoria de desenvolvimento para América Latina, através de transformações econômicas e estruturais. Além disso defendia que o desenvolvimento dos países “periféricos” deveria ter como base a industrialização voltada para o mercado nacional. Durante a década de 1950 ele publicou diversos artigos e ensaios sobre análises econômicas (Barreto, 2009, disponível em: <http://desafios.ipea.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=2275:catid=28&Itemid=23>.)

“Face ao temor da perda de poder pelas várias burocracias, que exprimiam a articulação entre os grandes interesses locais e o governo federal, justamente os representantes parlamentares da própria região tentaram impedir a instituição da Sudene no Congresso Nacional. A luta maior, contudo, seria para a aprovação do Primeiro Plano Diretor da Sudene, só sancionado em 1961, após longa e dura batalha política” (CANO, 2018, p. 23-51).

Desta forma os investimentos dirigidos ao combate a secas passariam a ter um planejamento plurianual, um plano de médio prazo em que os objetivos e metas deveriam ser seguidos pelo Estado. Assim, o coronelismo regional passou a ser ameaçado, mas a aprovação das propostas teve sucesso devido ao apoio da burguesia industrial fora da localidade, que entendia o potencial de investimento com a aprovação da Operação.

Com a criação da Sudene, a Companhia Hidrelétrica do São Francisco (Chesf) e a Superintendência do Vale do São Francisco (Suvale) tornaram-se órgãos parceiros. Algumas diretrizes do I Plano Diretor da Sudene mostravam a forte preocupação do órgão com o progresso e desenvolvimento da econômica do São Francisco:

“III – Reconhecimento da necessidade de reformular, por completo, a política de aproveitamento dos recursos de água, elemento notoriamente escasso em grande parte da região (...) IV – Reconhecimento da necessidade de se caminhar para uma reestruturação da economia rural, visando um aproveitamento mais racional dos recursos de terra, na zona úmida, um aproveitamento profundo das possibilidades de irrigação e a criação, na caatinga, de uma economia mais resistente à seca”. (SUDENE, p. 19, 1966)

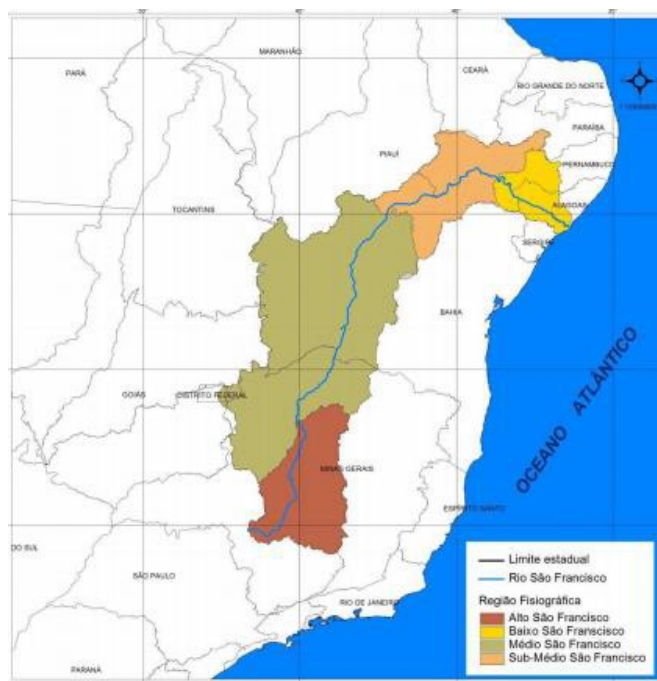
Em 1959, o jornal Diário de Pernambuco (DP) estampou uma notícia expondo os problemas de desenvolvimento da agricultura sanfranciscana e os agricultores que, por falta de fornecimento de crédito por parte do BNB, recorriam a empréstimos de agiotas. Esse fato demonstrava uma contradição entre as afirmações que estavam sendo feitas pelo governo, que afirmava a elaboração e execução de planos desenvolvimentistas, incluindo a criação da Sudene, para o Nordeste, com especial atenção à região localizada no Vale do São Francisco, devido ao seu potencial socioeconômico (PROCONDEL SUDENE, 2016).

No ano de 1960, o presidente Juscelino Kubitschek anunciou um programa para a irrigação no Vale do São Francisco. Este envolvia a Sudene, além de utilizar recursos técnicos e financeiros da Organização das Nações Unidas (ONU), por meio da Organização das Nações Unidas para a Alimentação e Agricultura (FAO) e do Fundo Especial das Nações Unidas, cuja fase de planejamento prevista foi de cinco anos.

O programa, posteriormente denominado de Operação São Francisco, tinha como principal objetivo a demonstração de viabilidade física da irrigação no São Francisco e a viabilidade econômica de diferentes culturas agrícolas experimentadas, mediante adaptação de culturas às condições do solo e clima para irrigação, considerando a estimativa do consumo de água destes plantios.

Nos anos subsequentes, técnicos brasileiros e da ONU (agrônomos, hidrólogos e cartógrafos) elaboraram uma série de estudos, implementado um processo de desapropriação de terras para os projetos de irrigação no médio São Francisco (PROCONDEL SUDENE, 2016). A Imagem 24 demonstra a divisão da bacia hidrográfica do São Francisco:

Imagem 24 – Divisão da bacia hidrográfica do Rio São Francisco



Fonte: Comitê da Bacia Hidrográfica do Rio São Francisco, disponível em <https://2017.cbhsaofrancisco.org.br/wp-content/uploads/2012/10/10-MINUTA-DELIBERA%C3%87%C3%83O-LIMITES-BAIXO-SF1.pdf>

Em setembro de 1966, por meio do superintendente da Sudene em Petrolina, Rubens Costa, foi firmado o Protocolo do Bebedouro. Esse nome estava relacionado às estações de irrigação experimentais, a de Barra de Bebedouro, localizada na cidade de Petrolina, e a segunda localizada na cidade de Juazeiro, que recebeu o nome de estação Mandacaru. O protocolo tinha o seguinte objetivo:

- a) criação de um núcleo de exploração agropecuária, economicamente sustentável, que atuará como catalizador na introdução do capital privado (...); b) aumento da oferta de alimentos através da exploração intensiva da zona irrigada com integração da exploração pecuária, atualmente predominante na caatinga, conferindo-lhe maior capacidade de suporte; c) efeito de demonstração, como exemplo para as futuras implantações de outros projetos no Vale do São Francisco, e em outras áreas do nordeste; d) propiciar a formação de irrigantes e consequentemente criar a base para uma mentalidade consciente das possibilidades econômicas e vantagens de uma agricultura irrigada e e) interiorização do processo de desenvolvimento. (SUDENE, 1968)

Ambas as estações começaram a operar em 1962. Nestas estações foram introduzidas e testadas uma série de culturas (algodão, mandioca, arroz, trigo, cevada, soja, batata-doce, capins e hortaliças), por técnicos do Grupo de Irrigação do São Francisco (GISF), criado no Departamento de Recursos Naturais da Sudene, que contava com técnicos da FAO e da autarquia nordestina.

Além disso, o Protocolo possibilitou a abertura para a região da caatinga do Vale do São Francisco de um programa de irrigação, utilizando-se a água do rio São Francisco, o que fomentou um avanço nas tentativas de implementação de um dos maiores projetos integrados de colonização agrícola da América Latina, iniciado em 1960 (PROCONDEL SUDENE, 2016). A imagem 25 traz uma manchete de 24 de março de 1968, do jornal Diário de Pernambuco, evidenciando uma mudança na estrutura agrária do Nordeste, com a presença forte da Sudene:

Imagem 25 – Reportagem do jornal Diário de Pernambuco sobre as mudanças estruturais na agricultura da região



Fonte: (PROCONDEL SUDENE, 2016)

A partir do conteúdo publicado no jornal, fica evidente as mudanças de curso que as plantas de irrigação trouxeram para a região do Vale. O secretário da Indústria e Comércio, Paulo Gustavo, destacou o “manual do investidor”, ferramenta de orientação para o pequeno e médio proprietário de empresa, com o objetivo de informar a respeito de financiamentos e planos de créditos para empresários dado o surgimento de dúvidas por parte da burguesia industrial local. Além de divulgar um plano de assessoramento para as indústrias locais, custeado pelo governo do estado.

Foi demonstrado à população do Vale Médio do São Francisco as possibilidades de rendimento provenientes da agricultura. A partir de um programa de ação comunitária, oriundo do Departamento de Recursos Naturais da Sudene foram realizadas práticas associativas, de educação e técnica de base para preparar, inicialmente, 21 colonos para o processo de plantio das áreas irrigadas.

Estes se reuniram em uma cooperativa e iniciaram a ocupação dos primeiros lotes irrigados pelas estações, com isso a projeção foi de 2.500 hectares de terras cultivadas por esses trabalhadores em um ano em Petrolina, as margens do rio São Francisco. O foco da Sudene além da pesquisa e industrialização do submédio sanfranciscano, era demonstrar a importância e o papel da população sertaneja local. Assim foram realizados diversos programas de capacitação técnica e cultural com o objetivo de preparar os colonos

sertanejos para seu novo papel na região, como membros e coordenadores de um sistema agrícola que surge com o advento da irrigação. Estavam postas as possibilidades de alteração de um quadro socioeconômico de deficiências para a produção das condições regionais de desenvolvimento.

CAPÍTULO 3. ÁGUA COMO VETOR DE MUDANÇA

3.1 Celso Furtado e o enfrentamento de um problema que extrapolava a seca

Celso Furtado, em “Uma Política de Desenvolvimento Econômico para o Nordeste”, já sinalizava a importância da implementação de uma reorganização da economia da região semiárida. Para o autor essa política necessitaria, essencialmente, ser realizada a partir da abertura de frentes de colonização, preferencialmente localizadas próximas aos vales úmidos da região, que passaria assim a exercer uma dupla função, a produção de alimentos e a absorção dos excedentes populacionais presentes no Polígono das Secas. Além disso, Furtado considerava o problema enfrentado no Nordeste pela falta de oferta de alimentos para o abastecimento dos principais centros urbanos da região, citando como exemplo Recife.

Ele defende então, desde 1959, a constituição de um grupo, formado pela Comissão de Planejamento do Estado de Pernambuco, pelo Grupo do Nordeste e pela Comissão do Vale do São Francisco, que posteriormente viria a se tornar a Codevasf, que fosse implementado, na faixa irrigável do rio São Francisco, projetos de irrigação. Por meio deste grupo, propôs a expansão das fronteiras agrícolas da região e a irrigação como condição para a redução dos plantios de cana-de-açúcar para potencializar a cultura de gêneros alimentícios na região (GTDN, 1959).

Além disso, na obra, Furtado defende que o grupo deveria possuir especialistas na área de irrigação, para se elaborar um plano de amplificação das terras agricultáveis da região das margens do São Francisco. Para ele, a região sanfranciscana possuía forte potencial de colonização, e com isso seria possível obter uma diminuição das áreas com excesso de população no Nordeste.

Várias situações favoreceram a expansão dos projetos de irrigação no Vale do São Francisco, especificamente no polo Petrolina/Juazeiro, durante o regime militar e até o ano de 1985. No período, que houve forte incentivo à pesquisa, foram criadas linhas de financiamento para suporte ao investimento privado, além de uma série de perímetros públicos e uma infraestrutura estatal

(com armazéns, rodovias, portos e expansão da rede elétrica). Durante os anos de 1972 a 1974, através do I Plano Nacional de Desenvolvimento (PND), foram criadas metas com os recursos da linha de crédito Proterra.

O Programa de Redistribuição de Terras e de Estímulo à Agroindústria do Norte e do Nordeste (Proterra), de 1971, operado pelo Banco do Brasil, com fartos recursos e pesados subsídios, que durou até 1985, patrocinou muitas de suas iniciativas empresariais privadas. Posteriormente, com o II PND⁸, essa estratégia recebeu maior autonomia, com a Codevasf, o que possibilitou a captação de recursos externos para o desenvolvimento do submédio do rio São Francisco, junto ao Banco Internacional de Reconstrução e Desenvolvimento (BIRD), o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) e o *Japan Bank International Cooperation* (JBIC), por exemplo.

No final da década de 1970, em 25 de junho de 1979, foi criada a Lei nº 6.662, de 25.06.1979, a lei da irrigação, regulamentada por decreto de 1984, e pelo Programa Nacional de Equipamentos de Irrigação (Profir). Mesmo não contendo todos os pontos defendidos por Furtado, a lei possibilitou o financiamento de plantios no início da década de 1980 e perseguiu aumentos de produtividade pela utilização intensiva de tecnologias de mecanização e automação, fertilização e defensivos agrícolas (MORAES, 2014).

3.1.1 Irrigação – primeiros projetos – e a Codevasf

A irrigação está relacionada ao conjunto de técnicas, formas ou meios utilizados a fim de se deslocar a água no tempo ou no espaço para modificar as possibilidades de uso para sobrevivência humana, tanto para fins produtivos quanto para consumo de subsistência de cada região, cujo objetivo central do método é a correção da distribuição natural das chuvas.

A indução do desenvolvimento do setor primário, a partir da exploração racional de seus recursos base, água e solo, foi fator essencial para o desenvolvimento econômico da região situada no Vale do São Francisco, no

⁸ II PND (Plano Nacional de Desenvolvimento) foi elaborado seis meses após a posse do presidente Ernesto Geisel. Seu objetivo central era continuar com o desenvolvimento econômico do país, que havia passado pelo período denominado “milagre econômico” durante os anos de 1968-1973. Para isso o plano visava alocar investimentos na produção de insumos básicos e bens de capital, além de aumentar a capacidade energética nacional. Para um aprofundamento consultar Fonseca & Monteiro (2007).

caso de Petrolina. Desta forma a irrigação tem papel fundamental, dada as peculiaridades físicas da região, permitindo assim o suprimento hídrico ao processo de agricultura, principalmente em virtude da irregularidade pluviométrica.

O método possui capacidade de garantir as condições ideais de umidade do solo para o desenvolvimento das plantas, contudo essa produção ainda necessita de outros insumos fundamentais para produção agrícola, como maquinários, sementes de qualidade, adubos e tecnologias pesticidas. Assim, para que os investimentos em irrigação gerassem impacto econômico na região, as políticas públicas, articuladas pelo Estado, tiveram papel fundamental.

Voltando à análise das mudanças realizadas no submédio do São Francisco, principalmente aquelas relacionadas ao potencial hídrico que começaram a ser realizadas a partir da década de 1960, é possível entender como a reorganização produtiva do semiárido, levantada por Furtado, possui papel fundamental no desenvolvimento econômico nordestino, e não apenas as ações voltadas às “Obras Contra a Seca”.

Para Furtado, o rio São Francisco apresentava alto potencial de desenvolvimento. Desde o primeiro momento de instalação do Codeno, órgão que antecedeu a Sudene, a partir do apoio técnico das Nações Unidas, que concedeu 974 mil dólares para exploração das possibilidades de irrigação do submédio do São Francisco, o autor relata a descoberta do potencial da região:

“seu valor comercial era pequeno, o que facilitaria sua aquisição para fins de colonização. Foi esse, na verdade, o primeiro projeto importante de irrigação no Nordeste. Mas eu estava consciente de que antes de dez anos não se manifestariam resultados significativos. Os estudos pedológicos tomam tempo, e era preciso em seguida instalar estações experimentais para fazer “falar os solos”, como dizem os agrônomos. Com efeito, passaram-se dois anos antes que fosse feita a primeira identificação de áreas significativas (da ordem de centenas de milhares de hectares) com potencial agrícola. Restavam as bacias dos açudes, onde estavam acumulados cerca de 7 bilhões de metros cúbicos de água. Por que não pensar em utilização dessa água para fins de irrigação, fazendo surgir nas áreas povoadas do Semiárido uma constelação de núcleos produtores de alimentos? (FURTADO, 1985, p. 139).

Em 1964, conforme apontado no capítulo anterior, o Governo brasileiro fez uma associação com a USAID/*U.S. Bureau of Reclamation*, para obter assistência na avaliação dos recursos das águas e terras da Bacia do São Francisco, assim propondo pontos para seu desenvolvimento. Segundo Celso Furtado, naquele ano:

“Concluiu-se nesse ano o mapeamento semidetalhado de 368 mil hectares no submédio São Francisco, ponto de partida do importante programa de irrigação da área. E tiveram início trabalhos experimentais de cultura de sorgo, amendoim, feijão, milho, batata-doce, trigo, alfaça, fumo, gramíneas forrageiras e outras. Instalaram-se as estações experimentais de Mandacaru e Bebedouro para estudos de drenagem, testes com aspersores, determinação das propriedades hidrodinâmicas do solo, declividade etc. Igualmente importantes foram os estudos iniciados no vale do Jaguaribe. O projeto de desenvolvimento integrado desse vale, que deveria servir de modelo a outros, incluía pesquisas econômicas, sociológicas, geológicas, hidrológicas, hidrogeológicas, pedológicas, agrônômicas, de irrigação, cobertura vegetal e erosão” (FURTADO, 1985, p. 196).

Em 1967, mesmo ano que a CVSF foi finalizada e em seu lugar criada a Suvale, foi disponibilizado pelo *Bureau* o “Relatório de Apreciação de Reconhecimento – Recursos Hidráulicos e de Solos” (CEPAL,1981), dentre os resultados deste documento estavam:

“A. Na avaliação dos recursos ficou demonstrada a existência de:

- a) 3.000.000 hectares agricultáveis;
- b) 12.000 MW de potencial de energia hidrelétrica

B. Como medidas para promover o desenvolvimento do Vale foram propostas:

- a) a reconstrução administrativa da CVSF;
- b) a concentração de esforços e recursos em áreas-prioritárias” (CEPAL,1981)

Com as medidas propostas pelo relatório, é possível verificar na Imagem 26 a seleção das áreas-programas que contemplavam a região de Petrolina/Juazeiro, circulado em vermelho:

Imagem 26 – Organização das áreas-programa da Bacia do rio São Francisco

<u>ÁREA PROGRAMA</u>	<u>ÁREA IRRIGÁVEL (EM Ha)</u>
1. Várzeas Inundáveis (Baixo São Francisco)	80.000
2. Bacias Leiteiras (Baixo São Francisco)	-
3. Área Petrolina/Juazeiro (Sub-Médio São Francisco)	105.000(+)
4. Irecê (Médio São Francisco)	-
5. Área do Rio Grande (Médio São Francisco)	87.000
6. Área do Rio Corrente (Médio São Francisco)	215.000
7. Área do Jequitáí (Alto-Médio São Francisco)	156.000
8. Área do Paracatu (Alto-Médio São Francisco)	-
9. Área de Três Marias (Alto São Francisco)	
Total - Projetos de Irrigação	544.000
(+) Estudo feito pela FAO/PNUD/SUDENE	

Fonte: CEPAL, 1981.

As áreas tiveram como critério de seleção seu potencial de desenvolvimento e possibilidade de utilização do solo e água para a exploração da agropecuária. A reorganização da Comissão do Vale do São Francisco, pelo Decreto-lei nº 292/67 transformando-a em Suvale, além de determinar que a organização adotaria as diretrizes seguidas pela Sudene, fixou alguns objetivos na nova organização:

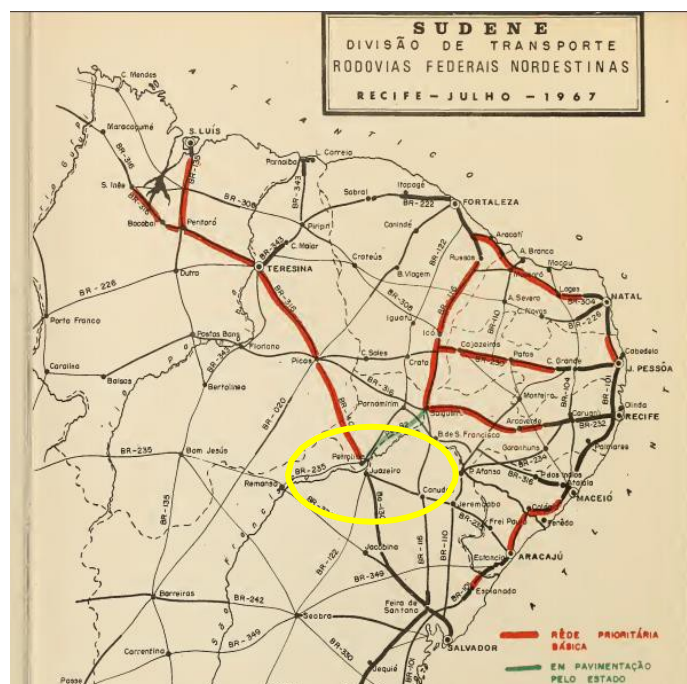
“a) promover o aproveitamento econômico dos recursos naturais; b) promover o aproveitamento das oportunidades de investimento, principalmente aquelas ligadas de forma direta às atividades industriais ou agropecuárias; c) criar condições que possibilitem o aparecimento e o aproveitamento de oportunidades econômicas no meio rural; d) programar e executar os serviços e obras necessárias "a regularização do Rio São Francisco e seus afluentes;

e, e) disciplinar o uso das águas do Rio São Francisco e seus afluentes” (CEPAL, 1981).

A Suvale, desde seu início, focou na atividade de irrigação como seu objetivo central para Vale do São Francisco. Dada as obras de infraestrutura, realizadas pelos Departamentos Estaduais, Chesf e a antiga CVSF, que foram parcialmente construídas no período anterior, foi permitido a realização de um intercâmbio entre as áreas a serem irrigadas, principalmente com os mercados consumidores de Recife, Maceió, Aracaju, Belo Horizonte e Brasília. Além disso os sistemas de geração e transmissão de energia Chesf (no baixo e submédio do São Francisco), de Correntina a Pandeiros (médio São Francisco), e da Cemig (alto e médio São Francisco), constituíam o suporte energético em grande parte já realizado e indispensável aos sistemas de irrigação pretendidos (CEPAL, 1981).

Dando ênfase ao polo Petrolina/Juazeiro, é possível entender a importância para os projetos de irrigação que passaram a ser implementados visando à integração regional quando se nota, na Imagem 27, a rede de transportes rodoviários presente no Nordeste no ano de 1967:

Imagem 27 – Malha rodoviária nordestina 1967



Fonte: SUDENE, 1967.

Quando a Suvale assumiu as atividades da Comissão, ela se deparou com problemas regionais de subdesenvolvimento que não foram sanados durante os quase 20 anos de presença da CVSF, cabendo assim à Suvale, em 1968, o início das operações do projeto piloto Bebedouro.

Este piloto foi caracterizado pelo funcionamento de 16 lotes pioneiros, de tamanhos diversos, de 130 hectares de área total irrigada, sistema de irrigação em parte por aspersão, 10 lotes, e os demais, 6 lotes, irrigados através de sulcos de infiltração, de menor eficiência de rega, ou seja, com maior consumo de água (MORAES, 2016). Quando foi dado o início da seleção dos candidatos à ocupação dos 16 lotes, houve a inscrição de mais de mil agricultores locais para a colonização das faixas irrigadas.

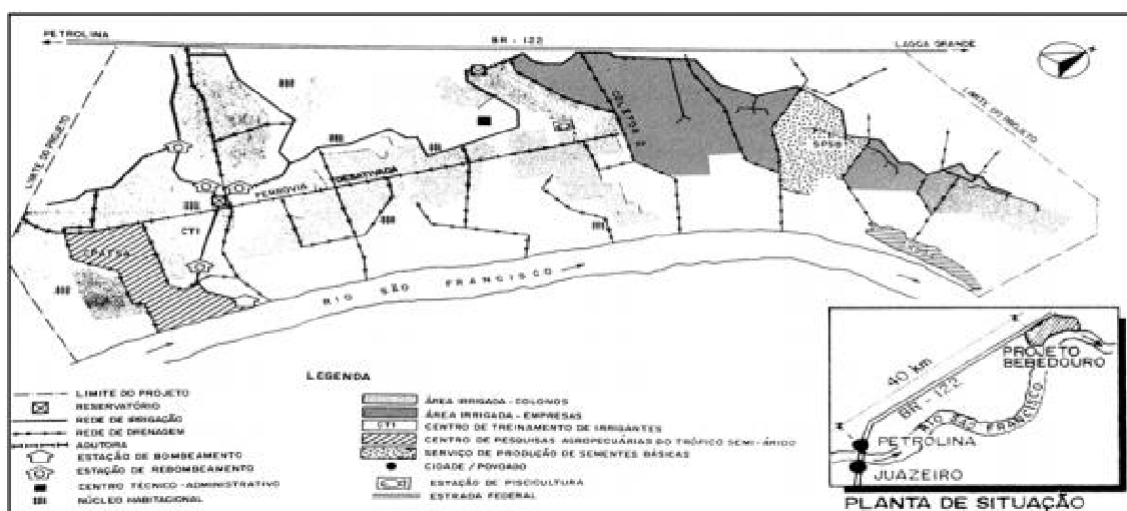
Em 1971, no perímetro irrigado de Bebedouro, o plano anual de produção agrícola incluía, em ordem decrescente de área cultivada, tomate (50 hectares), melancia (40,5 hectares), repolho (27,0 hectares), cebola (18 hectares), pimentão (18 hectares), batata inglesa (12 hectares), melão (9 hectares), além de lavouras de algodão, sorgo e feijão, em áreas entre 2 e 4 hectares. O plano também registrou o cultivo de lavoura de uva (perene) em 4 hectares. Em termos de valor da produção, as maiores receitas brutas correspondiam a lavouras de tomate, batata inglesa e melão, que, nesse sentido se destacavam das demais. A Tabela 1, abaixo, demonstra a estimativa da produção para os lotes pioneiros de Bebedouro no ano de 1971, em seguida a Imagem 28 demonstra a planta do Projeto Piloto Bebedouro.

Tabela 1 – Estimativa total da produção agrícola para o Projeto Piloto Bebedouro (1971)

Culturas	Unidade de medida	Produção (ha)	Área cultivada (ha)	Produção total	Valor unitário em Cr\$ 1,00	Valor total em Cr\$ 1,00
Feijão	T	1,2	7,0	8,4	1.000,0	8.400,0
Tomate	T	50,0	28,0	1.400,0	250,0	350.000,0
Batata	T	12,6	71,0	894,6	400,0	357.840,0
Uva	T	4,0	5,5	22,0	1.000,0	22.000,0
Melão	T	9,0	95,0	855,0	350,0	299.250,0
Algodão	T	2,0	53,0	106,0	800,0	84.800,0
Sorgo grão	T	4,0	43,0	172,0	250,0	43.000,0
Repolho	T	27,0	9,0	243,0	400,0	97.200,0
Melancia	T	40,5	20,0	810,0	200,0	162.000,0
Cebola	T	18,0	8,0	144,0	300,0	43.200,0
Pimentão	T	18,0	10,0	180,0	300,0	54.000,0
Total	-	-	-	-	-	1.521.690,0

Fonte: Joaquim (2014, p. 109)

Imagem 28 – Mapa do projeto de irrigação Bebedouro, em Petrolina



Fonte: Joaquim (2014)

Quando o projeto estava em operação, se tornando um laboratório da irrigação, houve uma corrida no Vale do São Francisco, dada a cobiça por um lote de terra em Petrolina. A Imagem 29, da reportagem “O País São Francisco” publicada na Revista Realidade, edição de março de 1972, demonstra relatos da população da caatinga da época:

Imagem 29 – Relato da população de Petrolina sobre o projeto piloto Bebedouro



Fonte: Revista Realidade, nº 72, de 27 de março de 1972

Na reportagem é possível observar o relato de Francisco Leandro, que migrou do estado de Alagoas para ser garçom no Hotel Grande Rio, em Petrolina — um dos mais luxuosos, na época, do interior do Brasil — e trabalhou por 4 anos, esperando sua posição na fila de espera da colonização dos lotes irrigáveis do projeto Bebedouro. As famílias de agricultores atendidas pelo projeto possuíam casas confortáveis próximas aos lotes de terras, além da disposição de escolas e hospitais na localidade. Uma cooperativa de agricultores tratava do financiamento da produção e comercialização dos alimentos. Os resultados iniciais de Bebedouro foram excelentes, dado que...

“Um hectare plantado de tomate produz 80 toneladas; melão, 15 toneladas; cebola, 37; uva, 15. Mais do dobro da produção normal em outras regiões, em alguns casos. A maioria desses produtos pode ser cultivada o ano inteiro,

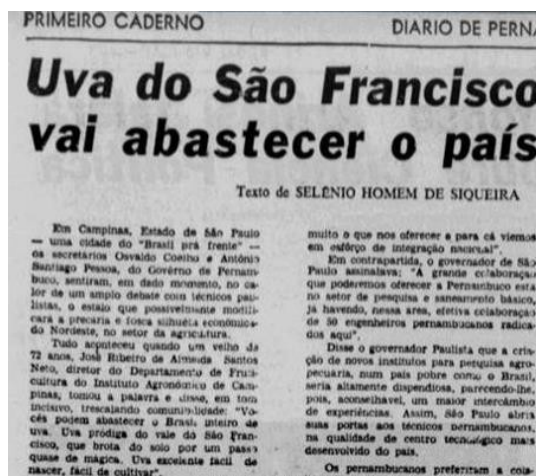
com duas e até três colheitas” (REVISTA REALIDADE, nº 72, de 27 de março de 1972).

Contudo, nem todos os colonos tiveram condições financeiras de pagar os empréstimos a partir das plantações/produção, principalmente os 16 primeiros, pois algumas das culturas experimentais testadas no projeto não tiveram o retorno esperado. Mas o resultado geral foi positivo e no ano de 1971 a safra de melão chegou a 1.000 toneladas, com frutos de alto padrão de qualidade, sendo a maior parte exportada. De acordo com o relato do agrônomo Neli Régis, chefe da 5ª agência da Suvale:

“Paradoxalmente, a principal riqueza é a seca. Ar seco, clima temperado quente, controle de umidade pela irrigação fazem determinadas culturas render o máximo. A Uva Itália por exemplo: introduzida no vale em 1959, sofreu modificações para melhorar a qualidade e produção. Enquanto no sul do país ou na Europa a produção por videira é de 4 a 5 quilos, no Vale vai a 10 quilos” (Revista Realidade, nº 72, de 27 de março de 1972).

Em 1970, o Jornal Diário de Pernambuco publicou uma matéria dedicada ao sucesso do plantio das uvas em Petrolina, com a reportagem a "Uva do São Francisco vai abastecer o país", nela o diretor do Departamento de Fruticultura do Instituto Agrônomo de Campinas afirma como a fruta possui facilidade de cultivo no solo irrigado da região "a uva pródiga do Vale do São Francisco brota do solo por um passe quase de mágica (...) uva excelente, fácil de nascer, fácil de cultivar", trecho da reportagem disponível abaixo, a partir da Imagem 30:

Imagem 30 – Trecho da reportagem “Uva do São Francisco vai abastecer o país”, do DP.



Fonte: Fonte: Disponível em: < <http://memoria.bn.br/hdb/periodico.aspx>>

Os objetivos passaram a surtir resultados e, em 1974, já existiam 105 lotes, com tamanhos variados entre 6 a 15 hectares de terras no projeto piloto de Bebedouro.

Em dezembro de 1968, foi criado, pelo Decreto nº 63.775, o Grupo Executivo de Irrigação para o Desenvolvimento Agrícola (Geida), durante o governo do então presidente Arthur da Costa e Silva. Em 16 de junho de 1970, no governo do general Emílio Garrastazu Médici, foi lançado o Programa de Integração Nacional (PIN), instituído pelo Decreto-Lei nº 1.106.

Na área do Ministério do Interior, o PIN previa a aceleração dos estudos e a implantação de projetos de irrigação do Nordeste, abrangendo obras de retenção, desvio, canalização, condução, aspersão e drenagem hidráulica. Com o PIN, a Suvale, em associação ao Geida, elaborou um programa de irrigação para o período de 1971/1974, em que estava previsto a elaboração de um estudo de cerca de meio milhão de hectares, como Plano Diretor. Além disso, neste trabalho, foi incluído o estudo de 143 mil hectares, para entendimento de viabilidade técnico-econômica para o desenvolvimento agroindustrial (CEPAL, 1981). Seus objetivos gerais eram:

“a) sistematizar os estudos e avançá-los o mais possível com o objetivo de cobrir todas as necessidades de planejamento, para em seguida entrar em uma nova fase, de construção em maior escala; e,

b) implantar projetos experimentais que dessem uma base real para examinar as premissas do planejamento” (CEPAL, 1981).

Com a finalização do período proposto, 1971/1974, as expectativas do Plano foram superadas, cobrindo todo o estágio de estudos no nível de reconhecimento, além de deixar uma série de projetos para serem executados numa segunda fase. No entanto, durante a execução desta primeira fase, devido aos novos rumos adotados para o desenvolvimento nacional, ocorreu uma mudança no enfoque relativa aos projetos de crescimento nacional, passando de uma linha integralmente de caráter público, com fortes investimentos do Estado, para um posicionamento mais ligado à iniciativa privada.

É necessário ressaltar que esta mudança acabou por acentuar um enfoque nas grandes empresas, deixando o estímulo à média empresa um pouco de lado, sendo que estas últimas eram as responsáveis pela maioria dos empreendimentos de pequena irrigação no Vale do São Francisco. Ademais, a fim de se ajustar o programa da Suvale ao II PND, para o período compreendido de 1975/1979, foram previstos investimentos de cerca de 3.300 milhões de cruzeiros, levando em consideração a participação do governo associada à iniciativa privada, que incluía estudos do plano diretor, viabilidade, projetos executivos, implementação e operação (CEPAL, 1981).

Concomitante ao término do programa desenvolvido pela Suvale para o período de 1971/1974, ainda incluído no I PND, criou-se, a partir da lei nº 6.088, de 16 de julho de 1974, a Companhia de Desenvolvimento do Vale do São Francisco e do Parnaíba (Codevasf)⁹, de caráter público, substituindo assim a Superintendência do Vale do São Francisco. Com o intuito de se garantir a continuidade das políticas públicas iniciadas pela Suvale, e assim evitar a brusca transição e descontinuidade que ocorreram na transformação da CVSF para a Suvale, optou-se pela transferência paulatina do acervo, recursos

⁹ Pela Lei nº 9.954, de 6 de janeiro de 2000, a Codevasf ampliou sua área de atuação para a bacia do rio Parnaíba; pela Lei nº 12.196, para os vales dos rios Itapecuru e Mearim. Em 2017 houve nova ampliação da atuação, com a Lei nº 13.481/2017, que incluiu a bacia do rio Vaza-Barris e a Lei nº 13.507/2017 que incluiu os vales dos rios Paraíba, Mundaú, Jequiá, Tocantins, Munim, Gurupi, Turiaçu e Pericumã e os municípios do estado de Alagoas que não estão no vale do Rio São Francisco. Codevasf. Disponível em <<https://www.codevasf.gov.br/acesso-a-informacao/institucional/historia/historia>>. Acesso em 19 de fevereiro de 2021.

e programas da Superintendência para a nova Companhia, cuja nova sede seria em Brasília, mudando assim o polo de decisões do Rio de Janeiro para a nova capital.

Na primeira fase, a Codevasf seria responsável pelo planejamento e implantação de novos projetos, enquanto a Suvale deveria se manter implantando aqueles já iniciados e operando os já concluídos. Tal medida permitiu uma transição amena, além de garantir a continuidade dos programas em andamento. Dois princípios orientaram a transformação da Suvale em uma empresa pública:

- “1. Definir um formato jurídico mais apropriado para atividades executivas;
2. Integrar e fortalecer a ação governamental do Vale do São Francisco, concentrando em uma única instituição as atividades executivas exercidas pela SUVALE; Departamento Nacional de Obras Contra as Secas-DNOCS e, de uma maneira geral, pela SUDENE. Nesse sentido, a Lei nº 6.088 estabeleceu que seriam transferidas para a CODEVASF, a seu critério os bens móveis, imóveis e instalações da SUVALE e aqueles localizados no Vale do São Francisco, pertencentes à SUDENE e ao DNOCS.” (CEPAL, 1981)

A finalidade central da Codesvaf foi então, a partir da lei nº 6.088, de 16 de julho de 1974:

“Art. 4º. A CODEVASF tem por finalidade o aproveitamento, para fins agrícolas, agropecuários e agroindustriais, dos recursos de água e solo do Vale do São Francisco, diretamente ou por intermédio de entidades públicas e privadas, promovendo o desenvolvimento integrado de áreas prioritárias e a implantação de distritos agroindustriais e agropecuários, podendo, para esse efeito, coordenar ou executar, diretamente ou mediante contratação, obras de infraestrutura, particularmente de captação de águas para fins de irrigação, de construção de canais primários ou secundários, e também obras de saneamento básico, eletrificação e transportes, conforme Plano Diretor, em articulação com os órgãos federais competentes” (Codevasf, 1974, disponível em: < http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l6088.htm>).

Para a realização dos seus objetivos, poderá a Codevasf:

“I - Estimular e orientar a iniciativa privada, promover a organização e participar do capital de empresas de produção, beneficiamento e industrialização de produtos primários;

II - Promover e divulgar, junto a entidades públicas e privadas, informações sobre recursos naturais e condições sociais, infraestrutura e econômicas, visando a à realização de empreendimentos no Vale do São Francisco;

III - Elaborar, em colaboração com os demais órgãos públicos federais, estaduais ou municipais, que atuam na área, os planos anuais e plurianuais de desenvolvimento integrado do Vale do São Francisco, indicando desde logo os programas e projetos prioritários, com relação às atividades previstas na presente Lei; IV - Projetar, construir e operar obras e estruturas de barragem, canalização, bombeamento, adução e tratamento de águas, saneamento básico;

V - Projetar, construir e operar projetos de irrigação, regularização, controle de enchentes, controle de poluição e combate à seca.” (Codevasf, 1974)

Em 1973 inicia-se o polo experimental de Mandacaru, que tomou como base o de Bebedouro. Ele iniciou sua operação com cerca de 36 lotes pioneiros, de 6 a 8 hectares por terreno. Os agricultores selecionados para participar do projeto passaram por um treinamento, em confinamento, no Centro de Treinamento de Irrigantes em Bebedouro, com duração de 90 dias visando a capacitação operacional e administrativa (MORAES, 2016).

Além da agricultura, inicialmente nos loteamentos houve também a experiência com a pecuária, para corte e leite, imposto pela Suvale e pela cooperativa, contudo, a atividade não prosperou por inviabilidade econômica e dificuldades de coordenação. Todo o processo de comercialização da produção, além do financiamento e compra de insumos, era realizado pela Cooperativa Agrícola Mista do Projeto de Irrigação de Bebedouro (Campib). A partir de relatos dos primeiros colonos do projeto, é possível notar uma inicial insatisfação com a dinâmica estabelecida, dada a falta de liberdade de comercialização imposta pela Campib. Ao longo dos anos seguintes, principalmente devido ao apoio recebido pela Suvale e Codevasf, com a necessária infraestrutura econômica,

assistência técnica e disponibilidade de fornecimento de crédito aos agricultores e suas cooperativas, a percepção dos colonos foi bastante positiva quanto ao projeto.

A partir do governo Geisel foi organizada uma grande reestruturação administrativa na cooperativa e foram promovidas alterações estatutárias na Campib, a fim de permitir a participação direta da Codevasf (MORAES, 2014). Abaixo segue relato do engenheiro Nilo Peçanha sobre a situação do projeto:

“Eu cheguei na Cooperativa em 1975 e saí em 1979. Quando cheguei, ela estava completamente falida e sem credibilidade alguma junto aos produtores. Era uma situação crítica sem precedentes. Sem produção e mal administrada, havia na cooperativa todo tipo de irregularidade e de desvio que se possa imaginar. Muitas famílias desajustadas, simulações de plantio para desviar adubos e outros insumos que eram fornecidos, operadores de interesses alheios aos produtores eram comuns. Assumi a missão após muita insistência da própria presidência da CODEVASF, preocupada com os rumos que a agricultura irrigada estava tomando. Mas só assumi sob a condição de contratar pelo menos três pessoas da minha confiança, no que fui atendido: um gerente administrativo, um gerente comercial e um contador. Acho que Deus me iluminou na escolha dessas pessoas, que me ajudaram muito, foram de inestimável importância na organização da CAMPIB. Na época, havia já 105 colonos instalados. E tudo que fazíamos era combinado no conselho de administração e na diretoria. Nas reuniões extraordinárias, dávamos até um jeton aos agricultores integrantes do conselho, como forma de estimular a participação. Mas éramos inflexíveis e intolerantes com desvios. Nós sabíamos que qualquer flexibilização, mínima que fosse, iria comprometer o trabalho. Tivemos que tomar uma série de medidas, fechamos o perímetro, instalamos uma guarita dia e noite que controlava a entrada e saída de mercadorias e de carros, elaboramos uma programação de produção e vendas, tomamos financiamento no Banco do Nordeste, alguns colonos com situação insustentável de irregularidades e dívidas tiveram que sair, impedimos a atuação de uma série de pessoas que exploravam os colonos, com a venda de insumos e de serviços mecanizados, centralizamos as compras de insumos e as vendas através da gerência comercial da cooperativa, e por aí foi. Só na balança, os compradores roubavam muito. Na chegada, quando iam pesar o caminhão, antes de carregá-lo, eles enchiam o caminhão de pessoas, pneus, ferramentas, o que dava de 500 a 1000 kg. Na pesagem de volta, carregados, essas pessoas e materiais não vinham mais dentro do caminhão, o que constituía um desvio enorme de produção.

Controlamos a pesagem e evitamos esses e outros desvios. Mas tive muitas vezes que andar com proteção policial, pois recebi muitas ameaças, tanto explícitas como veladas, de dentro e de fora. Até agentes do SNI andaram me interpelando. Mas, ao final, os resultados compensaram, a cooperativa se fortaleceu, os produtores ganharam dinheiro e o trabalho foi reconhecido, principalmente pelas mulheres dos colonos, que perceberam logo a importância do trabalho inclusive para a reorganização de suas famílias e de suas vidas. Foram também grandes aliadas nesse trabalho. Acho que foi um período de prosperidade na CAMPIB.” (MORAES, 2014)

A chegada da agricultura no Vale, a partir da ação governamental, seja diretamente pela criação da infraestrutura para a irrigação dos projetos instalados, como de forma indireta via financiamentos da iniciativa privada, fez com que as plantações ocupassem espaços que antes eram de exclusividade da pecuária local, usualmente nas terras da caatinga que ficavam próximas às faixas úmidas. A proximidade dessas terras ao rio São Francisco gerou na época uma alta valorização.

Além disso, como a ocupação dessas localidades era feita por parte de criadores de pequeno porte, envolvidos na criação extensiva voltada à subsistência, muitos não possuíam a documentação necessária para a comprovação da posse dos terrenos. Quando a política de expansão agrícola do governo federal tornou-se forte, sob a direção da Codevasf, grande parte dessas terras foram invadidas, primeiramente para a realização de levantamentos topográficos e podológicos, em seguida apropriadas, e pagas por pequenas parcelas de indenização (LOPES, 1997). O depoimento abaixo discorre sobre a situação:

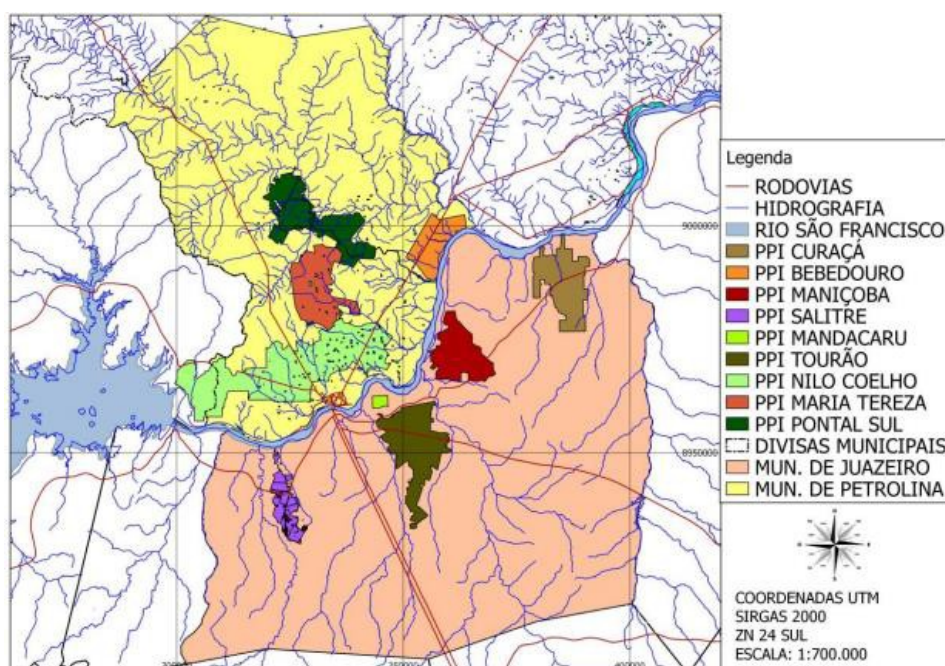
“Em 1930 chegamos aqui, na Fazenda Saco, hoje conhecida pelo nome de COHAB Massangano. O meu pai comprou, pela importância de 8 mil réis, com 124 hectares de terras, não tinha cercado, meu pai chegando aqui dividiu toda terra em cercado, tinha, 3 pedreira que tirava pedras para construção de casas tinha um tanque pra gente beber água, tinha olaria pra fazer tijolos tinha 23 pés de imbuzeiros, tirava terra para construir casas. Então o tempo foi passando, nós vivíamos numa vida de rico. Quando foi em 1950, começou a chegar gados de todos os lugares, e ficavam nos cercados divididos, para os Boiadeiros que vinha de Caruaru, Recife, Minas e Piauí, Bahia, embarcaram, para serem levados por caminhões, para todos os estados aqui já citados,

tinha dias de dormir mais de 25 caminhões. Atravéz desta roça nós conhecemos muitos amigos, meu pai tinha muitos amigos e fez muitas amizades. Meu pai vivia muito feliz, porque tinha muitas amizades, A roça era dividida em 4 partes pra alugar os boiadeiros que traziam gados dos lugares já citados. Então quando foi em 1982 fomos desapropriados pelo governo que nos deixou sem quase nada pagou uma ninharia, pagou 20.000 cruzeiros na época, e 5 casas quitadas, sendo 2 do doutor que deu o preço do terreno, chama-se Périto. Meu Pai morreu de desgosto, adoeceu e morreu assim que fomos desapropriados, nós moramos 52 anos. O governo mandou construir a Cohab Massangano, tem esse nome, porque aqui, quando chovia muito, descia água de dois riachos e se juntavam e formavam um mar de água, e assim foi dado o nome de Massangano, meu pai tirou o nome de Saco pra o nome Massangano. (LOPES,1997, p.157-158).

Desde a instalação dos primeiros perímetros públicos, o Estado passou a trabalhar em associação com a iniciativa privada. O governo assumiu papel fundamental, regulando e estimulando o desenvolvimento econômico na região a partir da Sudene, Suvale e Codevasf, mas sua presença não excluiu a necessidade da presença do investimento privado. A agricultura irrigada tem alto custo de implantação e necessita de constantes investimentos, para se alcançar o produto com maior valor agregado. Mesmo com a infraestrutura disponibilizada pelo Estado, os resultados obtidos com a irrigação no Vale do São Francisco, não teriam sido viáveis sem a participação conjunta do mercado, com suas exigências de custo e qualidade, a despeito do volumoso montante investido pelos órgãos públicos.

Os anos 1980 foram marco de forte expansão da agricultura irrigada no polo Petrolina/Juazeiro. Além dos grandes investimentos públicos realizados pela Codevasf, foram instalados grandes empreendimentos privados, dentro e fora dos novos perímetros em construção, muitos dos quais ou com incentivos fiscais ou financiados por bancos públicos a taxas subsidiadas (investimento público indireto). Esta expansão econômica incluiu agroindústrias e fazendas nas margens do rio e do reservatório de Sobradinho, entregue em 1979, além de chegar a municípios vizinhos, do entorno do polo Petrolina/Juazeiro, principalmente às cidades de Maria da Boa Vista, em Pernambuco, e Casa Nova, no estado da Bahia (MORAES, 2014). A Imagem 31 ilustra os perímetros irrigados federais do Polo Petrolina/Juazeiro, obras da Codevasf.

Imagem 31 – Perímetros irrigados Petrolina/Juazeiro



Fonte: Moraes (2014)

3.2 Projeto de Irrigação Senador Nilo Coelho

A instalação dos projetos de irrigação em Petrolina teve forte participação do governador Nilo Coelho¹⁰, indicado para o cargo em 26 de maio de 1964. Durante seu mandato, foi instalado na região, a partir dos recursos federais, a Rodovia PE-82, cuja função foi ligar a cidade de Cabrobó a Petrolina para escoamento da produção ao Porto de Recife. Além disso foram construídas importantes obras para a cidade, como o Hotel do Grande Rio, o Aeroporto de Petrolina, o Projeto Piloto Bebedouro e a pavimentação das rodovias BR-122 e BR-407. Nilo Coelho também foi eleito senador no ano de 1978, tendo se mantido no cargo até 1987.

¹⁰ Nilo de Sousa Coelho nasceu em Petrolina em 2 de novembro de 1920, filho de empresário e proprietário de terras em Pernambuco, foi acionista da Companhia Siderúrgica Nacional (CSN) e da Companhia Hidroelétrica do São Francisco (Chesf). Graduiu-se em Medicina pela Faculdade de Medicina de Salvador. Teve protagonismo na vida política exercendo cargos legislativos e no executivo. Dentre as políticas que implementou como governador de Pernambuco destacam-se a ampliação da rede de eletrificação rural, a irrigação de terras sertanejas, a inauguração dos 800 km de rodovia pavimentada entre Recife e Petrolina e a construção dos primeiros viadutos para o escoamento do tráfego urbano na Grande Recife. Foi eleito senador em 1978. Como empresário foi acionista do Grupo Coelho, que congregava construtora, transportadora exportadora, fábrica de produtos alimentícios e de beneficiamento de algodão e mamona, além de cadeia de supermercados e fazendas de gado e grandes lavouras na região do vale do rio São Francisco. Faleceu em São Paulo no dia 9 de novembro de 1983 deixando esposa e cinco filhas (FGV-CPDOC).

Em conjunto com o governo federal, direcionou à cidade de Petrolina uma sede regional da Codevasf para a construção dos projetos Mandacaru, Bebedouro e Massangano, que posteriormente viria a se chamar Projeto de Irrigação Senador Nilo Coelho (PISNC) (COELHO, 2007), o qual iniciou suas operações em 1984.

Neste ano foram instalados os primeiros colonos ocupantes, além das empresas agrícolas. Desde sua construção passou a ser o maior perímetro público de irrigação do país, com captação efetuada no reservatório da barragem de Sobradinho, em Casa Nova (BA), com capacidade de acumulação de 34,1 bilhões de m³ de água.

Para a implementação do projeto, primeiramente foi realizada uma desapropriação de terras, em seguida um processo seletivo para a escolha dos colonos, cujas informações constam no documento intitulado Relatório Final dos Trabalhadores Executados pela Comissão de Seleção de Colonos do Projeto Massagano, da Codevasf.

Este processo foi efetuado em quatro etapas, no decorrer do ano de 1983. Primeiramente, a partir de divulgação por meio do rádio, foram convocadas as famílias que haviam sido desapropriadas de suas terras, para que recebessem informações gerais do projeto. Neste momento foram distribuídas senhas de inscrição, além de um termo de desistência destinado a população de desalojados que não estava interessada em concorrer aos lotes. Foi agendada uma data posterior para a entrevista daqueles interessados ao processo seletivo dos lotes. Após esse primeiro momento, ocorreu uma nova divulgação, para a população em geral que tivesse interesse em participar do projeto de irrigação. Pessoas das mais diversas cidades nordestinas se inscreveram para participar do PISNC (ALVES, 2006, p. 40-50).

Na segunda fase, em que foram entrevistadas uma média de 80 pessoas por dia, cinco funcionários da Codevasf conduziam o processo. Nela os candidatos respondiam questões como sua composição familiar e experiência com a agropecuária, além de outras questões de cunho pessoal e recolhimento de documentação. Os entrevistadores no final emitiam um parecer sobre cada entrevistado. A penúltima etapa foi dada pela contagem de pontos do questionário prévio. Na quarta fase, foi emitida a classificação geral dos candidatos, onde foram classificados 399 dos agricultores desapropriados, e

1.100 pessoas da população, que se candidataram ao processo. Após essa última etapa, foi iniciado o processo de capacitação dos novos colonos por equipes da Codevasf (ALVES, 2006, p. 40-50).

Desde seu início, o Projeto de Irrigação Senador Nilo Coelho previa a distribuição de terras entre pessoas física e jurídica. Para a primeira foi destinado uma área de maior proporção, dado o caráter social do projeto que tinha como principal objetivo dar melhores condições à população penalizada com os impactos das secas na região. Entretanto, com o passar dos anos, e do desenvolvimento econômico do perímetro, muitos colonos repassaram seus lotes a empresários, o que resultou na forte presença da iniciativa privada no projeto (ALVES, 2006, p. 40-50).

Perante toda a área do PISNC foram estabelecidos núcleos agrícolas e centros comerciais, onde também moravam os funcionários que davam apoio técnico aos núcleos. O projeto foi desenvolvido para a colonização em lotes de 6 hectares, com vários núcleos habitacionais, os quais incluíam urbanização, residências construídas em alvenaria com sala, cozinha, sanitário, área aberta de serviço e dois quartos, construídas, segundo o relatório, em função da posição do sol. Possui também rede e reservatório de água e energia, construções como escolas infantis, ambulatório, oficina, galpões, e sedes de gerências e cooperativas e outras áreas para estacionamento e lazer (ALVES, 2006).

Além disso, segundo relatório da Codevasf (1986), os núcleos habitacionais foram posicionados em locais que permitissem um afastamento máximo de aproximadamente 4.000 metros até o associado mais distante, com a finalidade de facilitar o deslocamento diário do colono. Cada Núcleo tem forma circular, e no centro encontra-se a praça de serviços, com áreas para arborização. A Tabela 2 demonstra a disposição dos núcleos habitacionais e agrícolas, pelo perímetro de irrigação:

Tabela 2 – Núcleos habitacionais e agrícolas distribuídos por todo o Perímetro Nilo Coelho

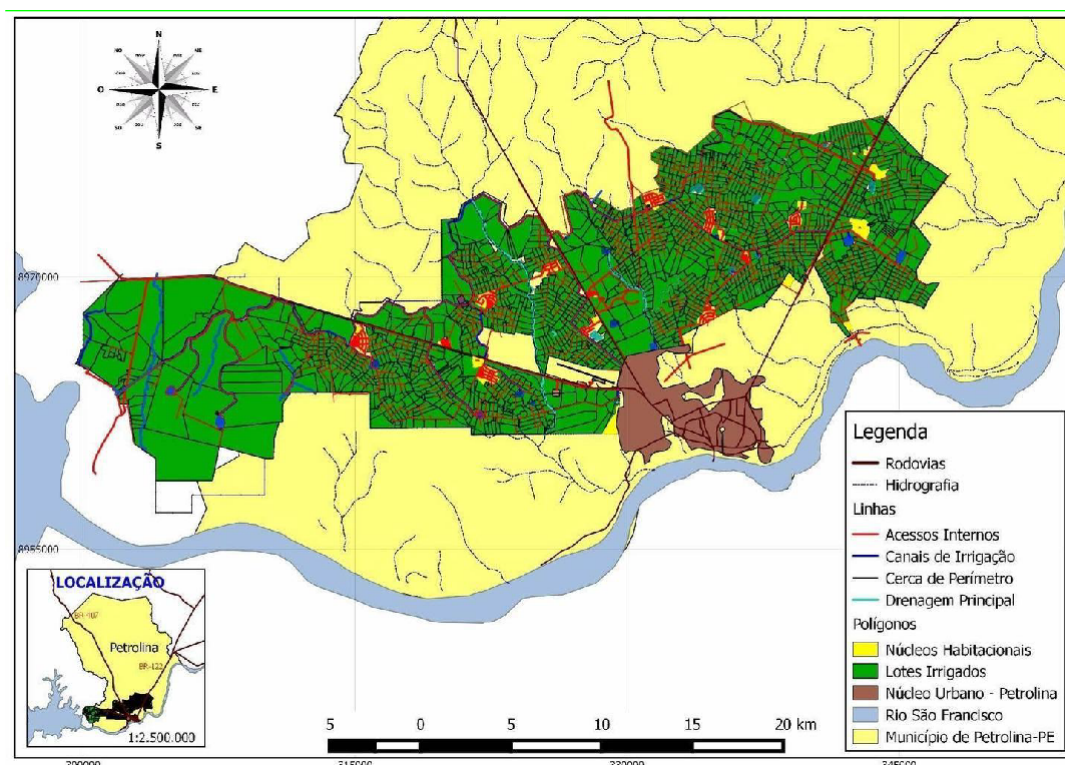
Núcleo habitacional	Núcleo agrícola	N.º de casas
1	1	65
2	2 e 3	162
3	4 e 5	77
4	6	97
5	7 e 8	136
6	9, 10 e 12	163
7	11 e 13	132

Fonte: Codevasf (1986)

Abrangendo uma área total de 20.310 hectares, predominantemente no entorno da cidade de Petrolina, eram 13.146 hectares irrigáveis, distribuídas por 1.508 lotes para colonos, em 9.048 hectares, e por 97 lotes empresariais, em 3.674 hectares. Outras 16 empresas, com área irrigável externa ao perímetro, com 423 hectares, foram autorizadas a captar água do canal principal. Do total, 20% da área do projeto recai sobre terras do vizinho município de Casa Nova (MORAES,2014).

Além disso, o projeto possuía onze núcleos habitacionais e três centros de serviços, quinze escolas, postos de saúde, telefônicos e policiais, além de biblioteca e áreas comerciais (CODEVASF, 1999). A Imagem 32 retrata a planta do Projeto de Irrigação Senador Nilo Coelho:

Imagem 32 – Planta do Projeto de Irrigação Senador Nilo Coelho



Fonte: Moraes (2014)

Segundo relatório da Hidros (CODEVASF, 1986), a maioria dos colonos eram agricultores que praticavam anteriormente a agricultura de sequeiro, logo não possuíam conhecimento sobre as técnicas utilizadas na irrigação. Além disso, a partir do Relatório Final dos Trabalhos Executados pela Comissão de Seleção de Colonos do Projeto Massagano (CODEVASF, 1983), foi possível estipular que 30% dos colonos do projeto eram originários das terras desapropriadas. A maioria dos colonos do PISNC tiveram dificuldades para aprender o processo de irrigação, e sofreram com o aumento dos custos da técnica agrícola. Mesmo assim, o relatório aponta que os agricultores acreditavam no Projeto de Irrigação Senador Nilo Coelho, e que entendiam a irrigação como resposta aos problemas econômicos e sociais da região.

O investimento público total da construção do Projeto de Irrigação Senador Nilo Coelho, de acordo com SAMPAIO & SAMPAIO (2004), foi de cerca de R\$ 340,52 milhões, em valores de 1998. Sua construção foi realizada em duas etapas, a primeira conhecida como Nilo Coelho, com início de suas atividades em 1984, e a segunda conhecida como Maria Tereza, teve início de operação em 1996.

A administração do Perímetro era realizada pelos próprios irrigantes, através do Distrito de Irrigação Perímetro Senador Nilo Coelho (DIPSNC). O índice de ocupação era de 86,6% na primeira etapa e 69,9% na segunda. O restante da área do Projeto (área não irrigável) é preenchido por 970 km de rede viária interna (700 km na 1ª Etapa e 270 km na 2ª etapa), 5 núcleos de serviços e 11 habitacionais (SOBEL; ORTEGA, 2008). A Tabela 3 demonstra a divisão de ocupação dos perímetros irrigados, Bebedouro, Nilo Coelho e Maria Tereza, todos situados na cidade de Petrolina.

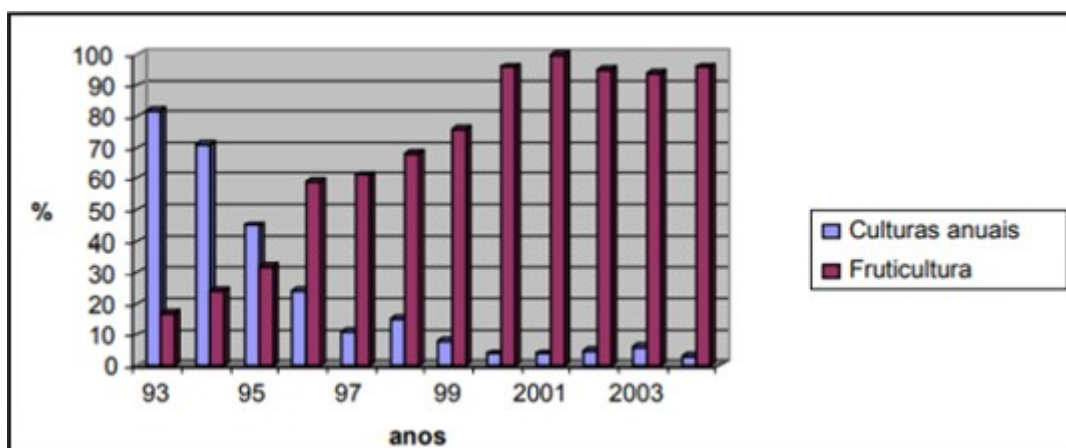
Tabela 3 – Divisão da ocupação dos perímetros irrigados de Petrolina

Perímetro	Início da operação	Áreas irrigadas		Empresas rurais			Colonos		
		ha	%	N.º	Áreas (ha)	%	N.º	Áreas (ha)	%
Petrolina		22.990	55%	174	9.386	39%	2.025	13.604	76%
Bebedouro	1968	2.418	6%	5	924	4%	134	1.494	8%
Nilo Coelho	1884	15.712	38%	131	6.412	27%	1.446	9.300	52%
Maria Tereza	1996	4.860	12%	38	2.050	9%	445	2.810	16%

Fonte: Sobel (2006)

Nestes pontos de irrigação ocorreu um forte trabalho do governo com o objetivo de organizar a estrutura fundiária, a fim de inserir os pequenos produtores no mercado. Para isso, foram disponibilizadas condições mais favoráveis para a obtenção de lotes.

Até a metade da década de 1990, os polos de irrigação da região de Petrolina realizavam a exploração das culturas de plantio anual, que possuem um menor valor agregado, como a cebola, tomate, arroz e feijão etc. Na segunda metade do decênio, os agricultores locais encontraram na fruticultura irrigada uma possibilidade de ampliarem os ganhos financeiros. O Gráfico 1, gerado a partir de dados do Distrito de Irrigação Senador Nilo Coelho, traz a evolução do plantio no perímetro:

Gráfico 1 – Evolução das áreas plantadas por tipo de exploração

Fonte: Sobel (2006)

O Relatório da Hidros (Codevasf, 1986) sugeria algumas culturas como ideias para a região, como exemplo: a produção de semente de espécies graníferas e hortícolas, tomate, uva para fabricação de vinho, algodão, cebola, batata inglesa e alho entre outros. Além disso, o estudo apresentava um padrão de cultivos para formulação de modelo de exploração agrícola, como a utilização de duas culturas de ciclo curto na mesma área, onde uma deveria adaptar-se ao período de chuvas.

Não deveria ser praticada a monocultura, e era sugerido um limite de quatro culturas por colono, para que ele pudesse se especializar em uma determinada linha de plantio. Dentre estas, era necessário que duas fossem do tipo anual, com baixo retorno comercial, mas que apresentasse um mercado seguro, e outras duas com alta rentabilidade, mas que pudessem sofrer com o impacto das oscilações de mercado. Os colonos também não deveriam cultivar duas da mesma espécie da família botânica, para evitar-se problemas com pragas, e, fora isso, dois terços da área deveriam ser ocupadas com culturas anuais em rotação e um terço com culturas permanentes. Ainda foram formulados modelos para a exploração agrícola, de acordo com as categorias de solos existentes no perímetro de irrigação. Contudo, mesmo com as orientações fornecidas pelos estudos disponibilizados pela Codevasf, a principal cultura verificada nos lotes do projeto, principalmente nas grandes propriedades, foi a frutífera.

No ano de 1996, os colonos do Perímetro de Irrigação Senador Nilo Coelho apresentaram um alto índice de inadimplência no pagamento de água de seus lotes. Assim, a Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa) realizou uma pesquisa de campo para entender o perfil socioeconômico dos agricultores. No ano correspondente, o projeto apresentava 1.436 colonos, e uma área de 15.255 hectares em operação. O questionário foi aplicado em dezembro de 1996, sobre uma amostra, escolhida ao acaso, de 280 (19%) dos 1.436 colonos (pequenos produtores) PISNC (EMBRAPA, 1999).

De acordo com o relatório, a maioria dos proprietários dos lotes na época eram do sexo masculino (91%); com relação à idade, estavam, em média, entre 46 e 48 anos, para os adimplentes e inadimplentes, respectivamente. Na concepção original do PISNC, elaborado pela Codevasf, estava previsto a fixação de residência nas vilas do perímetro de 100% dos colonos. Nas vilas foram construídas residências para todos eles.

Os dados levantados por essa pesquisa, porém, revelam que o desenvolvimento de PISNC gerou uma demanda diferente: 70% dos entrevistados declararam morar nas vilas; 20% informaram morar nas zonas urbanas de Petrolina-PE e Juazeiro-BA; 7,5% fixaram residência nos próprios lotes; e o restante (2,5%) afirmaram morar em outras cidades (EMBRAPA, 1999).

A pesquisa ainda revelou que, em 1996, 66% do total de colonos entrevistados eram analfabetos ou possuíam o primeiro grau incompleto, outros 16% cursaram o primeiro grau por completo, 10% o segundo grau completo, 7% o curso superior e 1% não declarou o nível de escolaridade.

O relatório ainda conseguiu identificar aspectos muito interessantes da posse dos lotes, conforme abaixo:

“a) a maior parte de colonos mais antigos tem dificuldades de atingir o objetivo do projeto, que era de possibilitar aos camponeses, sem terra ou sem possibilidade de investimento, de passar de uma agricultura de subsistência para uma agricultura comercial, a partir da implantação de um perímetro irrigado, que ocorreu entre 1984 e 1989, disponibilizando para estes colonos, o lote, a casa, cooperativa subsidiada, três tratores para 120 colonos e água subsidiada;

b) a condução do programa permitiu que a maior parte dos colonos utilizasse a renda das safras para outros fins, ao invés de buscar acumular e reinvestir

os resultados das safras, para melhorar ou conservar o nível de produção no lote, e assim ter condições de comprá-lo mais tarde, assumindo todos os custos, inclusive os de água, imaginando que o governo ia sempre manter a política paternalista, ou que o mercado ia ser sempre tão favorável para as culturas anuais, ou ainda, que a terra ia sempre produzir nos mesmos níveis;

c) com a política paternalista e sem preocupação com o futuro, eles ficaram mais endividados, até que em julho de 1989, a gestão da água foi passada para o Distrito de Irrigação do Perímetro Senador Nilo Coelho. Uma nova administração com vistas a recuperar os créditos, deixou os mais fracos financeiramente em posição mais difícil, alguns optaram por vender o lote;

d) aqueles que adquiriram os lotes dos colonos possuíam uma maior disponibilidade financeira, assumindo o direito de ocupação do lote e os débitos do último ocupante e investindo no sistema produtivo. Entretanto, houve casos de novos colonos já estarem no grupo de inadimplentes, pois ao quitarem as dívidas do lote, não possuía mais recursos para investir no sistema de produção, não gerando receitas para assumirem as despesas do lote, retroalimentando assim o circuito de inadimplência” (Embrapa, 1999).

As conclusões da pesquisa elaborada pela Embrapa foi que os colonos mais antigos, e que possuíam maiores problemas de pagar a conta de água, trabalhavam com a família e exploravam mais a cultura da banana e as culturas anuais como o tomate, melancia, feijão vigna. Além disso, foi alegado a dificuldade ao acesso a créditos para a condução de seus lotes.

Entre os anos de 1994 e 2000, os produtores tentaram contornar os problemas de rendimentos dos lotes a partir da implantação de lavouras perenes, mais acessíveis. Introduzindo-se primeiro o plantio da banana, em seguida o coco, a manga, a acerola e a goiaba. Além disso os colonos procuram melhores fontes de financiamento para realizar essa mudança para a fruticultura perene (MORAES, 2017).

Com o decorrer dos anos, o projeto demonstrou a sua grandiosidade, a Tabela 4, abaixo, demonstra os dados do Projeto de Irrigação Senador Nilo Coelho, a partir de dados da Codevasf do ano de 2014:

Tabela 4 – Dados do Projeto de Irrigação Senador Nilo Coelho (2014)

Área irrigável	18.563 ha
Área ocupada	18.563 há (12.520 ha - lotes familiares; 6.043 ha lotes empresariais)
Investimentos até 2009	R\$529.302.968,77
Início do funcionamento	1984
Dados da infraestrutura	976 km de canais; 818 km de adutoras; 711 km de estradas; 263 km de drenos; 39 estações de bombeamento
Valor Bruto da Produção (VBP) 2014	R\$883.841.000,00
VPB Área Familiar - Culturas Temporárias	R\$7.241.000,00
VPB Área Familiar - Culturas Permanentes	R\$347.315.000,00
VPB Área Empresarial - Culturas Temporárias	R\$2.535.000,00
VPB Área Empresarial - Culturas Permanentes	R\$526.751.000,00

Fonte: Souza (2017)

A fruticultura atualmente é a principal atividade do perímetro, sendo a produção de manga (35%), e a de uva (19%) as principais culturas do projeto. Os cultivos temporários ocupam 10% da região, e seus lotes são em sua maioria de famílias. No ano de 2014, a estimativa de empregos gerados foi de 18.100 diretos e 27.100 indiretos (SOUZA, 2017). Além disso, o valor bruto da produção agrícola para o ano foi de R\$ 883.841.000,00, decorrente da venda de 424.774 toneladas de alimentos (CODEVASF, 2014). A Tabela 5 demonstra os dados do desempenho produtivo dos lotes empresariais do Projeto de Irrigação Senador Nilo Coelho para o ano de 2014:

Tabela 5 – Desempenho produtivo dos lotes empresariais para 2014

Cultura	Área cultivada (ha)	Área colhida (ha)	Produção (t)	Preço Médio (R\$/t)	VBP (R\$)	Produtividade (t/ha)	Custo Variável Médio (R\$/ha)
Temporárias	298,39	260,89	3.322,33	Não se aplica	2.534.503,42	Não se aplica	Não se aplica
Abóbora	4,38	3,08	69,77	477,25	33.297,58	22,65	6.294,70
Abacaxi	5,00	5,00	171,35	1.240,00	212.474,00	34,27	Não informado
Mandioca	33,00	21,00	345,77	581,62	201.107,20	16,47	4.960,80
Melancia	2,00	2,00	48,02	430,00	20.648,60	24,01	7.292,00
Melão	49,60	47,40	1.129,54	590,00	666.429,78	23,83	12.101,60
Milho	155,00	133,00	567,91	660,00	374.820,60	4,27	4.519,60
Pimentão	5,91	5,91	72,17	650,55	46.904,72	12,21	11.447,30
Tomate	18,00	18,00	843,62	983,68	829.849,20	46,87	11.119,20
Outras	25,50	25,50	74,18	Não se aplica	148.971,74	Não se aplica	Não se aplica
Permanentes	7.690,23	7.071,49	262.737,67	Não se aplica	526.750.831,54	Não se aplica	Não se aplica
Acerola	11,82	10,82	277,92	1.158,02	321.835,85	25,69	13.191,00
Banana	107,25	69,95	2.390,86	1.054,39	2.520.896,96	34,18	12.960,00
Coco anão	754,53	525,74	29.150,61	533,74	15.558.778,55	55,44	12.196,11
Caju	23,13	21,63	390,64	1.750,00	683.616,15	18,06	7.931,00
Goiaba	235,30	223,30	10.995,30	1.251,63	13.762.043,29	49,24	12.681,35
Manga	4.102,99	3.929,29	111.826,79	1.145,51	128.098.977,07	28,39	17.113,82
Maracujá	12,23	12,23	298,47	1.425,32	425.413,90	24,40	11.040,00
Pupunha	145,00	145,00	2.827,50	720,00	2.035.800,00	19,50	11.800,00
Uva	2.199,83	2.130,58	104.497,64	3.475,79	363.212.086,19	49,05	49.554,00
Outras	98,15	2,95	81,94	Não se aplica	131.383,58	Não se aplica	Não se aplica
Total	7.988,62	7.332,38	266.060,00	Não se aplica	529.285.334,96	Não se aplica	Não se aplica

Fonte: Moraes (2016)

Em 2014 foi analisado o perfil dos colonos ocupantes do perímetro de irrigação. Para o PISNC, 30% dos colonos estavam no grupo etário entre 30 e 45 anos. Além disso, o percentual de pessoas com 2º grau e curso superior no Nilo Coelho atingem 38,37%. Outro dado levantado foi que a maior parcela dos colonos eram responsáveis por administram seus lotes, participação de 95,35%. No ano de 2014, os colonos vindos da agricultura de sequeiro são 19,77%, enquanto a maior parte dos colonos já vieram da agricultura irrigada, com percentual de 59,30% (MORAES, 2017).

3.2.1 A irrigação e seus resultados

A superfície irrigada do polo Petrolina/Juazeiro, apenas dos perímetros que começaram a funcionar no final da década de 1970 até 1984, atingiu 33.498 hectares. A Tabela 6, referente ao período 1970 a 1980, e a Tabela 7, referente aos anos de 1980 a 1985, trazem os resultados do crescimento das plantações irrigadas no período, já incluindo as expansões realizadas nos projetos piloto Bebedouro e Mandacaru:

Tabela 6 – Perímetros públicos de irrigação no Polo Petrolina-PE/Juazeiro-BA, entre os anos de 1970 e 1980

Projetos de irrigação	Localização	Ano inicial da operação	Área irrigável (ha)	Ocupação predominant e
Bebedouro	Petrolina (PE)	1969	1.060	Colonato
Mandacaru	Juazeiro (BA)	1973	382	Colonato
Tourão	Juazeiro (BA)	1979	10.548	Empresarial
Manicoba	Juazeiro (BA)	1980	4.197	Mista
Curaçá	Juazeiro (BA)	1982	4.165	Mista
Nilo Coelho I	Petrolina (PE)	1984	13.146	Mista

Fonte: Moares (1994)

Tabela 7 – Perímetros públicos de irrigação no Polo Petrolina-PE/Juazeiro-BA, entre os anos de 1980 e 1985.

Municípios	Nº Total de imóveis rurais		Áreas irrigadas (há)	
	1980	1985	1980	1985
Casa Nova (BA)	6.038	6.896	709	1.475
Curaçu (BA)	2.776	3.040	416	2.744
Juazeira (BA)	6.519	4.657	3.455	16.097
Orocó (PE)	895	746	2.706	2.915
Petrolina (PE)	4.670	5.968	2.294	6.753
S.M.B. Vista (PE)	2.512	2.161	2.842	5.341
Total do Polo	23.410	23.468	12.422	35.325

Fonte: Moares (1994)

Nos perímetros de irrigação, nesse período, as cooperativas ou associações de produtores, mesmo que tuteladas ou dirigidas por técnicos das Codevasf, tinham a responsabilidade geral de operacionalizar os planos de produção e comercialização dos colonos, já o Estado tinha a incumbência da operação e manutenção da infraestrutura de uso coletivo, como as estações de bombeamento e canais de distribuição.

Todo o plano de expansão das áreas gerou um impacto na cadeia produtiva, pois o forte crescimento da oferta dos produtos levou a uma preocupação local com a possível demanda. As políticas públicas do governo atuaram então de duas formas: primeiro realizando um estudo de campo e estimulando a produção de determinadas *commodities*, com o maior valor agregado (a fim de suportar os altos custos da irrigação), cujo processo foi conduzido por grandes empresas privadas que possuíam a capacidade de realizar estratégicos planos de produção e vendas. Essa atividade, com a participação da empresa privada, passou a atingir 19.963 hectares, mais de 61% da área total irrigada (CODEVASF, 1991).

A segunda forma de atuação dos planos governamentais, que tinha como foco os pequenos produtores do Vale, foi atrair para o polo de irrigação a agroindústria do tomate, matéria prima que virou uma *commodity* moderna, podendo ser aproveitada em extratos, molhos e ketchups etc. A cultura de tomate industrial ocupou na região áreas médias de 5.000 hectares, em poucos anos esse número subiu para mais de 10.000 hectares, abastecendo cinco fábricas que foram atraídas pelo produto (FARIA, 1996).

Ao longo dos anos, entretanto, foi se tornando mais visível quais produtos iriam se consolidar no Vale. As usinas de açúcar e álcool, que primeiramente não eram o foco dos perímetros, se consolidaram e se expandiram, tomando áreas dos projetos de irrigação, como Manicoba e Curaçá, que não eram previstas inicialmente, para a cana-de-açúcar empresarial. O tomate, que por um breve momento havia se tornado uma esperança para os pequenos produtores, desapareceu totalmente da região. O principal motivo foi a alta dos preços, devido ao aparecimento de uma praga, chamada traça do tomateiro (MORAES, 2014). Aos poucos, os produtores foram optando por praticar a fruticultura perene, principalmente manga e uva, que possuíam os melhores resultados, além de goiaba, acerola e coco anão. Na época alguns produtores, devido ao Plano Cruzado, conseguiam vender a manga a 10 dólares o quilo.

Os projetos de irrigação possuíam no início um caráter social, conforme defendido por Furtado, defendendo a irrigação no submédio do rio São Francisco como ferramenta para se implementar um plano de colonização no Nordeste, viabilizando-se uma redução nos problemas de excedente populacional, e consequentemente das migrações nacionais.

Entretanto, mesmo visando a priorização dos grupos sociais mais sujeitos aos problemas das secas, não se deixou de atender também grupos econômicos interessados nos espaços de valorização de capitais oferecidos pela irrigação. Com o passar dos anos, foi observada uma inversão dos sujeitos sociais atendidos, que se mostra mais presente com a redefinição do papel da Codevasf, que, ao invés de priorizar o atendimento ao colono, foi tornando as empresas privadas sua principal prioridade. O apoio aos colonos em um primeiro momento foi uma ferramenta para consolidar a instituição dos perímetros irrigados.

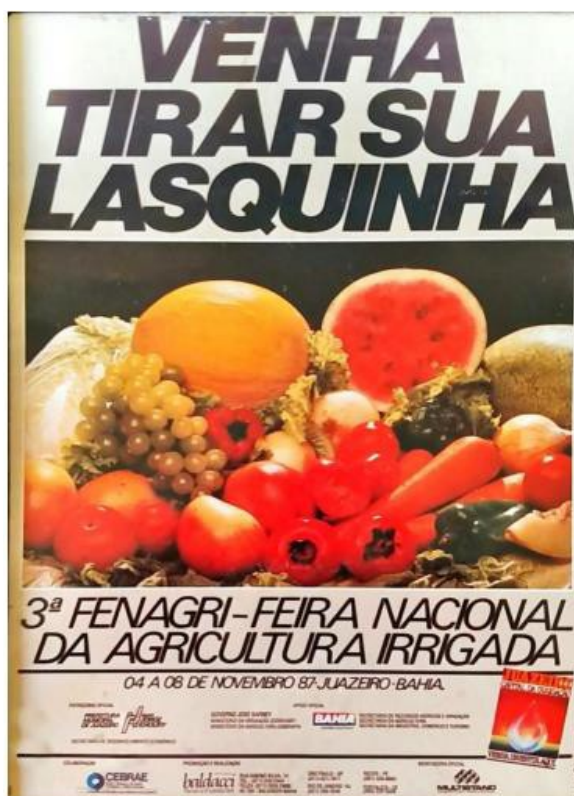
A partir dos anos 1990, devido já ao forte estabelecimento da irrigação na região, a situação se modificou, e o órgão passa a sofrer pressão de vários interesses econômicos, inclusive daquele poder local que passa também a se beneficiar dessa política (ALVES, 2006).

Foram instaladas na região, ao longo dos anos 1990, várias empresas atraídas pelos incentivos fornecidos pelo Estado. Essas, em um primeiro momento, foram adquirindo pequenos lotes, agregando assim, lotes maiores que passaram, inclusive, a concorrer com os colonos no fornecimento de matéria-prima às agroindústrias e fortalecimento da concentração fundiária dentro do projeto. O favorecimento dessas empresas nos projetos públicos foi inclusive realizado a partir de incentivos fiscais, desde isenção fiscal, como subsídios fiscais e financeiros.

Dentre as empresas que se estabeleceram no Vale, foi se consolidando fortemente aquelas relacionadas a comercialização de insumos, máquinas e equipamentos agrícolas, embalagens para alimentos essenciais para o sucesso da produção, além de empresas de transformação industrial, principalmente de doces, extratos, geleias e conservas, de uma forma geral um grande complexo agroindustrial passou a atender à demanda dessa agricultura ascendente (ALVES, 2006).

Em outubro de 1985, graças ao sucesso da exportação das frutas, ocorreu a primeira Festa Nacional do Melão. Já em 1987, no ginásio de futebol de Juazeiro, ocorreu a terceira Festa do Melão, que se transformou na Feira Nacional da Agricultura Irrigada (Fenagri); dada a expansão da fruticultura na região, esse evento posteriormente alcançou uma dimensão internacional, por envolver fornecedores de insumos e agentes de transportes e distribuição de frutas do exterior, além, naturalmente de todos os agentes da cadeia produtiva de frutas frescas do polo Petrolina/Juazeiro. A imagem 33 retrata um cartaz da 3ª Festa do Melão, 3ª Fenagri, no ano de 1987:

Imagem 33 – 3ª Festa do Melão, na cidade de Juazeiro 1987



Fonte: Moraes (2014)

Por um longo período o Estado atuou no polo de irrigação Petrolina/Juazeiro a partir da geração de infraestrutura, o que foi fundamental para a produção agrícola em grande escala. Contudo, o investimento em capacitação e treinamento dos produtores locais não foi prioridade na época e, como consequência, nesta fase não foi fomentada uma cultura que se preocupasse com associações regionais para auxiliar o corporativismo dos agricultores, por exemplo.

Mesmo Furtado tendo defendido a redução da presença da cana-de-açúcar, para se expandir a produção de culturas alimentícias, de acordo com dados do IBGE, essa cultura teve a área de produção ampliada em mais de 1000% entre o período de 1975 e 1985. A cana tinha como destino a Agrovale, empresa instalada no município de Juazeiro. A partir de 1985, no entanto, o cenário foi invertido e a fruticultura passou a desempenhar o papel central das culturas dos polos de irrigação.

Com a redemocratização do país em 1985, após o regime militar, o governo federal procurou redefinir os papéis dos perímetros públicos, transformando-os em privados. Essa troca de posicionamento se deu devido à necessidade de se compatibilizar a administração dos serviços e políticas às restrições financeiras que marcaram o governo federal durante a década de 1980, além da crença que a privatização iria potencializar a eficiência dos perímetros de irrigação.

Assim foi implementado um modelo de gestão denominado de “Distrito de Irrigação”, nos quais os próprios produtores seriam os responsáveis pela administração, operação e manutenção de suas áreas comuns. Essa mudança fez com que a sociedade local tivesse a necessidade de uma ação participativa diante das políticas implementadas, gerando uma forte presença associativa na região, a despeito da ausência de incentivo público para tal finalidade em meados da década de 1980.

Por outro lado, o intenso processo de abertura comercial da época, deixou o produtor bastante vulnerável à concorrência externa, assim os órgãos como o Sebrae, BNB, Distritos de Irrigação, Codevasf e Embrapa, auxiliaram os pequenos e médios produtores com o objetivo de os conscientizarem sobre os benefícios advindos das associações, organizações, cooperativas no processo de competição. Este trabalho foi realizado a partir de cursos, palestras, e consultorias, procurando retirar a herança paternalista deixada pelo Estado nas décadas de 1970/80 (Sobel, 2006).

“Neste contexto, passam a surgir no pólo uma série de cooperativas, associações, organizações governamentais e não-governamentais, visando auxiliar na melhoria econômica e social dos próprios produtores e, em consequência, da microrregião. Dentre as principais organizações existentes, podem-se citar:

- i) Cooperativas tais como: a CAJ-BA (Cooperativa Agrícola Juazeiro da Bahia Resp. Ltda) que congrega 80 produtores; a Unipex do Vale Import. E Export. Ltda, que congrega 10 Produtores; a Néctar Agrícola Import. e Export. Ltda que congregando 8 produtores; dentre outras;
- ii) Associações tais como: a Valeexport, a Cooperyama (Coopercotia Yamanashi Desenv. Agrícola Ltda), que congrega 2 produtores, a

- CYG Agrícola Imp. e Exp. Ltda, que congrega 4 produtores; a Agroaliança que congrega 4 produtores, entre outras;
- iii) Câmara da Uva, para o controle da qualidade de produção e do preço da mercadoria no exterior e é vinculada à Valexport;
 - iv) BGMB (Brazilian Grapes Marketing Board), também vinculada à Valexport.” (SOBEL, 2006).

A Associação dos Exportadores de Uvas do Vale do São Francisco (BGMB), por exemplo, foi fundada em 1992, com o objetivo de organizar a produção dos exportadores, além de planejar e desenvolver ações de marketing, logística, assessoria operacional e padronização de qualidade. No ano de 2005, a associação gerou 12.000 empregos, com 122 produtores, congregando 27 empresas exportadoras (SOBEL, 2016). Atualmente, em 2021, a região de Petrolina é uma das maiores exportadoras de uvas do Brasil, abaixo a Imagem 34 retrata os parreirais da localidade:

Imagem 34 – Produção de uvas em Petrolina



Fonte: Revista Campo e Negócios (2018), disponível em <
<https://revistacampoenegocios.com.br/petrolina-e-vale-do-sao-francisco-se-destacam-na-exportacao-de-frutas/>>

Com a abertura comercial dos anos 1990, os pequenos proprietários se viram sem condições de competir com os grandes empresários. Tendo que optar por vender seus lotes de terras, resultando em um aumento dos tamanhos das terras, e maior nível de concentração fundiária. Esse processo aumentou ainda

mais a força das cooperativas dos pequenos proprietários, que graças a fruticultura irrigada, com produtos de alto valor comercial, voltados à exportação, conseguiram se manter no mercado. A Tabela 8 apresenta o desempenho, por hectare, das diferentes culturas da região, para o ano de 2005:

Tabela 8 – Desempenho por hectare das culturas da região de Petrolina, para o ano de 2005

Cultura	Custo total de invest. (R\$)	Período de invest. (anos)	Período sem receita (anos)	Custo (R\$)	Produtividade (kg/ha)	Receita bruta (em R\$/ha de 2004)	Receita líquida (R\$/ha)
Acerola	20.269,81	4	1	5.911,32	20.000	10.600	4.688,68
Bananeira	12.220,95	2	1	6.469,22	25.000	9.750	3.280,78
Coqueiro ¹	20.887,67	6	2	4.536,33	40.000	9.600	5.086,51
Goiaba	18.456,25	5	2	4.513,49	25.000	11.500	6.986,51
Manga	27.503,23	6	3	6.991,49	20.000	17.000	10.008,51
Uva (Itália) ¹	91.867,79	5	2	23.411,80	40.000	68.800	45.388,20
Feijão	1.529,72	1	0	1.527,92	1.800	2.592	1.064,08
Melancia	2.597,57	1	0	2.597,19	25.000	4.500	1.902,81

Fonte: Sobel (2006)

¹Unidades por hectare

A partir de 2004, o polo se consolidou como o principal exportador de uvas de mesa do Brasil, sendo responsável por 95% das exportações do país.

“Atualmente, o pólo é o maior centro produtor de uvas finas de mesa do País, sendo responsável por mais de 95% das exportações do Brasil em 2004. Seus maiores importadores mundiais são respectivamente: i) Holanda com 59,7% das compras; ii) Reino Unido com 23,2% e iii) Estados Unidos com 7,4% 65. Além da uva in-natura, o pólo vem se destacando também na exportação de vinhos para o exterior⁶⁶. O pólo responde, ainda, por 92% das exportações de manga do país (dados de 2004), sendo seus maiores importadores mundiais: i) Holanda, responsável por 48,3% das compras; ii) Estados Unidos com 19,5%; iii) Portugal com 11,2% e iv) Reino Unido com 7,4%” (SOBEL, 2006)

O sucesso da fruticultura no polo Petrolina/Juazeiro provoca também grandes modificações nas duas cidades. Uma das mais significativas diz respeito ao aumento populacional. A retenção populacional na região Nordeste era um dos objetivos dos projetos de irrigação, assim os perímetros irrigados tiveram sucesso em atrair muitos trabalhadores e evitando, assim, deslocamentos mais longos e tradicionais, como ao sudeste e centro-sul do país. Entretanto, ao se analisar a região de Petrolina e Juazeiro, o aumento expressivo da população

desde a implantação do PISNC, não veio acompanhado de investimentos sociais e de infraestrutura na mesma proporção para atendimento a essa população que chega (Alves, 2006). A Tabela 9 demonstra a evolução da população e densidade demográfica da cidade de Petrolina, entre os anos de 1991 a 2018:

Tabela 9 - Área, População e Densidade Demográfica – 1991, 2000, 2010 e 2018

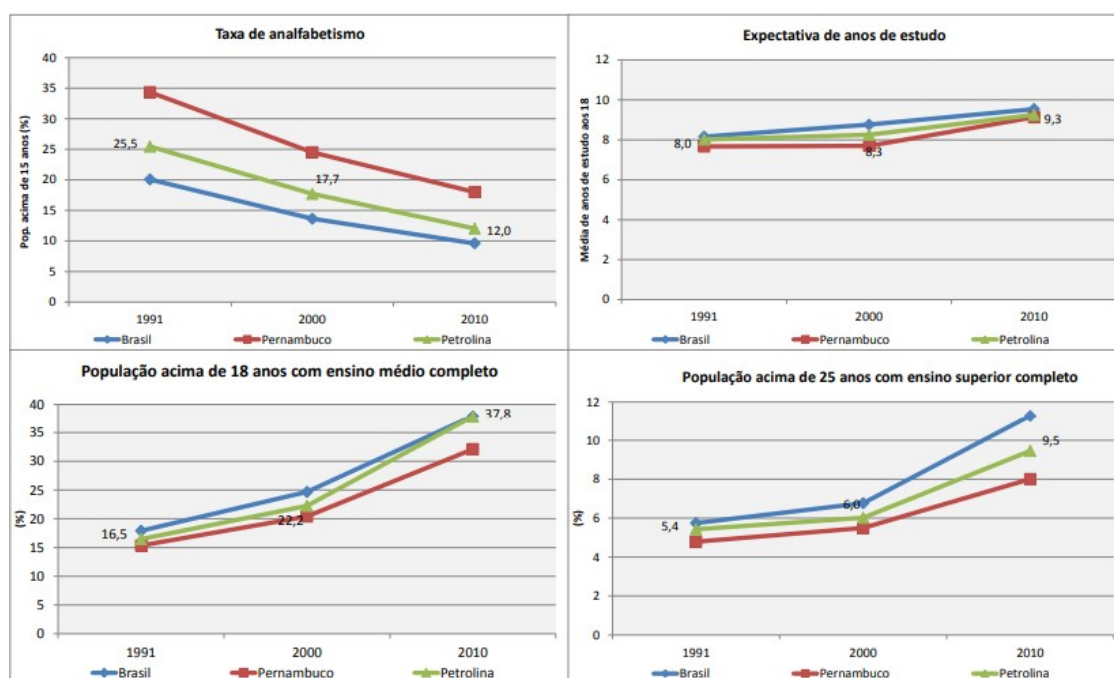
Unidade Geográfica	Área Territorial Km ²	População (nº de pessoas)				Densidade Demográfica			
		1991	2000	2010	2018	1991	2000	2010	2018
Brasil	8.515.759	146.825.475	169.798.885	190.755.799,00	208.494.900	17,2	19,9	22,4	24,5
Nordeste	1.554.291	42.497.540	47.741.426	53.081.950,00	57.254.159	27,3	30,7	34,2	36,8
Pernambuco	98.076	7.127.855	7.918.334	8.796.448,00	9.496.294	72,7	80,7	89,7	96,8
Petrolina	4.562	162.402	218.538	293.962,00	343.865	35,6	47,9	64,4	75,4

Fonte: (BNB, 2019)

A implantação do PISNC é revestida de forte cunho social e objetiva, segundo a Codevasf, sobretudo, a geração de empregos para a diminuição da pobreza e a melhoria na distribuição de riquezas. O Distrito de Irrigação Senador Nilo Coelho (2004) apresenta dados relativos ao aumento de postos de trabalhos na região, em que se ultrapassam os 75.000 empregos direta e indiretamente ligados às atividades do Projeto. Dados do BID (2003) informam que a agricultura irrigada propiciou, desde o início do funcionamento, na década de 1980, uma estimativa de 1,3 milhões de empregos rurais e urbanos. O estudo indica não só o aumento de postos de trabalho, mas a melhoria da qualidade dos empregos, melhoria das condições sociais, redução da pobreza na região e ainda, a retenção de migrantes nas cidades polos de desenvolvimento (ALVES, 2006).

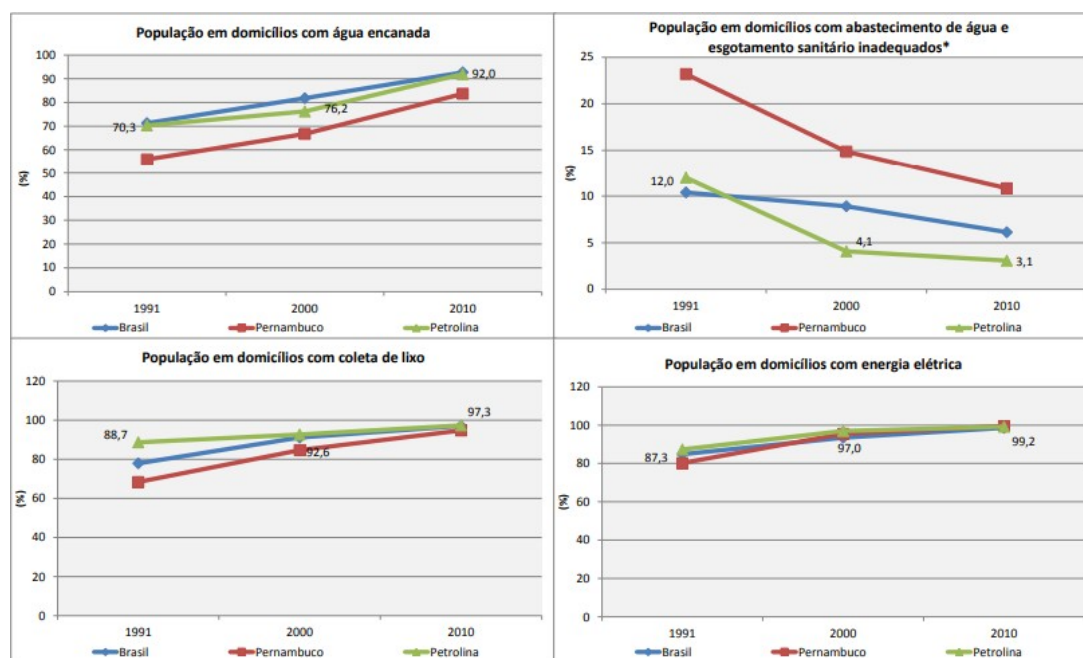
É possível visualizar esses dados de melhoria social, a partir da Imagem 35, que demonstra um paralelo entre os gráficos de indicadores educacionais de Petrolina, desde 1991 a 2010, e a partir da Imagem 36, que demonstra a evolução das condições habitacionais da população para o período:

Imagem 35 – Indicadores educacionais de Petrolina – 1991, 2000 e 2010



Fonte: (BNB, 2019)

Imagem 36 – Indicadores das condições habitacionais de Petrolina – 1991, 2000 e 2010



Fonte: (BNB, 2019)

No que tange à cidade de Petrolina, a partir dos anos 2000, devido aos projetos de irrigação, ela se tornou referência regional quanto a

desenvolvimento¹¹, gerando um efeito multiplicador sobre os serviços, em especial. A cidade passou a possuir uma forte rede de serviços, antes disponível apenas em capitais, como Recife e Salvador. Na localidade há acesso a serviços médicos especializados, universidades, escolas técnicas, aeroporto, centros de pesquisa especializados, sedes de empresas etc., além disso a irrigação fomentou na localidade rede hoteleira, restaurantes especializados, feiras nacionais, semana de moda, etc. Dessa forma, o município não apenas se configurou como líder no polo frutícola, como passou a polarizar com municípios fora dos limites da mesorregião a que pertence, alcançando influência sobre outras regiões, como nos estados a Paraíba, Ceará, Rio Grande do Norte e Piauí.

No ano de 2016, o Produto Interno Bruto (PIB) de Petrolina era de aproximadamente R\$ 5.795.000.000, a Tabela 10 demonstra o PIB e sua composição setorial por unidade geográfica:

Tabela 10 - Produto Interno Bruto e sua composição setorial por unidade geográfica – 2016

Unidade Geográfica	PIB R\$ milhões	Impostos R\$ milhões	VAB Total R\$ milhões	VAB R\$ milhões			
				Agropecuária	Indústria	Serviços	Adm. Pública
Brasil	6.267.205	849.506	5.417.699	306.655	1.150.207	3.015.716	945.121
Nordeste	898.083	105.832	792.251	48.875	154.503	390.936	197.936
Pernambuco	167.290	23.320	143.970	6.191	28.361	74.767	34.651
Petrolina	5.795	566	5.229	771	706	2.587	1.165

Fonte: (BNB, 2019)

Em 2012 o PIB per capita de Petrolina era de R\$ 14.545, a Tabela 11 demonstra o PIB per capita, em comparação por unidade geográfica com o Brasil, para os anos de 2012 a 2016:

¹¹ Desenvolvimento tratado aqui como o resultado do processo de crescimento econômico. Gerado a partir do aumento da produtividade média, sem o qual o excedente não cresce o bastante para acelerar a taxa de investimento e diversificar a estrutura produtiva e do emprego. Esse processo intensifica a industrialização e urbanização para transformar de maneira progressista as estruturas sociais e políticas da região. Além disso o desenvolvimento proporciona a alteração e modernização dos hábitos e costumes da sociedade (CANO, 2018).

Tabela 11 – PIB per capita, comparação por unidade geográfica com o Brasil – 2012 - 2016

Unidade Geográfica	PIB per capita (R\$)				
	2012	2013	2014	2015	2016
Brasil	24.821	26.517	28.500	29.322	30.411
Nordeste	12.115	12.986	14.329	15.002	15.779
Pernambuco	14.331	15.328	16.722	16.795	17.777
Petrolina	14.545	15.624	16.044	16.671	17.160

Fonte: (BNB, 2019)

O aumento das exportações agrícolas na década de 1990 e 2000 contribuiu para que o PIB per capita do Município de Petrolina se apresentasse com importância no estado pernambucano, ultrapassando municípios da RMR, como Olinda, Camaragibe e Paulista entre outras cidades de importância no estado como Caruaru e Garanhuns (PERNAMBUCO, 2013). A Tabela 12 demonstra a produção agrícola do município para o ano de 2017 e a Tabela 13 traz uma demonstração do número de estabelecimentos formais de Petrolina, empregos formais, remuneração total e média no município:

Tabela 12 - Produção agrícola no município de Petrolina - PE – 2017

Principais lavouras ¹	Área plantada (Hectares)	Quantidade ¹ (toneladas)	Rendimento médio ¹	Vlr. Produção (R\$ mil)
Uva	6.000	464.000	80.000	952.717
Manga	7.880	173.360	22.000	164.692
Coco-da-bala	3.000	105.000	35.000	47.250
Goiaba	2.140	74.900	35.000	99.617
Banana (cacho)	1.980	37.620	19.000	33.858
Cana-de-açúcar	115	4.100	41.000	451
Total	26.735	-	-	1.307.076

Fonte: (BNB, 2019)

Tabela 13 - Número de estabelecimentos, empregos formais, remuneração total e remuneração média no município de Petrolina - PE – 2017

Divisões CNAE 2.0 que mais geraram emprego	Nº de estabelecimentos	Vínculos empregatícios	Valor total das remunerações (R\$)	Remuneração média (R\$)
Agricultura, pecuária e serviços relacionados	945	17.460	20.817.100,07	1.192,27
Comércio varejista	1.970	10.212	14.446.132,28	1.414,62
Administração pública, defesa e seguridade social	10	7.009	23.932.297,32	3.414,51
Educação	149	4.411	23.952.715,62	5.430,22
Construção de edifícios	148	1.519	2.384.188,92	1.569,58
Atividades de organizações associativas	83	782	1.318.135,30	1.685,60
Comércio por atacado, exceto veículos automotores e motocicletas	207	2.266	3.752.597,12	1.656,04
Comércio e reparação de veículos automotores e motocicletas	382	2.197	3.591.002,71	1.634,50
Alimentação	382	2.174	2.557.547,77	1.176,42
Atividades de atenção à saúde humana	321	2.314	4.104.669,31	1.773,84
Atividades de vigilância, segurança e investigação	13	1.498	2.527.047,41	1.686,95
Transporte terrestre	124	1.533	2.601.926,80	1.697,28
Serviços para edifícios e atividades paisagísticas	138	1.150	1.513.614,65	1.316,19
Fabricação de produtos alimentícios	111	923	1.520.914,15	1.647,79
Serviços especializados para construção	78	633	943.669,86	1.490,79
Outras atividades	1.134	9.982	24.016.076,28	2.405,94
Total	6.195	66.063	133.979.645,57	2.028,06

Fonte: (BNB, 2019)

O Projeto de Irrigação Senador Nilo Coelho, assim como os outros perímetros implantados no polo Petrolina/Juazeiro, foram essenciais para o desenvolvimento da região do submédio do rio São Francisco, principalmente do município de Petrolina. Esse desenvolvimento fica evidente a partir dos dados apontados ao longo do capítulo, relacionados ao PIB, demografia da cidade, e dados educacionais da localidade. Contudo, o modelo de colonização implantado na cidade, conforme proposta inicial de Furtado, não se mostrou ao longo dos anos como solução para os problemas sociais relacionados as secas do Nordeste, por mais que tenha possibilitado um crescimento econômico do principal município atingido, Petrolina. Em um primeiro momento o Estado, a partir dos investimentos públicos em infraestrutura e capacitação, demonstrou exercer um forte acompanhamento com os colonos dos projetos, mas ao longo dos anos, devido à abertura comercial e emancipação dos perímetros, o mesmo não pareceu exercer o devido acompanhamento necessário com a população local.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Segundo Celso Furtado, para entendermos o conceito de desenvolvimento econômico, seria necessário primeiro percebermos o contexto de uma realidade histórica. Assim, a partir de uma imagem de todo o social e seu comportamento ao longo do tempo, poderíamos compreender um processo de maior amplitude relacionado a mudança social (FURTADO, 1964, p. 23). Desta forma, podemos definir o desenvolvimento econômico como “um processo de mudança social pelo qual um número crescente de necessidades humanas são satisfeitas através de uma diferenciação no sistema produtivo decorrente da introdução de inovações tecnológicas” (FURTADO, 1964, p. 27).

Ao longo do primeiro capítulo, tentei realizar uma reconstituição histórica do submédio do rio São Francisco, situado no semiárido nordestino, a fim de permear a compreensão sobre o processo de colonização e formação dos primeiros grupos sociais e econômicos da região, que viria a se tornar posteriormente o município de Petrolina. Nesse contexto, a presença da seca foi “fundamental” para o desenvolvimento da economia local, que desde sua fundamentação voltou-se para o setor de subsistência. A antiga Passagem do Juazeiro foi constituída inicialmente pela agricultura e pecuária de subsistência.

A região, devido à sua tipologia climática e forte presença das secas, foi negligenciada pelo Estado, cuja ação sempre foi voltada ao combate dos efeitos das secas, com medidas de curto e médio prazo. Por um longo período esse conjunto de medidas não foram efetivas para modificação do problema. A seca é, em sua essência, uma crise de produção, o que afeta diretamente a oferta de alimentos da região, gerando fortes ondas de emigração na área. Além disso, a produção de gado é diretamente afetada pelo fenômeno, devido à falta de alimentos.

Apenas a partir do final da década de 1950, fortemente influenciado por uma onda de secas que afetou uma grande camada da população nordestina, que o Estado passou a dar maior relevância para o problema regional. Neste período, por meio do investimento público, foram elaboradas políticas públicas de longo prazo, que ficaram mais evidentes em 1959, com a elaboração de “Uma Política de Desenvolvimento Econômico para o Nordeste” e, em seguida, com a criação da Sudene.

Furtado exerceu papel fundamental na compreensão do problema estrutural da região Nordeste. Segundo o autor, para criar-se uma economia mais resistente aos efeitos da seca, seria necessário eliminar o problema da agricultura de subsistência da área. Para isso, a irrigação passa a exercer papel fundamental para se elevar a produtividade da economia da região semiárida. Com ela é possível aplicar uma utilização mais racional dos recursos naturais, diminuindo a utilização intensiva da mão-de-obra barata.

Outro problema regional estava ligado ao excedente populacional, e às ondas de emigração no período das secas. Sendo ainda mais evidente a

necessidade de se reorganizar a unidade produtiva da região. A proposta então, elaborada por Furtado, durante seu período na Sudene, foi inserir nas regiões úmidas do Nordeste, como é o caso do submédio do rio São Francisco, constituído pelas cidades de Petrolina e Juazeiro, a abertura de frentes de colonização. A colonização passou assim a exercer duplo sentido na localidade, a de absorver o excedente populacional do semiárido e de produzir gêneros alimentícios, reestruturando a economia da região. No segundo capítulo tentei demonstrar as discussões ao longo das décadas de 1950 e 1960 sobre as políticas públicas aplicadas na região de Petrolina, assim como a importância da Comissão do Vale do São Francisco, que posteriormente veio a se tornar a Codevasf, além dos estudos realizados no vale com a criação da Sudene.

A irrigação nas margens do rio São Francisco foi levantada por Furtado como importante para fomentar as frentes de colonização na região. Podendo, assim, exercer papel fundamental na absorção dos excedentes populacionais de várias áreas do Nordeste, além de mitigar o problema do abastecimento de alimentos dos estados. Já no final da década de 1960, foi implantado o Projeto Piloto de Bebedouro em Petrolina, o que foi considerado um marco na história da economia da cidade. Este, a partir de lotes disponibilizados para colonos na região, inseriu com a atividade agrícola novas perspectivas de crescimento, inclusive tornando o arranjo urbano atrativo a novos moradores.

Ao longo do terceiro capítulo tentei demonstrar o papel da criação do Projeto de Irrigação Senador Nilo Coelho para o desenvolvimento do município de Petrolina. Após análise de evidências obtidas a partir do IBGE, BNB e Codevasf, relacionados ao PIB, aumento da população e dados socioeconômicos da região, podemos notar que o progresso econômico da região fica numericamente comprovado. Entretanto, ao longo do trabalho, nota-se que alguns fundamentos básicos que foram propostos por Furtado e pelo GTDN para os projetos de irrigação e colonização do vale tomaram outro rumo com a abertura do perímetros de irrigação a partir dos anos 1990.

A fruticultura irrigada se tornou o principal símbolo econômico do Vale do São Francisco, sendo a área hoje localizada no município de Petrolina responsável por um enorme faturamento com a exportação de culturas como goiaba, coco verde, melão, melancia, acerola, maracujá, banana e outras frutas. A questão que gostaríamos de levantar é: será que o que Celso Furtado pensou e planejou para a região de fato aconteceu? Os rumos da colonização e da irrigação foram suficientes para oferecer a população local melhores condições socioeconômicas e de bem-estar?

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABREU, J. Capistrano de. Caminhos Antigos e Povoamento do Brasil. Editora Itatiaia Limitada, São Paulo, 1988.

ALBUQUERQUE, GCA., and CÂNDIDO, GA. Capital social e desenvolvimento no submédio São Francisco. In: LIRA, WS., and CÂNDIDO, GA., orgs. Gestão sustentável dos recursos naturais: uma abordagem participativa [online]. Campina Grande: EDUEPB, 2013, p. 123-147. ISBN 9788578792824. Available from SciELO Books

ALVEAL, Carmen Margarida Oliveira. Transformações na legislação sesmarial, processos de demarcação e manutenção de privilégios nas terras das capitanias do norte do Estado do Brasil. *Estud. hist. (Rio J.)*, Rio de Janeiro, v. 28, n. 56, p. 247-263, Dec. 2015

ANDRADE, Manuel Correia. História Econômica e Administrativa do Brasil. Atlas, São Paulo, 1982.

Annals of Museu Paulista. v. 21. n.2. Jul.-Dec. 2013.

ANTONIL, João André – cultura e opulência do Brasil por suas drogas e minas 1711.

ARRAES, Esdras. Rio dos currais: paisagem material e rede urbana do rio São Francisco nas capitanias da Bahia e Pernambuco. **An. mus. paul.**, São Paulo, v. 21, n. 2, p. 47-77, Dec. 2013. Available from <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0101-47142013000200003&lng=en&nrm=iso>. access on 20 Feb. 2021. <https://doi.org/10.1590/S0101-47142013000200003>

AQUINO, T. A. M. Caminhos do poder: práticas políticas da família Coelho na cidade de Petrolina – PE, 1930 – 1945. 121 f. Dissertação (Mestrado em História) - Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2011.

AQUINO, T. A. M. Diálogos com a obra de Maria Isaura de Queiroz: traços messiânicos no caso do bispo Dom Antônio Maria Malan da cidade de Petrolina-PE (1924-1931). *Paralellus*, Recife, v. 4, n. 8, 2013, p. 315-322.

BIBLIOTECA DO EXÉRCITO. A energia elétrica no Brasil: da primeira lâmpada à Eletrobrás. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército Editora, 1977. (Coleção General Benício Vol. 154)

BNB. Disponível em: <<https://www.bnb.gov.br/documents/80223/3022339/Petrolina.pdf/5ddf1172-a056-f72c-30ac-c21681de7a08>> Acesso em 15 de Fevereiro de 2021.

BNB. Disponível em: <<https://www.bnb.gov.br/documents/80223/3022339/Petrolina-PE-2019.pdf/7bbc92cf-c954-6366-2ee8-281e93b754ee>> Acesso em 18 de Fevereiro de 2021.

BRANDAO, Carlos Antônio et al. Wilson Cano, intérprete da questão regional e urbana no Brasil. **Rev. Bras. Estud. Urbanos Reg.**, São Paulo, v. 22, e202029pt, 2020. Available from <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S2317-15292020000100407&lng=en&nrm=iso>. access on 22 Feb. 2021. Epub Oct 26, 2020. <https://doi.org/10.22296/2317-1529.rbeur.202029pt>.

BUENO, Silveira. *Vocabulário Tupi, Guarani, Português*. Editora Gráfica Nagy, São Paulo, 1983.

CAMELO FILHO, J. V. A dinâmica política, econômica e social do rio São Francisco e do seu vale. *Revista do Departamento de Geografia*. São Paulo, v. 17. 83-93 p. 2005. Disponível em Acessado em 10 de mai. 2014.

CAMPOS, José Nilson B.. Secas e políticas públicas no semiárido: ideias, pensadores e períodos. **Estud. av.**, São Paulo, v. 28, n. 82, p 65-88, dez. 2014. Disponível em <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-40142014000300005&lng=pt&nrm=iso>. Acessado em 15 jan. 2021. <http://dx.doi.org/10.1590/S0103-40142014000300005>

CANO, Wilson. CADERNOS do DESENVOLVIMENTO, Rio de Janeiro, v. 9, n. 15, p.139-174, jul.-dez. 2014. (Des)Industrialização e (Sub)Desenvolvimento 1.

CANO, Wilson. FURTADO: A QUESTÃO REGIONAL E A AGRICULTURA ITINERANTE NO BRASIL. 2018.

CANO, Wilson. Questão regional e política econômica nacional. In: CASTRO, Ana Célia (Org.). *Desenvolvimento em debate*. Rio de Janeiro: Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social: Mauad, 2002. v. 3, p. 275-307.

CAVALCANTI, J.S.B; PIRES, M.L.L.E.S. “Cooperativismo, fruticultura e dinâmicas sociais rurais: uma nova onda de cooperativas do vale do São Francisco In: A. Silva, J.S.B.Cavalcanti e M.N.B. Vanderley (Org.). *Diversificação dos espaços rurais e dinâmicas territoriais no Nordeste do Brasil*, João Pessoa, Ed. Zarinha, 2009, p. 115-138.

CAVALCANTE, N. Codevasf, 35 anos. Uma história de trabalho e desenvolvimento. Brasília, Codevasf, 2010.

CEPAL. Disponível em <https://repositorio.cepal.org/bitstream/handle/11362/22007/S8192110_pt.pdf?sequence=1> Acesso em 13 de Outubro de 2020.

COELHO. N. Política, Gestão e Cidade. Política habitacional e voto em Petrolina, Pernambuco. Dissertação (Mestrado em Urbanismo). Campinas – SP: PUC-Campinas, 2007.

Codevasf. Disponível em <https://www.codevasf.gov.br/acesso-a-informacao/institucional/historia/historia> - Acesso em 19 de fevereiro de 2021.

Codevasf. Disponível em: <<https://www.codevasf.gov.br/acesso-a-informacao/institucional/biblioteca-geral-rocha/publicacoes/arquivos/ProjetosdeIrrigaonoValeDoSoFranciscoDocumentoelaboradopelostcnicosdaCODEVASF.pdf>> Acesso em 15 de Fevereiro de 2021.

Codevasf. Disponível em: <[https://www.codevasf.gov.br/linhas-de-negocio/irrigacao/projetos-publicos-de-irrigacao/elenco-de-projetos/em-producao/senador-nilo-coelho#:~:text=O%20PPI%20Nilo%20Coelho%20est%C3%A1,PE%20\(CODEVASF%2C%202005a\)](https://www.codevasf.gov.br/linhas-de-negocio/irrigacao/projetos-publicos-de-irrigacao/elenco-de-projetos/em-producao/senador-nilo-coelho#:~:text=O%20PPI%20Nilo%20Coelho%20est%C3%A1,PE%20(CODEVASF%2C%202005a))> Acesso em: 08 de Fevereiro de 2021.

Codevasf. Disponível em <<https://www.codevasf.gov.br/linhas-de-negocio/irrigacao/projetos-publicos-de-irrigacao/elenco-de-projetos/em-producao/senador-nilo-coelho>> Acesso em 15 de Fevereiro de 2021.

COMPANHIA DE DESENVOLVIMENTO DO VALE DO SÃO FRANCISCO – CODEVASF. Hidros Engenharia e Planejamento. Projeto de irrigação Senador Nilo Coelho. Petrolina, 1986. v. 1.

COMPANHIA DE DESENVOLVIMENTO DO VALE DO SÃO FRANCISCO – CODEVASF. Relatório final dos trabalhos executados pela comissão de seleção de colonos do projeto massagano. Petrolina, 1983.

Correio da Manhã, 1968, Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/Hotpage/HotpageBN.aspx?bib=089842_07&pagfis=96291&url=http://memoria.bn.br/docreader#> Acesso em 01 de Fevereiro de 2021.

CUNHA, João Fernandes da. Memória Histórica de Juazeiro. Juazeiro: [s.n], 1978

DINIZ, Clélio Campolina. Celso Furtado e o desenvolvimento regional. **Nova econ.**, Belo Horizonte, v. 19, n. 2, p. 227-249, Sept. 2009. Available from <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-63512009000200001&lng=en&nrm=iso>. access on 23 Feb. 2021. <https://doi.org/10.1590/S0103-63512009000200001>.

DOURADO, Walter de Castro. Juazeiro da Bahia à Luz da História. Volume I e II. s/e, Juazeiro, 1983.

Embrapa. Disponível em: <<https://ainfo.cnptia.embrapa.br/digital/bitstream/item/124737/1/Pedro.pdf>> Acesso em 15 de Fevereiro de 2021.

Embrapa. Disponível em: <<https://www.alice.cnptia.embrapa.br/bitstream/doc/950772/1/Pedro.pdf>> - Acesso em 15 de Fevereiro de 2021.

FACÓ, Rui. Cangaceiros e Fanáticos. Editora Bertrand Brasil Ltda, Rio de Janeiro, 1991.

FARIA, C.M.B. et al.(1996) Níveis de parcelamento de nitrogênio em tomateiro rasteiro com plantio direto no Submédio São Francisco. Brasília, Pesquisa Agropecuária Brasileira, v. 31, n. 3, p. 181-186, março de 1996

FGV. Disponível em: <<http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-tematico/programa-de-integracao-nacional-pin>> Acesso em 15 de Fevereiro de 2021.

FGV. Disponível em: <<https://cpdoc.fgv.br/producao/dossies/JK/artigos/Economia/PlanodeMetas>> Acesso em 15 de Fevereiro de 2021.

FGV-CPDOC – Nilo Coelho - <http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-biografico/nilo-de-sousa-coelho> - Acesso em 20 de fevereiro de 2021.

FGV-CPDOC – Companhia Hidroelétrica do São Francisco - [http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-tematico/companhia-hidro-eletrica-do-sao-francisco-chesf#:~:text=COMPANHIA%20HIDRO%20EL%C3%89TRICA%20DO%20S%C3%83O,El%C3%A9tricas%20Brasileiras%20S.A.%20\(Eletr%C3%A1s\).](http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-tematico/companhia-hidro-eletrica-do-sao-francisco-chesf#:~:text=COMPANHIA%20HIDRO%20EL%C3%89TRICA%20DO%20S%C3%83O,El%C3%A9tricas%20Brasileiras%20S.A.%20(Eletr%C3%A1s).) - Acesso em 20 de Janeiro de 2021.

FONSECA, Pedro C. Dutra; MONTEIRO, Sergio M.M. “O Estado e suas razões: o II PND”. In: *Revista de Economia Política*. Vol. 28, nº 1 (109), p. 28-46, janeiro-março/2007. Disponível em: <https://www.scielo.br/pdf/rep/v28n1/a02v28n1.pdf>. – Acesso em 19 de fevereiro de 2021.

FURTADO, Celso. **Fantasia Desfeita**. Rio de Janeiro, Editora Paz e Terra, 1989.

FURTADO, C. **Dialética do desenvolvimento**. Rio de Janeiro: Fundo de Cultura, 1964.

FURTADO, Celso. **Formação econômica do Brasil**, 22 ed., São Paulo: Editora Nacional, 1987.

FURTADO, Celso. **Seca e poder: entrevista com Celso Furtado**. São Paulo: Fundação Perseu Abramo. 1998.

FURTADO, Celso. **O Subdesenvolvimento revistado**. Campinas: UNICAMP, 1990.

FURTADO, Celso. **Teoria e Política do Desenvolvimento Econômico**. São Paulo: Abril Cultural, 1983

GASPAR, Barléu. *História dos feitos recentes praticados durante oito anos no Brasil*. São Paulo: Edusp; Belo Horizonte: Itatiaia, 1974 [1647].

GONÇALVES, Esmeraldo Lopes. OPARA: Formação histórica e social do submédio São Francisco. Juazeiro: Franciscana, 1997.

GONCALVES JUNIOR, Oswaldo. Entre bois e cabras: uma visão histórica sobre mentalidades e valores nos sertões. **Estud. hist. (Rio J.)**, Rio de Janeiro, v. 24, n. 47, p. 49-68, June 2011. Available from <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-21862011000100003&lng=en&nrm=iso>. access on 22 Feb. 2021. <https://doi.org/10.1590/S0103-21862011000100003>.

GTDN. **Uma Política de desenvolvimento econômico para o Nordeste**. Revista econômica do Nordeste, Fortaleza, v.28, n. 4, p. 387-432, out./dez. Publicação original: 1959, 1997.

GUERRA, P. B. **A civilização da seca**. 1. ed. Fortaleza: DNOCS, 1981. 324 p.

Holanda, Sergio Buarque. **raízes do brasil**, 1960.

IBGE. Disponível em <https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/dtbs/pe/pe/petrolina.pdf> – Acesso em 10 de Dezembro de 2020.

IBGE. Disponível em: <<https://cidades.ibge.gov.br/brasil/pe/petrolina/panorama>> Acesso em 15 de Fevereiro de 2021.

IBGE. Disponível em <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/pe/petrolina/panorama> – Acesso em 10 de Dezembro de 2020.

IPEA. Disponível em https://www.ipea.gov.br/desafios/index.php?option=com_content&view=article&id=1214:reportagens-materias&Itemid=39 – Acesso em 15 de Dezembro de 2020.

JOAQUIM, N. Subvidas secas nos retratos dos agricultores do Projeto Bebedouro no seminário de Petrolina (PE). 2014

LEAL Victor Nunes. CORONELISMO, ENXADA E VOTO, o município e o regime representativo no Brasil. 3ª ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1997

MAGALHÃES, Ermi Ferrari. A Importância das Barcas no Desenvolvimento do São Francisco. Gráfica Beira Rio Ltda, Juazeiro, 1986.

Medio Ambient (PNUMA), En colaboración con la Comision Tecnica Mixta de Salto Grande Concordia, Argentina, 1-3 de octubre de 1981

MELLO, Evaldo Cabral de (org.). O Brasil holandês (1630-1645). São Paulo: Penguin Classics, 2010

MORAES. A. ENTRE A INCERTEZA E A CONFIANÇA: mercados e relações sociais de troca comercial dos fruticultores no polo Petrolina-PE/Juazeiro-BA. Dissertação (Doutorado em Sociologia). Recife – PE: UFPE, 2016.

MOREAU, Pierre. *Histoire des derniers troubles au Brésil*. Paris, 1651.

NEVES, Erivaldo Fagundes. Uma comunidade sertaneja: das sesmarias ao minifúndio. P. 98

OLIVEIRA, A. (2017). **A cidade de Paulo Afonso - 1948-1985: as especializações do trabalho, do controle e das lutas**. Salvador: Universidade Federal da Bahia.

OLIVEIRA, Clonilo Moreira Sindeaux de; VIANNA, Pedro Jorge Ramos. Desenvolvimento regional: 50 anos de BNB. Fortaleza: Banco do Nordeste, 2005.

OLIVEIRA, Nathalia Capellini Carvalho de. A grande aceleração e a construção de barragens hidrelétricas no Brasil. **Varia hist.**, Belo Horizonte , v. 34, n. 65, p. 315-346, Aug. 2018 . Available from <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-87752018000200315&lng=en&nrm=iso>. access on 23 Feb. 2021. <https://doi.org/10.1590/0104-87752018000200003>.

OUZA, Gustavo H. F. de et al . Desempenho do Distrito de Irrigação Senador Nilo Coelho. **Rev. bras. eng. agríc. ambient.**, Campina Grande , v. 5, n. 2, p. 204-209, May 2001 . Available from

<http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1415-43662001000200005&lng=en&nrm=iso>. access on 23 Feb. 2021. <https://doi.org/10.1590/S1415-43662001000200005>

Planalto. Disponível em: < http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l6088.htm > Acesso em 15 de Fevereiro de 2021.

PIERSON, Donald. *O Homem no Vale do São Francisco*. Tomo I, II e III, Ministério do Interior – Superintendência do Vale do São Francisco, Rio de Janeiro, 1972.

Queiroz, Washington: Bahia e vaqueiros: um débito (2010)

Queiroz, M. I. P. de. (1977). Pecuária e Vida Pastoril: Sua Evolução em Duas Regiões Brasileiras. *Revista Do Instituto De Estudos Brasileiros*, (19), 55-78. <https://doi.org/10.11606/issn.2316-901X.v0i19p55-78>

RAMOS, Graciliano. **Vidas das secas**. 23. ed. São Paulo: Martins, 1969.

ROCHA, Geraldo. O Rio São Francisco: Fator Precípua da Existência do Brasil. Brasileira, São Paulo, 1983.

RÊGO, A. H. **Os sertões e os desertos: o combate à desertificação e a política externa brasileira**. Brasília: Funag, 2012

Revista Realidade, 1972, Disponível em: <https://issuu.com/bloghistoriasertao/docs/revista_realidade_mar_1972> - Acesso em 10 de Janeiro de 2021.

RIOS, K. S. **Isolamento e poder – Fortaleza e os campos de concentração na seca de 1932**. Fortaleza: Museu do Ceará, 2014.

SAMPAIO, Teodoro. O Rio São Francisco e a Chapada Diamantina. Livraria Progresso, Salvador, 1955.

SAMPAIO E. V. S. B. & SAMPAIO Y. (org.). Ensaio sobre a economia da fruticultura irrigada. Fortaleza: Banco do Nordeste do Brasil, 2004.

SILVA, Lígia Osório. Terras devolutivas e latifúndio. Campinas (SP): Ed. Da UNICAMP, 1996.

SILVA, R. M. A. Entre o combate à seca e a convivência com o semi-árido: transições paradigmáticas e sustentabilidade do desenvolvimento. 1. ed. Fortaleza: Banco do Nordeste do Brasil, 2008. p. 275.

SOBEL, T. F. Desenvolvimento territorial nos perímetros irrigados do Submédio do Vale do São Francisco: o caso dos perímetros Nilo Coelho e Bebedouro (PE). Dissertação (Mestrado em Economia). Uberlândia – MG: UFU, 2006.

SOUZA, C.H.S. Juazeiro e Petrolina no contexto das cidades médias do Nordeste: dinâmicas socioeconômicas e demográficas e a percepção da população – PE. UFPE:2017. 222 f. Dissertação (Mestrado em Geografia).

SOUZA, I.; MEDEIROS FILHO, J. Os degradados filhos da seca: uma análise sócio-política das secas no Nordeste. 1. ed. Petrópolis: Vozes, 1983.

SUDENE. Disponível em <<http://memoria.org.br/pub/meb000000164/acaonordeste/acaonordeste.pdf>> Acesso em 01 de Fevereiro de 2021.

SUDENE. Disponível em: http://procondel.sudene.gov.br/Artigos/A%20Transforma%C3%A7%C3%A3o%20do%20Vale%20do%20S%C3%A3o%20Francisco_Sergio.pdf – Acesso em 05 de Fevereiro de 2021.

SZMRECSANYI, Tamás. Sobre a formação da Formação econômica do Brasil de C. Furtado. **Estud. av.**, São Paulo, v. 13, n. 37, p. 207-214, Dec. 1999. Available from <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-40141999000300011&lng=en&nrm=iso>. access on 22 Feb. 2021. <https://doi.org/10.1590/S0103-40141999000300011>.

SZMRECSANYI, Tamás. Fundamentos teóricos e metodológicos do estudo da história econômica. *História econômica & história de empresas* XI. 2 (2008), 31-43

VAINFAS, Ronaldo. Guerra declarada e paz fingida na Restauração Portuguesa. **Tempo**, Niterói, v. 14, n. 27, p. 82-100, 2009. Available from <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-77042009000200007&lng=en&nrm=iso>. access on 30 Nov. 2020. <https://doi.org/10.1590/S1413-77042009000200007>.

VILARIM, M. **Análises regionais em Petrolina-PE: transformações socioeconômicas e migração**. Tese (Mestrado em geografia) – Faculdade de Geografia, Universidade Federal de Pernambuco. Recife, p. 96.

VITA, Álvaro de. Sociologia da Sociedade Brasileira. Editora Ática, São Paulo, 1989.